

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
SERVIÇO DE PROTOCOLO LEGISLATIVO
OFN nº 12, de 2011
Em 17.02.2011
[Assinatura]



Ofício nº 32, de 2011 - CN
[Assinatura]

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Esplanada dos Ministérios Bloco "E" 8º andar – Gabinete
Brasília – DF – 70.067-901
(61) 3414-5816 / Fax: (61) 3414-5638 – www.integracao.gov.br

Ofício nº 34 /MI

Brasília, 10 de fevereiro de 2011.

Ao Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes – Senado Federal
70165-900 - Brasília / DF

**À Comissão Mista de Planos,
Orçamentos Públicos e
Fiscalização**
Em 17.02.2011

Assunto: Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º Semestre de 2010

Senhor Presidente,

1. Em cumprimento ao art. 20, §§ 4º e 5º, da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, encaminho à Vossa Excelência três vias do relatório do Banco do Brasil S.A. sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações dos recursos do FCO no 1º semestre de 2010, acompanhado das Demonstrações Contábeis de 30.06.2010, devidamente auditadas, três vias do Parecer Conjunto n.º 17/2010-SDR/SCO, de 29.11.2010, do Ministério da Integração Nacional, e três vias da Resolução Condel/FCO n.º 414, de 13.01.2011, que aprova o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) apresentado pelo Banco do Brasil S.A., relativo ao 1º semestre de 2010.

Atenciosamente,

[Assinatura de Fernando Bezerra Coelho]

FERNANDO BEZERRA COELHO
Ministro de Estado da Integração Nacional
Presidente do Condel/ FCO

Recebido em 17.02.2011
Hora 13h30
Myriam Machado Maf 38262
SCLSF-SGM

Senado Federal
Protocolo Legislativo
OFN nº 12, 2011
Fls. 01 [Assinatura]

Recebido 16/2/11
13h30
maria A

V
16-02-11

()

()

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

BANCO DO BRASIL S.A.

FCO
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA SEMESTRAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO 1º SEMESTRE DE 2010

JUNHO/2010

Senado Federal
Protocolo Legislativo
OFN nº 12, 2011
Fls. 02



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

BANCO DO BRASIL S.A.

FCO

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA SEMESTRAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO 1º SEMESTRE DE 2010

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas semestral a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Brasília, 16/11/2010



LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

BB – Banco do Brasil

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAF-RA – Pronaf Reforma Agrária

TCU – Tribunal de Contas da União

RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos

PAPRA – Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária

PROCERA - Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária

CONDEL/FCO – Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento
do Centro-Oeste

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

CEDRS - Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Sustentável

CTCR - Câmaras Técnicas de Crédito Rural

CABB - Central de Atendimento do Banco do Brasil

ZAV – Zona de Alta Vigilância



LISTA DE TABELAS, RELACÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro 1 – Contratações – Comparação 1º Semestre de 2010 e 2009	23
Quadro 2 – Contratações por Programa, Porte e UF	24
Quadro 3 - Contratações em Custeio Agrícola e Pecuário e Aquisição de Matéria-prima e Insumos	24
Quadro 4 – Contratações do Pronaf/FCO	26
Quadro 5 – Empregos gerados no âmbito do Pronaf	26
Quadro 6 – Saldos do Pronaf.....	26
Quadro 7 – Contratações Pronaf -RA	27
Quadro 8 – Origem dos Recursos Previstos para 2010	58
Quadro 10 – Previsão de Aplicação de Recursos em 2010	59
Quadro 11 – Realização da Previsão Orçamentária	60
Quadro 12 – Transferências do Tesouro Nacional	60
Quadro 13 - Transferências do Tesouro Nacional – comparativo 2010/2009	61
Quadro 14 – Distribuição dos Recursos por UF e Programa	61
Quadro 15 – Contratações por Programa e UF	62
Quadro 16 – Contratações por Porte e Programa	63
Quadro 17 – Contratações por Porte e UF	64
Quadro 18 – Contratações por UF, Programa e Porte	65
Quadro 19 – Distribuição espacial das aplicações 2010/2009	66
Quadro 20 – Contratações na RIDE	66
Quadro 21 – Contratações na mesorregião de Águas Emendadas	67
Quadro 22 – Contratações com novos beneficiários	67
Quadro 23 – Contratações com valor superior a R\$ 10 milhões	67
Quadro 24 – Contratações por Tipologia e UF	74
Quadro 25 – Situação das propostas: Contratadas x Não atendidas	74
Quadro 26 – Situação das propostas por porte e programa	75
Quadro 27 – Motivo de não atendimento de demandas, por UF	76
Quadro 28 – Motivo de não atendimento de demandas, por Programa	76
Quadro 29 – Motivo de não atendimento de demandas, por Porte	77
Quadro 30 – Propostas indeferidas/canceladas: detalhamento	77
Quadro 31 – Retornos de capital	78
Quadro 32 – Situação dos recursos por UF	78



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Quadro 33 – Saldos por programa e UF.....	79
Quadro 34 – Saldos por porte e UF.....	80
Quadro 35 - Securitização.....	80
Quadro 36 - PESA.....	81
Quadro 37 – Renegociações por UF e Programa.....	82
Quadro 38 – Renegociações por UF e Porte.....	82
Quadro 39 – Prorrogações do FCO.....	83
Quadro 40 – Financiamentos por Encargos Pactuados.....	84
Quadro 41 – Carteira por risco.....	85
Quadro 42 – Carteira com risco BB.....	85
Quadro 43 – Carteira com risco compartilhado.....	86
Quadro 44 – Carteira com risco FCO.....	86
Quadro 45 – Saldos vencidos e vencidos.....	88
Quadro 46 – Inadimplência por modalidade.....	88
Quadro 47 – Inadimplência por Risco.....	88
Quadro 48 – Inadimplência sem o Procera.....	89
Quadro 49 – Inadimplência por faixa de vencimento.....	89
Quadro 50 – Inadimplência por UF.....	90
Quadro 51 – Evolução Patrimonial.....	90
Quadro 52 – Perdas do Fundo.....	92
Quadro 53 – Geração de Empregos.....	93
Quadro 54 – Valor financiado x Empregos gerados.....	94
Quadro 55 – Serviços de fiscalização.....	95
Quadro 56 – Irregularidades detectadas em fiscalização.....	95
Quadro 57 – Operações de Repasse.....	97



SUMÁRIO

Introdução.....	8
1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	9
2. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE.....	10
2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade.....	10
2.1.1. Competência	10
2.1.2. Objetivos Estratégicos	11
2.2. Estratégias de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais.....	12
2.2.1. Análise do Plano Estratégico do Ministério da Integração Nacional	12
2.2.2. Plano de Ação Referente ao Semestre	13
2.3. Programas sob a Responsabilidade da Unidade.....	15
2.3.1. Relação dos Programas e Suas Principais Ações	15
2.3.2. Áreas Responsáveis pela Condução dos Programas e Ações.....	27
2.3.3. Considerações sobre o Atingimento das Metas Físicas e Financeiras.....	28
2.4. Desempenho Operacional	28
2.4.1. Evolução das Despesas e Receitas.....	28
2.4.2. Indicadores e Análise de Desempenho.....	51
2.4.3. Ações proativas para dinamizar as aplicações.....	56
3. OPERAÇÕES DE FUNDOS	58
3.1. Previsão Orçamentária.....	58
3.1.1. Origem dos Recursos Previstos para 2010	58
3.1.2. Distribuição Percentual dos Recursos do Tesouro Nacional por Unidade Federativa e Programas	58
3.1.3. Previsão de Aplicação de Recursos	59
3.2. Execução Orçamentária.....	60
3.2.1. Realização da Previsão Orçamentária (Previsto X Realizado).....	60
3.2.2. Transferências do Tesouro Nacional.....	60
3.2.3. Distribuição dos Recursos por Unidade Federativa e Programa	61
3.3. Resultados.....	61
3.3.1. Contratações de Operações de Financiamento	61
3.3.2. Situação da Demanda	74
3.3.3. Retornos de Operações de Financiamento.....	77
3.3.4. Situação dos Recursos	78
3.3.5. Remuneração dos Recursos Disponíveis.....	79
3.3.6. Remuneração dos Recursos Aplicados.....	79
3.3.7. Situação da Carteira de Financiamentos.....	79
3.3.8. Patrimônio Líquido.....	90
3.3.9. Legislação Editada no Período	91
3.3.10. Remuneração do Banco Operador – <i>Del Credere</i>	92
3.3.11. Remuneração do Administrador.....	92
3.3.12. Perdas.....	92
3.3.13. Rebates / Bônus de Adimplência.....	93
3.3.14. Geração de Empregos.....	93



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

3.3.15. Operações Ajuizadas	94
3.3.16. Fiscalização, Controle e Auditoria	94
4. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO	96



2. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE

2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade

2.1.1. Competência

A administração do FCO é exercida, em conjunto, pelo Ministério da Integração Nacional, CONDEL/FCO e Banco do Brasil.

O Ministério da Integração Nacional – MI é responsável por:

- a) estabelecer as diretrizes e prioridades para aplicação dos recursos;
- b) repassar ao Banco do Brasil os recursos transferidos para o Fundo pelo Tesouro Nacional;
- c) estabelecer diretrizes para repasse de recursos do Fundo para aplicação por outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e
- d) encaminhar, anualmente, ao CONDEL/FCO, proposta para aplicação dos recursos, relativa aos programas de financiamento para o exercício seguinte.

Ao Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – CONDEL/FCO, órgão colegiado vinculado ao MI, cabe:

- a) aprovar os programas de financiamento do Fundo;
- b) indicar providências para compatibilização das respectivas aplicações com as ações das demais instituições de desenvolvimento regional; e
- c) avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes aprovadas.

O Banco do Brasil tem como atribuições:

- a) aplicar os recursos e implementar a política de concessão de financiamento de acordo com os programas aprovados pelo CONDEL/FCO;
- b) formular a proposta de aplicação dos recursos relativa aos programas de financiamento para o exercício seguinte e encaminhá-la ao MI;
- c) definir normas, procedimentos e condições operacionais; enquadrar as propostas nas faixas de encargos e deferir os créditos;
- d) formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições credenciadas como agentes financeiros do Fundo;
- e) prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos e aplicações; e
- f) exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos.

No cometimento das atribuições de administrador do Fundo, o Banco do Brasil exerce, entre outras, as seguintes atividades:

- a) controle financeiro, orçamentário e contábil do Fundo;
- b) estudos econômicos e setoriais;
- c) prestação de contas ao Tribunal de Contas da União - TCU;



- d) informações gerenciais ao CONDEL/FCO, MI, Secretaria Federal de Controle Interno - SFCI e outros órgãos públicos federais e estaduais;
- e) elaboração da programação anual de aplicação dos recursos;
- f) elaboração semestral de relatórios de atividades e resultados obtidos;
- g) publicação do balanço anual;
- h) normatização interna das diretrizes para aplicação dos recursos;
- i) elaboração de literatura para divulgação da programação ao público externo;
- j) acompanhamento e manutenção das normas operacionais;
- k) elaboração e acompanhamento das cláusulas, instruções e metodologias financeiras;
- l) elaboração de roteiros contábeis;
- m) análise e definição de encargos financeiros;
- n) registro de repasses nas contas de recursos do Fundo;
- o) enquadramento das cartas-consultas às normas do Fundo;
- p) representação junto a órgãos de desenvolvimento estadual;
- q) relacionamento com entidades representativas dos segmentos produtivos e dos trabalhadores;
- r) acolhimento e análise de cartas-consultas;
- s) análise da viabilidade técnica e econômica de projetos;
- t) estudo e deferimento das operações;
- u) formalização dos contratos;
- v) acompanhamento das operações;
- w) acompanhamento e controle de operações inadimplidas;
- x) negociação para recuperação de dívidas;
- y) edição de literatura para o público interno e externo;
- z) campanhas publicitárias para divulgação do Fundo e promoção de eventos ligados aos setores produtivos da Região.

2.1.2. Objetivos Estratégicos

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, criado pela Lei 7.827, de 27.09.1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o Plano Regional de Desenvolvimento.

A área de abrangência do FCO está restrita à Região Centro-Oeste, integrada pelos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e pelo Distrito Federal. De acordo com os registros do IBGE, a região conta com 466 municípios.

A administração do FCO é compartilhada pelo Ministério da Integração Nacional, Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - CONDEL/FCO e Banco do Brasil, observadas as atribuições previstas na legislação (Arts. 14 e 15 da Lei 7.827/1989, alterada pela Lei 10.177/2001).

Por força do disposto no art. 20 da Lei 7.827/89, com a redação dada pela Lei 10.177, de 12.01.2001, cabe ao Banco do Brasil encaminhar semestralmente ao Ministério da Integração Nacional o relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.



2.2. Estratégias de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

Os recursos do FCO são provenientes das seguintes fontes, conforme o art. 6º da Lei 7.827, de 1989:

- a) 0,6% (seis décimos por cento) do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados;
- b) retornos e resultados das aplicações;
- c) resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, calculada com base em indexador oficial;
- d) contribuições, doações, financiamentos e recursos de outras origens, concedidos por entidades de direito público ou privado, nacionais e/ou estrangeiras;
- e) dotações orçamentárias ou outros recursos previstos em lei.

2.2.1. Análise do Plano Estratégico do Ministério da Integração Nacional

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020), deve orientar e organizar as iniciativas e ações dos governos e da sociedade, e preparar a região para os desafios do futuro. O plano constitui referencial para negociação e implementação articulada de projetos de desenvolvimento, que envolve o governo federal, por meio de seus órgãos, ministérios, governos estaduais e diversos segmentos da sociedade centro-oestina. A elaboração do Plano foi uma iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SCO, do Ministério da Integração Nacional, mas não deve ser concebido como um plano do governo federal. Deve constituir, de fato, referencial para a sociedade regional, seus atores sociais e agentes públicos. Por outro lado, como uma perspectiva de longo prazo, o Plano (2007-2020) não pode ser confundido com o plano do governo atual, devendo compor a base estratégica para futuros governos brasileiros e seus parceiros nos Estados da Região.

O Plano foi elaborado de forma participativa, envolvendo a sociedade com a parceria dos governos dos Estados, de modo a incorporar as expectativas e percepções da população e das lideranças do Centro-Oeste em relação aos desafios do futuro. O processo participativo, que deve ser confirmado na implementação do Plano, constitui também fator determinante de sua sustentabilidade política, assegurando a efetiva implementação das ações prioritárias, mesmo com mudanças de governo. A confirmação do Plano como uma referência estratégica para os agentes e atores sociais, ao persistir e resistir às mudanças políticas depende, antes de tudo, da aderência e consistência dos seus propósitos e prioridades com a visão da sociedade e de suas lideranças políticas, sociais e empresariais.

Deixa de ser o plano de um determinado Governo, para criar bases sólidas na sociedade, incorporar as prioridades estratégicas e refletir-se nas decisões dos governos. A efetiva implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste depende de sua capacidade em refletir e expressar as preocupações e propostas dominantes na sociedade; mas também, da sua contribuição para a formação de grandes convergências entre os atores sociais em torno das prioridades de desenvolvimento. A participação da sociedade na formulação do Plano e na sua execução constitui, portanto, a condição central para o seu sucesso; pelo fato de incorporar as expectativas da sociedade sobre o futuro da região, e pela contribuição para a construção de um “projeto coletivo” regional que ultrapassa os limites dos governos e se incorpora nas expectativas e anseios dos atores sociais.



O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020) está apresentado em sete capítulos, além da Introdução que explica a metodologia utilizada na sua elaboração; o primeiro capítulo apresenta uma análise resumida da evolução da realidade sócio-econômica do Centro-Oeste, e antecipa alguns movimentos que preparam o futuro da Região.

O capítulo seguinte descreve os cenários do Centro-Oeste no horizonte 2020. Antecipa análise das alternativas de mudança futura do contexto mundial e nacional, condicionantes importantes do futuro da região e termina com uma descrição da visão de futuro do Centro-Oeste segundo as expectativas da sociedade.

O capítulo III mostra, de forma sistemática, as potencialidades de desenvolvimento e os estrangulamentos que emperram ou dificultam o desenvolvimento regional. O quarto capítulo destaca, a partir dos cenários do contexto, as oportunidades e as ameaças que o Centro-Oeste deve encontrar na sua trajetória futura.

O quinto capítulo é a parte central do Plano. Explicita o que será feito para promover o desenvolvimento do Centro-Oeste, desde os vetores de desenvolvimento até a carteira de projetos prioritários.

O sexto capítulo apresenta os instrumentos que serão utilizados para a implementação da estratégia. Nele, o FCO é citado como principal instrumento de financiamento dos investimentos e da produção empresarial.

O sétimo, e último, descreve o modelo de gestão que será necessário para organizar o Estado e a sociedade na execução e monitoramento do Plano.

2.2.2. Plano de Ação Referente ao Semestre

A Programação do FCO para o Exercício de 2010 foi elaborada pelo Banco do Brasil e aprovada pelo Conselho Deliberativo do Fundo – Condel/FCO, em consonância com as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei n.º 7.827; as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional; a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR; o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste – PDCO; e as contribuições dos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal – CDE.

Planejamento

Anualmente, o Banco do Brasil elabora a proposta de aplicação dos recursos para o exercício seguinte, com base nas diretrizes da Lei 7.827/89 e em consonância com o Plano de Desenvolvimento Regional. Na formulação da proposta, o Banco observa, ainda, as diretrizes e prioridades fixadas pelo MI. Até 30 de setembro de cada ano, o BB encaminha a proposta ao MI, que deverá submetê-la ao CONDEL/FCO até 15 de novembro. O CONDEL/FCO, por sua vez, deverá aprovar a proposta até o dia 15 de dezembro.



Execução

Os recursos recebidos do MI, em parcelas decendiais, acrescidos do resultado financeiro mensal e dos retornos de operações, são alocados para aplicação nos programas de financiamento em vigor.

A distribuição dos recursos do Fundo, no 1º Semestre de 2010, obedeceu aos percentuais abaixo:

- a) Unidades Federativas do Centro-Oeste, da seguinte forma: 19,0% (DF), 29,0% (GO), 29,0% (MT) e 23,0% (MS).

Obs.: Na distribuição entre as UF's, 51% dos recursos do Fundo foram destinados aos micro e pequenos empresários e aos mini e pequenos produtores rurais e 49,0% aos médios e grandes tomadores.

Ao final do exercício, as Unidades Federativas podem apresentar maior ou menor volume de recursos disponíveis, em decorrência de:

- a) aumento ou retração na demanda;
- b) existência de propostas em exame e/ou de operações aprovadas e ainda não contratadas; e
- c) assunção pelo Fundo ou pelo agente financeiro de operações inadimplidas.

No encerramento do exercício, os recursos não aplicados são realocados para distribuição de acordo com a programação anual do exercício seguinte.

As principais diretrizes observadas pelo Banco do Brasil na aplicação dos recursos são:

- a) concessão de financiamentos exclusivamente ao setor produtivo privado;
- b) tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e mini-produtores rurais e pequenas e microempresas, às de uso intensivo de matéria-prima e mão-de-obra locais, às que produzem alimentos básicos para consumo da população, bem como aos projetos de irrigação, quando pertencentes aos citados produtores, suas associações e cooperativas;
- c) preservação do meio ambiente;
- d) adoção de prazos e carência, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos;
- e) conjugação do crédito com a assistência técnica, no caso de setores tecnologicamente carentes;
- f) orçamentação anual das aplicações dos recursos;
- g) uso criterioso dos recursos e adequada política de garantias, com limitação das responsabilidades de crédito por cliente, grupo empresarial ou grupo agropecuário, de forma a atender a um universo maior de beneficiários e assegurar racionalidade, eficiência, eficácia e retorno às aplicações;
- h) apoio à criação de novos centros, atividades e pólos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intra-regionais de renda; e
- i) proibição de aplicação dos recursos a fundo perdido.



2.3. Programas sob a Responsabilidade da Unidade

O FCO é um fundo de origem constitucional, não vinculado diretamente a programa de governo, com objetivo específico de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos.

Citados programas de financiamento referem-se às linhas de financiamento definidas em programação anual do CONDEL/FCO para utilização pelo agente financeiro na contratação de operações junto aos tomadores finais.

Em analogia aos programas de governo, o FCO pode ser considerado um “programa finalístico”, porquanto seus recursos são ofertados diretamente à sociedade, com ação não orçamentária.

As linhas de financiamento operacionalizadas no âmbito do FCO estão segmentadas por atividade econômica – RURAL e EMPRESARIAL – e são direcionadas a mini, pequenos, médios e grandes produtores rurais e a micro, pequenas, médias e grandes empresas, respectivamente.

2.3.1. Relação dos Programas e Suas Principais Ações

Em consonância com o disposto no art. 15, parágrafo único, da Lei 7.827, de 27.09.1989, com a redação da Lei 10.177, de 12.01.2001, o Banco do Brasil encaminhou ao Ministério da Integração Nacional a proposta de aplicação dos recursos relativa aos programas de financiamento para o 1º Semestre de 2010. A referida programação foi aprovada pelo Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - CONDEL/FCO em 11.12.2009, nos termos da Resolução n.º 379, e alterada por Resoluções posteriores, no decorrer do período.

Os financiamentos com recursos do Fundo são implementados por meio dos seguintes Programas e Linhas de Financiamentos:

2.3.1.1. Programa de FCO Empresarial

2.3.1.1.1. Programa de FCO Empresarial de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

2.3.1.1.1.1. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MPE

FINALIDADE:

Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização, adequação ambiental e sanitária ou realocização de empreendimentos industriais e agroindustriais, capital de giro associado e aquisição de insumos e matéria-prima.

BENEFICIÁRIOS:

Pessoas jurídicas de direito privado, desde que se dediquem à atividade produtiva nos setores industrial, agroindustrial e mineral.



2.3.1.1.2.3. Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MGE

FINALIDADE:

Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação e modernização de empreendimentos turísticos, com ou sem capital de giro associado.

BENEFICIÁRIOS:

Pessoas jurídicas de direito privado, desde que se dediquem à atividade turística, tais como: meios de hospedagem, agências de turismo, organizadoras de eventos, parques temáticos, acampamento turístico, restaurantes, cafeteiras, bares e similares, centro de convenções, parques aquáticos, empreendimentos dotados de equipamentos de entretenimento e lazer, estrutura de apoio ao turismo náutico, casas de espetáculos/equipamentos de animação turística, prestadoras de serviços de infraestrutura para eventos e prestadoras especializadas em segmentos turísticos. As empresas e os empresários individuais, denominados prestadores de serviços turísticos, devem estar cadastrados no Ministério do Turismo.

2.3.1.1.2.4. Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MGE

FINALIDADE:

Financiamento de todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização ou realocação de empreendimentos dos setores comercial e de serviços, com ou sem capital de giro associado. Excepcionalmente, financiar investimentos exclusivamente para a adequação ambiental de instalações de empresas com atuação na revenda de combustíveis e lubrificantes para veículos

BENEFICIÁRIOS:

Pessoas jurídicas de direito privado, desde que se dediquem a atividades nos setores comercial e de serviços e, excepcionalmente, empresas que atuam na revenda varejista de combustíveis e lubrificantes para veículos automotivos (postos revendedores, postos de atendimento e sistema retalhista), nos termos da Resolução Conama n.º 273/2000.



2.3.1.2. Programa de FCO Rural

2.3.1.2.1. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

FINALIDADE:

Financiamento de investimentos fixo e semifixo e de custeio associado a projeto de investimento, bem como de empreendimentos destinados ao beneficiamento e transformação de matéria-prima regional *in natura*, de origem agropecuária de produção preponderantemente própria, compreendendo a implantação, ampliação e modernização de agroindústria conduzida por produtores rurais de forma isolada ou reunidos em cooperativas ou associações e a produção artesanal de produtos desenvolvidos por mini e pequenos produtores rurais, de forma isolada ou em grupo, tais como doces, biscoitos, pães, geléias, queijos, iogurtes, cestas e artigos de couro.

BENEFICIÁRIOS:

Produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, suas cooperativas de produção e associações, desde que se dediquem à atividade produtiva no setor rural.

2.3.1.2.2. Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Irrigação e Drenagem

FINALIDADE:

Financiamento de serviços como projetos básicos e executivos de irrigação e drenagem, empreendimentos em infra-estrutura hídrica como barragens, obras civis e hidráulicas, eletricidade, equipamentos de irrigação novos e usados, bem como reformas e remodelagem de equipamentos destinados à implantação, ampliação e modernização de atividades conduzidas no processo produtivo e que estejam direcionados às necessidades da agricultura irrigada.

BENEFICIÁRIOS:

Produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, suas cooperativas de produção e associações.

2.3.1.2.3. Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural (CONVIR)

FINALIDADE:

Financiamento de empreendimentos destinados à implantação, ampliação e modernização de atividades conduzidas em regime de integração, cujo processo produtivo esteja direcionado às necessidades de unidade integradora, e financiamento de custeio.

BENEFICIÁRIOS:

Produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, desde que se dediquem à atividade produtiva no sistema de integração rural.



2.3.1.2.4. Linha de Financiamento de Integração Lavoura-Pecuária

FINALIDADE:

Financiamento de itens de investimento fixo e semifixo e de custeio associado, vinculados a projeto de adoção de sistemas de integração de agricultura com pecuária.

BENEFICIÁRIOS:

Produtores rurais, na condição de pessoas física ou jurídica, suas cooperativas de produção e associações de produtores, desde que se dediquem à atividade produtiva no setor rural.

2.3.1.2.5. Linha de Financiamento de Conservação da Natureza

FINALIDADE:

Financiamento de investimentos, de custeio agrícola e de custeio associado a projeto de investimento destinados a possibilitar o aproveitamento de áreas degradadas ou alteradas, conservação e recuperação de microbacias, nascentes e mananciais, implantação de sistemas agroflorestais e florestais, tratamento de efluentes oriundos de atividades agropecuárias, produção de alimentos associados a práticas ecologicamente sustentáveis, produção de insumos orgânicos, inscrição, certificação, inspeção e manutenção de projetos de seqüestro de carbono e de redução de emissão de gases de efeito, implantação de manejo florestal sustentado de baixo impacto em florestas, implantação e certificação de sistemas de gestão ambiental, implantação de culturas oleaginosas alternativas para produção de biodiesel.

BENEFICIÁRIOS:

Produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, e suas cooperativas de produção e associações, desde que se dediquem à atividade produtiva no setor rural.

Para efeito de enquadramento no Programa Pronatureza, equipara-se a produtor rural a pessoa jurídica que se dedique a atividades florestais e que conste em seu contrato social a descrição dessa atividade.

2.3.1.2.6. Linha de Financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira

FINALIDADE:

Financiamento para a retenção de fêmeas bovinas.

BENEFICIÁRIOS:

Produtores rurais cujas propriedades estejam localizadas na planície pantaneira, 50% de suas áreas utilizáveis sejam constituídas de pastagens nativas, estejam integradas a projetos de capacitação técnica e gerencial e detenham áreas de pastagens, com potencial que permita a evolução da atividade.



2.3.1.2.7. Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura

FINALIDADE:	BENEFICIÁRIOS:
Financiamento de investimentos fixos, semifixos e de custeio compreendendo em especial a implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos aquícolas, bem como financiamento da cadeia produtiva da aquicultura, a implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos destinados à produção de insumos, beneficiamento, comercialização e armazenamento da produção e o custeio associado de itens necessários à atividade aquícola.	Aquicultores, na condição de pessoas físicas ou jurídicas, desde que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais freqüente meio de vida, além de cooperativas e associações de aquicultores.

2.3.1.2.8. Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca

FINALIDADE:	BENEFICIÁRIOS:
Financiamento de operações de investimento a pescadores artesanais, isoladamente ou por meio de suas cooperativas, bem como associações de pescadores artesanais, para investimento na melhoria das condições de produção, armazenamento, beneficiamento e comercialização do pescado e financiamento a pescadores artesanais, beneficiários do financiamento acima descrito, para custeio da atividade de pesca.	Pescadores artesanais, diretamente ou por intermédio de suas cooperativas, entendido como aqueles que, com meios de produção próprios, exercem sua atividade de forma autônoma, individualmente ou em regime de economia familiar ou, ainda, com auxílio eventual de outros parceiros, sem vínculo empregatício, além de cooperativas ou associações de pescadores artesanais.

2.3.1.2.9. Linha Especial de Financiamento para Adequação do Sistema de Produção Pecuário na Região de Fronteira

FINALIDADE:	BENEFICIÁRIOS:
Financiamento de investimentos semifixos e de custeio, compreendendo basicamente a retenção de bovinos, para a adequação das propriedades à adoção das medidas sanitárias preconizadas pelos órgãos oficiais.	Produtores rurais, na condição de pessoas física ou jurídica, suas cooperativas de produção e associação de produtores, desde que se dediquem à atividade produtiva rural na Zona de Alta Vigilância Sanitária com o Paraguai e a Bolívia.

2.3.1.2.10. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

FINALIDADE:	BENEFICIÁRIOS:
Apoio financeiro às atividades agropecuárias e não agropecuárias, exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família.	Agricultores familiares.



2.3.1.2.11. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – Reforma Agrária (Planta Brasil)

FINALIDADE:	BENEFICIÁRIOS:
Financiamento de investimentos destinados à implantação, ampliação e modernização de infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural ou áreas comunitárias rurais próximas, desde que localizados na Região Centro-Oeste.	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária ou beneficiários do Programa de Crédito Fundiário do Governo Federal.

2.3.1.3. Programa de FCO para Repasse

2.3.1.3.1. Programa de FCO Empresarial para Repasse

FINALIDADE:	BENEFICIÁRIOS:
Financiamentos nas Linhas de Desenvolvimento Industrial, de Infra Estrutura Econômica, do Turismo Regional e dos Setores Comercial e de Serviços operados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com capacidade técnica comprovada e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar os programas de financiamento, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas.	Micro e pequenas empresas

2.3.1.3.2. Programa de FCO Rural para Repasse

FINALIDADE:	BENEFICIÁRIOS:
Financiamentos nas Linhas de Desenvolvimento Rural, de Irrigação e Drenagem, de Sistema de Integração Rural-Convir, de Integração Lavoura-Pecuária, de Conservação da Natureza, de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira, de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e da Pesca, operados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com capacidade técnica comprovada e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar os programas de financiamento, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas.	Mini e pequenos produtores rurais, na condição de pessoas físicas e jurídicas, suas associações e cooperativas.



2.3.1.4. Principais Ações do Programa

Contratações - Comparação 1º Semestre de 2010 e de 2009

PROGRAMAS	2010		2009		(R\$ mil) Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
EMPRESARIAL	8.028	951.092	7.926	693.381	1,3	37,2
Industrial	981	439.404	934	156.910	5,0	180,0
Infraestrutura	3	68.395	5	101.811	-40,0	-32,8
Turismo	1.310	67.350	1.107	52.992	18,3	27,1
Comércio e Serviço	5.734	375.944	5.880	381.668	-2,5	-1,5
RURAL	21.533	791.514	21.935	927.171	-1,8	-14,6
Rural/Integração	3.838	447.898	2.762	550.753	39,0	-18,7
PRONAF	15.992	301.847	16.453	278.237	-2,8	8,5
PRONAF-RA	1.622	24.016	2.149	28.147	-24,5	-14,7
Pronatureza	73	17.021	128	48.214	-43,0	-64,7
Custeio	8	732	443	21.820	-98,2	-96,6
Total Geral	29.561	1.742.606	29.861	1.620.552	-1,0	7,5
Posição 30.06.2010						

Quadro 1 – Contratações – Comparação 1º Semestre de 2010 e 2009

No comparativo entre o 1º Semestre de 2010 e de 2009, houve em 2010 redução de 1,0% na quantidade e aumento de 7,5% no valor total das contratações. No entanto, a linha de financiamento do Desenvolvimento Industrial (no setor Empresarial) obteve expressivo índice de aumento no volume contratado neste semestre (180,0%).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf – Reforma Agrária apresentou redução nas contratações em 2010 com recursos do FCO, causada por fatores exógenos, em especial dificuldades de emissão de certificados/licenças pelo Incra.

As operações de Pescart, Convir, Linha Especial de Financiamento na Região da Fronteira, Lavoura-Pecuária, Irrigação e Drenagem e Proaqua também fazem parte da linha de financiamento de Desenvolvimento Rural/Integração e encerraram o semestre com o montante de R\$ 9,9 milhões. O quadro a seguir apresenta as contratações por Programas e linhas de financiamentos conforme Programação 2010.



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

PROGRAMAS	DF		GO		MS		MT		TOTAL	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
EMPRESARIAL MPE	1.162	68.670	3.117	159.956	1.932	80.554	1.549	85.030	7.760	394.210
Desenvolvimento Industrial	112	9.593	447	24.320	174	9.704	124	8.203	857	49.611
Infraestrutura	0	0	0	0	0	0	1	892	1	892
Turismo Regional	206	12.486	426	22.242	380	14.114	289	14.671	1.299	62.512
Comércio e Serviços	645	47.602	2.245	113.394	1.372	57.736	1.136	61.263	6.603	276.954
EMPRESARIAL MGE	51	50.988	131	117.142	34	120.372	43	267.249	259	555.750
Desenvolvimento Industrial	20	14.734	72	67.571	16	115.639	14	191.144	121	395.159
Infraestrutura	0	0	0	0	0	0	2	57.502	2	57.502
Turismo Regional	0	0	5	1.509	3	453	2	1.913	10	3.775
Comércio e Serviços	31	36.254	54	48.061	16	4.280	25	2.769	128	35.316
RURAL	121	18.268	2.397	180.555	630	138.836	647	122.460	3.795	458.120
Desenvolvimento Rural	112	14.110	2.354	174.077	593	120.981	639	119.935	3.655	425.004
Desenv. Irrigação e Drenagem	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Constr.	0	0	0	0	5	6.868	1	1.264	8	2.149
Integração Lavoura-Pecuária	0	0	0	0	1	427	0	0	1	427
Pronatureza	9	2.158	43	6.478	19	9.177	1	141	72	16.954
Retenção de matrizes na planície pantaneira	0	0	0	0	2	1.049	6	1.200	8	2.249
Proaqua	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pescart	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Adeq. sist prod pecuário região de fronteira	0	0	0	0	10	1.335	0	0	10	1.336
PRONAF	559	10.601	10.065	171.189	2.177	35.205	4.813	108.669	17.614	325.863
PRONAF	485	9.208	9.820	167.654	1.635	23.448	4.182	101.337	16.982	301.847
PRONAF-RA	74	1.393	245	3.334	672	11.757	631	7.532	1.622	24.016
REPASSE	1	100	51	2.780	22	1.827	59	3.955	133	8.662
Empresarial										
Desenvolvimento Industrial	0	0	0	0	0	0	3	434	3	434
Turismo Regional	0	0	0	0	1	62	0	0	1	62
Comércio e Serviços	0	0	1	90	1	288	3	258	5	635
Rural										
Desenvolvimento Rural	1	100	50	2.690	19	1.410	53	1.264	123	7.463
Pronatureza	0	0	0	0	1	67	0	0	1	67
Total Geral	1.894	146.627	15.761	631.621	4.795	376.795	7.111	587.563	29.561	1.742.606

Posição em 30.06.2010

Quadro 2 – Contratações por Programa, Porte e UF

Contratações em Custeio, Aquisição de Insumos e/ou Matéria-prima e Formação de Estoque para Vendas

UF	Rural			Empresarial		
	Limite/Teto	Contratações	% de Ating.	Limite/Teto	Contratações	% de Ating.
DF	8.153	3.131	38,4	32.612	39.743	121,9
GO	90.392	72.431	80,1	90.392	117.074	129,5
MS	23.301	8.836	37,9	54.370	60.184	110,7
MT	64.470	35.346	54,8	64.470	60.274	93,5
Total	186.316	119.743	64,3	241.843	277.274	114,7

Posição: 30.06.2010

Quadro 3 - Contratações em Custeio e Aquisição de Matéria-prima e Insumos

No 1º semestre de 2010, foram contratadas 11.259 operações com custeio, totalizando R\$ 119,7 milhões.

O item financiado Aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoque para vendas atingiu o montante de R\$ 277,3 milhões, com 6.505 operações contratadas no 1º



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Semestre de 2010, distribuídas conforme a seguir: DF - R\$ 39,7 milhões; GO - R\$ 117,1 milhões; MS - R\$ 60,2 milhões; e MT - R\$ 60,3 milhões. Em relação ao mesmo período de 2009, houve decréscimo de 3,8% em volume contratado, sendo o maior decréscimo no Estado de Goiás, 12,1%, em volume contratado. Por outro lado, houve incremento no percentual de 12,1%, para o Estado de Mato Grosso do Sul.

A assistência aos mini/micro e pequenos tomadores de financiamento de custeio, nas Linhas de Financiamento do FCO Rural, excetuados a Linha de Financiamento de Conservação da Natureza e o Pronaf, e de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas, nas Linhas de Financiamento do FCO Empresarial, fica limitada, em cada Unidade Federativa, ao montante contratado de financiamentos de investimentos com esse segmento de mini/micro e pequenos tomadores, respeitado o teto de 15% dos recursos previstos para o exercício anual.

Observações:

I. Para o primeiro trimestre do ano, será observado como limite de contratação o valor calculado com base na média mensal das contratações de investimento observadas no período de junho a novembro do ano anterior, multiplicada por três.

II. A partir do segundo trimestre, será observado como limite de contratação o valor acumulado dos investimentos contratados no exercício.

III. Os percentuais de distribuição entre os setores rural e empresarial, definidos pelos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados – CDE, são os seguintes:

UF	DF	GO	MT	MS
Sector				
FCO Empresarial	80%	50%	50%	50%
FCO Rural	20%	50%	50%	50%
Total	100%	100%	100%	100%

IV. As informações de que tratam as observações I e II serão inseridas mensalmente no Caderno de Informações Gerenciais.

Os limites e tetos definidos na Programação Anual 2010 foram revistos e alterados a partir de agosto de 2010.

Contratações no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf/FCO

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares. O Programa oferece apoio financeiro às atividades exploradas com emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

No 1º Semestre de 2010, o FCO financiou 15.992 projetos de agricultores familiares, com investimentos totais da ordem de R\$ 301,8 milhões, conforme espelha o quadro abaixo, por Unidade da Federação, representando incremento de 8,5% no volume contratado no mesmo período de 2009 (R\$ 278,2 milhões):



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Contratações	DF	GO	MS	MT	TOTAL
Quantidade	485	9.820	1.505	4.182	15.992
Valor	9.208	167.854	23.448	101.337	301.847
Posição em 30.06.2010					

(R\$ mil)

Quadro 4 – Contratações do Pronaf/FCO

O Estado de Goiás destacou-se pelo maior volume de empreendimentos financiados ao abrigo do Pronaf/FCO: com 9,8 mil projetos de agricultores familiares assistidos com recursos do Fundo, correspondentes a 61,4% das operações realizadas no período e investimentos de R\$ 167,9 milhões, 55,6% do montante total.

Com relação aos resultados do 1º semestre do exercício anterior, no Distrito Federal foi observado incremento de 14,9% na quantidade de operações, com 485 operações contratadas (422 no mesmo período de 2009), e 56,9% em relação ao montante, totalizando R\$ 9,2 milhões (R\$ 5,9 milhões no primeiro semestre de 2009).

O demonstrativo a seguir apresenta a quantidade de postos de trabalho gerados ou mantidos em decorrência dos financiamentos realizados com recursos do FCO, no âmbito do Pronaf:

Empregos	DF	GO	MS	MT	TOTAL
Diretos	5.628	27.381	16.471	26.292	75.772
Indiretos	8.944	45.157	27.525	44.195	125.821
TOTAL	14.572	72.538	43.996	70.487	201.593

Posição em 30.06.2010

Quadro 5 – Empregos gerados no âmbito do Pronaf

A carteira de financiamento do Pronaf/FCO, com exceção dos agricultores enquadrados no Programa de Reforma Agrária, registrou, em 30.06.2010, saldos totais de R\$ 1.507,5 milhões (incremento de 62,2% em relação ao 1º semestre de 2009 – R\$ 929,3), assim distribuídos, por atividade produtiva e Unidade da Federação:

Setor	DF	GO	MS	MT	TOTAL
Agricultura	4	72	103	412	590
Custeio	10.597	195.113	41.663	84.891	332.264
Investimento	22.596	524.464	120.774	503.399	1.171.234
Pecuária	12	2.254	72	1.072	3.410
TOTAL	33.209	721.902	162.613	589.774	1.507.498

(R\$ mil)

Em R\$ mil, posição em 30.06.2010

Quadro 6 – Saldos do Pronaf

O setor de investimento, com saldos de R\$ 1.171,2 milhões, representou 77,7% da carteira do Pronaf/FCO e incremento de 81,8% em relação ao mesmo período de 2009 (R\$ 644,2 milhões). Entre as Unidades Federativas, o Estado de Goiás registrou o maior volume de financiamentos de projetos dos agricultores familiares, apresentando saldos da ordem de R\$ 721,9 milhões, ao final do semestre. O Mato Grosso apresentou o maior incremento no atendimento aos agricultores familiares (90,5%) em relação ao período anterior, seguido do Distrito Federal



(71,0%). Os Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul apresentaram incrementos de 46,2% e 52,9% respectivamente.

Contratações no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Reforma Agrária (Pronaf-RA)

Os valores previstos em cada Unidade Federativa para o Pronaf – Reforma Agrária são aplicados de acordo com a demanda apresentada no Programa, até o percentual estabelecido pela Lei nº 9.126, de 10.11.1995.

Destaque-se que a aplicação nesse Programa não depende apenas do Banco do Brasil, vez que, além da aprovação ou reconhecimento dos projetos pelo Incra, cabe aos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Sustentável – CEDRS, por meio de suas Câmaras Técnicas de Crédito Rural – CTCR, definir:

- a) os Projetos de Assentamento do Incra ou Projetos Estaduais e Municipais de Assentamento por este reconhecidos;
- b) as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário do Governo Federal, inclusive do Fundo de Terras e Reforma Agrária, Cédula da Terra e Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, aptas a receber os financiamentos.

O Banco do Brasil mantém constante troca de informações com o Ministério do Desenvolvimento Agrário com o objetivo de incrementar as aplicações do Pronaf – Reforma Agrária e, assim, reduzir o volume de recursos do FCO reservados e não utilizados no âmbito do Programa.

Não obstante, em relação ao 1º semestre do exercício anterior, percebe-se redução de 24,5% na quantidade de operações e 14,7% no montante contratado com o público de reforma agrária (R\$ 28,1 milhões no mesmo período de 2009).

	(R\$ mil)				
Contratações	DF	GO	MS	MT	TOTAL
Quantidade	74	245	672	631	1.622
Valor	1.393	3.334	11.757	7.532	24.016
Posição em 30.06.2010					

Quadro 7 – Contratações Pronaf -RA

Observou-se incremento no montante contratado no Distrito Federal (186,0%), Goiás (58,5%) e Mato Grosso do Sul (23,5%), em relação ao período anterior. Apenas no Mato Grosso houve queda nas aplicações, de 53,0% em relação ao mesmo período de 2009.

2.3.2. Áreas Responsáveis pela Condução dos Programas e Ações

Conforme artigo 13 da Lei 7.827/89, a administração do FCO será exercida pelo Conselho Deliberativo do Centro-Oeste – CONDEL, pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Banco do Brasil.



Cabe ao Banco do Brasil, como agente financeiro, aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito de acordo com os programas aprovados pelo CONDEL.

2.3.3. Considerações sobre o Atingimento das Metas Físicas e Financeiras

As contratações realizadas com recursos do FCO no primeiro semestre de 2010 atingiram R\$ 1.742,6 milhões, ou seja, 41,9% do montante de recursos previstos para o exercício de 2010 (R\$ 4.155,9 milhões).

Esse desempenho foi 7,5% superior ao observado no mesmo período de 2009, quando as contratações somaram R\$ 1.620,5 milhões.

2.4. Desempenho Operacional

2.4.1. Evolução das Despesas e Receitas

2.4.1.1. Execução Orçamentária

O ano de 2010 iniciou-se com uma disponibilidade de R\$ 1.368,3 milhões, remanescente do exercício de 2009, que, somada as demais origens de recursos¹ e deduzidos os recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores, alcançou R\$ 2.856,1 milhões distribuídos no primeiro semestre de 2010, 6,7% acima do previsto (R\$ 2.676,7 milhões).

Esse incremento ocorreu, especialmente, em função do resultado operacional do Fundo que foi R\$ 23,5 milhões acima do previsto² e do retorno dos financiamentos, em mais R\$ 90,9 milhões acima do esperado³, o que reflete a qualidade da carteira de financiamentos com recursos do Fundo concedidos pelo BB e sua eficiência na administração desses recursos.

2.4.1.2. Impactos Sócio-Econômicos

Na avaliação dos impactos sócio-econômicos decorrentes dos financiamentos realizados no período, consoante os dados extraídos dos projetos financiados com recursos do FCO, estima-se a geração/manutenção de cerca de 201,6 mil postos de trabalho na Região, sendo 75,8 mil diretos e 125,8 mil indiretos, favorecida pelos R\$ 1.742,6 milhões contratados.

É importante ressaltar que mais da metade desse total contratado (50,6%) beneficiaram empreendimentos conduzidos por mini e pequenos produtores rurais e por micro e pequenas empresas do Centro-Oeste, fato que coloca o FCO como o mais importante instrumento de apoio financeiro para os projetos do segmento de menor porte da Região.

No que se refere à distribuição dos financiamentos, é importante registrar que, dos 466 municípios existentes na Região, 455 (97,6%) contaram com operações do FCO em 2010. Se

¹ Repasses do Tesouro Nacional; Retorno dos Financiamentos; Resultado Operacional

² Previsto: R\$ 82,7 milhões; Realizado: R\$ 106,2 milhões

³ Previsto: R\$ 672,6 milhões; Realizado: R\$ 763,6 milhões



considerado o histórico de contratações, todos os municípios já foram beneficiados com financiamentos do FCO.

2.4.1.3. Resultados Financeiro e Operacional

O valor do patrimônio do Fundo observado ao final do primeiro semestre de 2010, da ordem de R\$ 13.078,2 milhões, apresentou crescimento de 12,9% nos últimos doze meses.

A carteira de financiamentos do FCO apresentou saldo de R\$ 11.524,7 milhões, representando incremento de cerca de 4,8% em comparação com a posição registrada no final do primeiro semestre de 2009 (R\$ 11.002,0 milhões).

As disponibilidades totalizaram R\$ 1.553,5 mil em 30 de junho de 2010 (R\$ 583.664 mil em 30 de junho de 2009), e representam apenas 11,9 % do montante de recursos do FCO (5,0 % em 30 de junho de 2009).

A inadimplência (relação entre as parcelas vencidas dos financiamentos e o saldo da carteira) observada ao final de junho/2010 foi de 3,14%, retraindo em 13,26% o percentual observado na mesma data do ano anterior (3,62%). Considerando o risco de crédito das operações, a inadimplência ficou assim representada no final do ano: risco exclusivo do BB – 0,75%; risco compartilhado entre o BB e o FCO – 3,40%; risco exclusivo do FCO – 23,44%; e risco de terceiros – 52,86%.

2.4.1.4. Diretrizes e Prioridades

Diretrizes

Objetivando atender às diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional – MI, além das diretrizes previstas no art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, diversas ações foram desenvolvidas com o intuito de divulgar os programas/linhas de financiamento do FCO, dentre as quais destacamos os seminários FCO Itinerante, que, no primeiro semestre de 2010, foram realizados em mais de 47 localidades:

- Brasília, Sobradinho e Gama, no Distrito Federal;
- Aparecida de Goiânia, Niquelandia, Trindade, Caçu, Minaçu, Senador Canedo, Mozarlândia, Anápolis, Quirinópolis, Barro Alto, Aruanã, Porangatu, Bom Jardim, Hidrolândia, Santa Terezinha, Pirenópolis, São Miguel do Araguaia, Morrinhos, Jaraguá, Jussara, Cachoeira Alta, Goianésia, Cristalina, Jataí, Britânia, Rio Verde, Formosa, Catalão, Orizona e Pires do Rio, em Goiás;
- Matupá, Sorriso, Comodoro, Cáceres, Água Boa, Torixoréu, Juara, Campo Novo dos Parecis e Primavera do Leste, em Mato Grosso; e
- Mundo Novo, Dourados, Aparecida do Taboado, Aquidauana e Rio Brillhante, em Mato Grosso do Sul.

Internamente, foi oferecido tratamento específico às abordagens relacionadas ao FCO, das quais podemos destacar:



- emissão de comunicados periódicos informando os municípios sem contratação no período, enfatizando o objetivo do Fundo Constitucional;
- revisão do fluxo operacional de análises de propostas de financiamento com recursos do FCO;
- especialização de equipe para estudo e análises de propostas com recursos do Fundo nas respectivas instâncias;
- priorização nas análises de projetos de FCO no âmbito das unidades; e
- boletins informativos sobre novidades e notícias sobre FCO, através dos canais de comunicação corporativos.

Outras ações desenvolvidas com o intuito de divulgar os programas/linhas de financiamento do FCO encontram-se detalhadas a seguir:

Distrito Federal

No ano de 2010, a integração do BB com o Conselho de Desenvolvimento Econômico do DF – CDE-DF e o Fórum Produtivo do DF foi muito positiva e permitiu ao Banco presença constante, voltada para a divulgação do FCO, em diversas reuniões e eventos, além do estabelecimento de parcerias, o que resultou em:

- divulgação das Linhas de Crédito do FCO em feiras, exposições e circuito de palestras;
- realização de seminários do FCO Itinerante focado principalmente em mini e pequenos empresários e produtores rurais;
- realização de workshop com a participação das empresas de assistências técnica, responsáveis pela elaboração de propostas e projetos de financiamento;
- disponibilização de funcionário da Superintendência Estadual à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do DF, um dia por semana, para atender aos micro e pequenos empresários no âmbito das Linhas do FCO Empresarial;
- manutenção da dispensa de apreciação pelo CDE DF das cartas-consultas de valor com participação do Fundo até R\$ 200 mil, minimizando o tempo de resposta ao cliente e agilizando o processo de crédito, principalmente para os mini e pequenos empresários e produtores rurais, que apresentam propostas de menor valor;
- intensificação da parceria com a Emater – DF, disponibilizando os programas CMR – Cadastramento Rural Massificado e o CFC – Contratação de Financiamento por Convênio, que permite aos parceiros acolher e operacionalizar propostas da Agricultura Familiar, simplificando e agilizando o processo de crédito, gerando maior rapidez no atendimento aos mini e pequenos produtores rurais;
- treinamento de funcionários do Banco do Brasil para o atendimento a Agricultura Familiar, visando melhor integração com os parceiros e maior agilidade nas contratações com recursos do FCO;
- realização de encontros com produtores rurais, Emater-DF, Emater-GO, técnicos agropecuários, superintendência e funcionários de agências com a finalidade de levantar necessidades de crédito e elucidar procedimentos para contratação de operações;
- criação do Coderfap (Comitê de Discussão Empresarial e Rural para Desenvolvimento e Financiamento à Atividade Produtiva do Distrito Federal), tendo como finalidade deliberar sobre as intenções de crédito, aplicação de recursos e discussão de estratégias para o desenvolvimento da atividade produtiva do Distrito Federal e Ride, composto por entidades civis e governamentais do DF e pelo Banco do Brasil; e



- divulgação da Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional, com vistas à implantação, ampliação e modernização de empreendimentos turísticos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Goiás

O Banco do Brasil, em Goiás, vem desenvolvendo ações, em conjunto com órgãos governamentais, associações de classe e outras entidades, com vistas a divulgar as condições de financiamento do FCO, consolidando o Fundo como um dos principais motores para o desenvolvimento do Estado, contribuindo para a geração de emprego e renda e para a inclusão social.

A aplicabilidade dos recursos, partindo da estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS, contribui, significativamente, para a efetivação de seus objetivos, uma vez que é construído junto às bases de produtores rurais, criando condições para o desenvolvimento e a permanência de famílias no campo, com qualidade de vida.

Dentre as ações desenvolvidas no âmbito do Estado de Goiás pelo Banco do Brasil, em conjunto com o Governo Estadual, o Conselho de Desenvolvimento do Estado – CDE-GO e outros parceiros, destacam-se:

- intensificação da estratégia negocial de Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS, que tem como principais objetivos geração de trabalho e renda, inclusão dos mini e pequenos produtores e empresas nos mercados consumidores e de trabalho e preservação e recuperação do meio ambiente;
- participação em grupos de trabalho (GT) realizados em conjunto com o CDE para discussão sobre a adoção de procedimentos e ações que possam agilizar a aplicação dos recursos do FCO no Estado, bem como na definição de regras e parâmetros para o direcionamento das aplicações, bem como gestão da inadimplência no FCO;
- participação e envolvimento nos eventos de FCO Itinerante, tanto com palestras quanto com patrocínio e material institucional;
- prestação de atendimento imediato Empresarial/Rural no Banco do Brasil, às demandas priorizadas pelo CDE-GO;
- realização de encontros de trabalho com a participação dos intervenientes que participam das análises das cartas-consulta do FCO rural e empresarial, no Estado, para alinhamento de procedimentos, dirimir dúvidas e acelerar as análises;
- realização de encontro com intercâmbio de experiências na aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO);
- participação em encontros com objetivo de discutir e evidenciar as oportunidades econômicas que surgem nos municípios na área de influência da Ferrovia Norte-Sul, passíveis de financiamento pelo FCO, dentre as quais: a possibilidade de vendas de matérias-primas para as empreiteiras, prestação de serviços de mecânica, segurança, limpeza e conservação, restaurantes, bares, lanchonetes, hotéis e outros;
- realização de encontros com o Grupo Informal do Pronaf, composto por entidades ligadas a agricultura familiar, governamentais e não governamentais, dentre as quais: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás – Fetaeg, Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás – Faeg, Secretaria da Agricultura Familiar, Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, Agência Rural, empresas de assistência técnica, dentre outros, com o objetivo de estabelecer formas de atuação junto aos beneficiários do Programa;



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

- participação em feiras Industriais e Agropecuárias, com exposições das linhas de financiamento do FCO;
- realização de seminários do FCO Itinerante focado principalmente em mini e pequenos empresários e produtores rurais; e
- realização de workshop com a participação das empresas de assistência técnica, responsáveis pela elaboração de propostas e projetos de financiamento.

Mato Grosso

A Superintendência do BB, no Estado de Mato Grosso, em parceria com o Governo Estadual e suas Secretarias, Sebrae, Ministério da Integração Nacional, federações e associações de classe, visando incrementar as aplicações com recursos do FCO, intensificou a divulgação dos programas/linhas de financiamento, por meio das ações abaixo relacionadas, dentre outras:

- participação em fóruns instituídos como Associação Matogrossense dos Municípios – AMM, Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS e Territórios da Cidadania, junto às entidades de classe como Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAGRI/MT, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso – FAMATO, Sindicato das Indústrias de Laticínio do Estado de Mato Grosso – SINDILAT, Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso – APROSOJA, Fundo de Apoio à Cultura do Algodão – FACUAL e principalmente em parceria com os governos municipais e sociedades civis através dos Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento Econômico e Sócio-Ambiental, os quais são regulamentados e acompanhados pela Secretaria de Projetos Estratégicos do Estado e operacionalizados por meio dos Superintendentes de Desenvolvimento ligados à secretária;
- tratamento diferenciado às demandas priorizadas no âmbito dos Conselhos de Desenvolvimento do Econômico do Estado;
- implantação de apreciação e votação virtual de Cartas-Consulta, no âmbito do FCO Rural, em caráter de excepcionalidade;
- realização de seminários do FCO Itinerante focado principalmente em mini e pequenos empresários e produtores rurais;
- realização de workshop com a participação das empresas de assistência técnica, responsáveis pela elaboração de propostas e projetos de financiamento, com objetivo de padronizar procedimentos na apresentação de propostas e projetos para financiamento com recursos do Fundo;
- intensificação da estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS do BB, em parceria com prefeituras, associações de pequenos produtores, cooperativas, iniciativa privada e, principalmente, com o Governo do Estado, no intuito de fortalecer a cadeia produtiva por meio da concessão de financiamentos com recursos do FCO ao mini e pequeno produtor; e
- participação em feiras e eventos com a divulgação das linhas de financiamento do FCO.

Mato Grosso do Sul

A divulgação dos programas e linhas de crédito do FCO tem sido feita, no Estado de Mato Grosso do Sul, prioritariamente por meio do FCO Itinerante e FCO Itinerante Agricultura familiar, em conjunto com a Secretaria de Estado da Produção, Indústria, Comércio e Turismo – Seprotur, Sebrae e Ministério da Integração Nacional.



Não obstante outras ações desenvolvidas no Estado de MS, com o objetivo de divulgar, dinamizar e incrementar as aplicações com recursos do FCO, destacamos:

- divulgação da linha de crédito do Pronaf Mais Alimentos com recursos do FCO por meio das Caravanas Mais Alimentos no MS, que se constituiu em uma iniciativa de diferentes parceiros do Programa no sentido de divulgá-lo, difundí-lo e fomentá-lo nas regiões de maior concentração de agricultores familiares no Estado de Mato Grosso do Sul, realizada nos municípios polo Dourados⁴, Ivinhema⁵ e Campo Grande⁶, com a participação de aproximadamente 2000 agricultores;
- realização de seminários do FCO Itinerante focado principalmente em mini e pequenos empresários e produtores rurais;
- participação em eventos de divulgação do FCO para os empreendedores individuais recém formalizados;
- participação em eventos de divulgação do FCO para os empreendedores individuais de kasseguis;
- realização de workshop com empresas de assistência técnica rural, tendo como pauta: os conceitos, as formas e critérios para apresentação de propostas; as formas de condução e competências de análise; modelos de propostas e check-list disponíveis no site do BB; condições de financiamento; alinhamento de conceitos e procedimentos para propostas e cartas-consultas; dentre outros;
- apresentações e participações do Banco do Brasil em feiras e eventos divulgando as linhas de financiamento do FCO; e
- manutenção da possibilidade de acolhimento e conferência, pela Superintendência do BB, das cartas-consulta destinadas a propostas de financiamento com recursos do FCO de até R\$ 250 mil, dispensadas de apreciação pelo Conselho de Desenvolvimento de Investimentos Financiáveis pelo FCO – CEIF/FCO (Deliberação CEIF/FCO n.º 56, de 12.03.2009).

Prioridades

Prioridades Gerais

- a) *projetos de apoio à agricultura familiar, incluídos os beneficiários da Política de Reforma Agrária, aos mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas, suas cooperativas e associações:*

No primeiro semestre de 2010, as contratações com mini, micro e pequenos tomadores atingiram o montante de R\$ 881,3 milhões (R\$ 486,0 milhões no setor rural e R\$ 395,3 milhões no setor empresarial), o que representa 50,6% do total contratado na Região (R\$ 1.742,6 milhões).

⁴ Dourados (31.05.2010) – Municípios do entorno: Rio Brilhante, Douradina, Fátima do Sul, Vicentina, Glória de Dourados, Juti, Jateí, Caarapó, Itaporã, Laguna Caarapã, Maracajú, Ponta Porã, Amambaí e Aral Moreira.

⁵ Ivinhema (02.06.2010) – Municípios do entorno: Nova Andradina, Batayporã, Angélica, Deodápolis, Taquarussu, Novo Horizonte, Naviraí, Eldorado, Iguatemi e Mundo Novo.

⁶ Campo Grande (06.06.2010) – Municípios do entorno: Jaraguari, Bandeirantes, São Gabriel do Oeste, Camapuã, Terenos, Dois Irmãos do Buriti, Rochedo, Sidrolândia, Nova Alvorada do Sul, Ribas do Rio Pardo, Anastácio e Nioaque.



Representa, ainda, um incremento de 7,6% em relação ao volume observado no mesmo período de 2009, quando foram contratados R\$ 819,0 milhões junto a tomadores de menor porte.

Do montante de R\$ 1.742,6 milhões contratados de janeiro a junho de 2010, R\$ 301,8 milhões foram contratados no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, o que representa um incremento de 8,5% em relação ao montante contratado no 1º semestre do exercício anterior (R\$ 278,2 milhões).

Como exemplo, apresentamos abaixo, projeto voltado ao público da Agricultura Familiar e atendido com recursos do FCO Rural:

R\$ 179.100,00 — Município: Poconé (MT). Operação contratada pela Associação de Trabalhadores Rurais de Poconé (MT), inserida em projeto concebido com base na Estratégia Negocial de DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável), do Banco do Brasil, tendo como atividade a cultura de cana-de-açúcar, onde comunidades locais atuam na produção artesanal de açúcar mascavo e outros derivados. Dez famílias foram beneficiadas com o crédito. O investimento tem o objetivo de melhorar a capacidade produtiva das famílias envolvidas, melhorando a estrutura de produção e a geração de emprego e renda.

No âmbito do Pronaf Reforma Agrária, foram contratados R\$ 24,0 milhões, ante os R\$ 28,1 milhões contratados no mesmo período do ano anterior. Qualquer incremento nesse número depende de ações em etapas nas quais o Banco do Brasil não tem participação (criação dos assentamentos, escolha dos colonos, emissão das Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP, elaboração dos projetos etc.). Além disso, as demandas ao amparo do Pronaf – RA, originadas pelos órgãos competentes (Incra e Unidades Técnicas Estaduais – UTE's), que se enquadram nas normas regulamentares, são integralmente atendidas pelo Banco do Brasil.

Já a quantidade de operações com mini, micro e pequenos tomadores atingiu 28.074, o que representa 95,0% da quantidade de operações contratadas no 1º semestre de 2010 (29.561).

Esses números evidenciam o atendimento da prioridade em tela, bem como o atendimento das recomendações do Condol/FCO, constantes das alíneas “b” e “j” da Resolução n.º 388, de 29.06.2010, no sentido de o BB incrementar as contratações ao amparo do Pronaf e junto a tomadores de menor porte, lembrando que as ações desenvolvidas pelo Banco do Brasil, em conjunto com o Governo Federal, com os Governos Estaduais e com outros parceiros, para alcançar esse desempenho, encontram-se relacionadas no item 2.4.3 abaixo.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Qtde.	Valor
28.074	R\$ 881,3 milhões

- b) *projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária que contribuam para a dinamização do mercado local:*

De acordo com os dados informados pelos proponentes dos projetos financiados com recursos do FCO, estima-se em 201,6 mil o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região (75,8 mil diretos e 125,8 mil indiretos), no primeiro semestre de 2010.



Se considerado o período de 1989 a 2010, o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região, em decorrência das aplicações com recursos do FCO, ultrapassa 2.820,7 mil.

Como exemplo, apresentamos abaixo, alguns projetos que atendem a este quesito:

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços - Valor: R\$ 24.998.000,00 - Geração de 420 empregos, sendo: 170 professores; 150 funcionários administrativos e 100 em serviços de apoio. Geração de empregos indiretos durante o investimento e depois: 1000 aproximadamente. – Ceilândia (DF).

O investimento é para implantação de 01 complexo educacional em Ceilândia-DF, com área total de 25.000m², composto por salas de aulas, laboratórios, administrativo, biblioteca, auditório, estacionamento, móveis e utensílios e equipamentos, com capacidade para aproximadamente 15.000 alunos em 03 turnos.

Trata-se de empreendimento voltado à educação, localizado em Ceilândia (DF), Cidade Satélite que congrega população de baixa renda.

Atende a uma população que não dispõe de facilidades de transporte para frequentar escolas no Plano Piloto, principalmente no período noturno. O projeto também beneficia as cidades de Samambaia, Taguatinga, Águas Claras, Vicente Pires, Brazlândia e Águas Lindas de Goiás.

Ampliará as alternativas da população da região além do estímulo ao desenvolvimento de outros setores da economia, principalmente comércio como papelaria, livraria, foto-copiadoras, serviços de transporte dentre outros.

Os cursos preponderantemente técnicos e com duração média de dois anos propiciam a inserção mais rápida de profissionais capacitados no mercado de trabalho.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial - Valor R\$ 18.016.574,00 - Geração de 404 empregos diretos – Várzea Grande (MT).

Trata-se de projeto para aquisição de equipamento de linha de engarrafadora de retornáveis, adotando medidas de alinhamento de tendência na diminuição de resina plástica em circulação, contribuindo para ações ambientalmente corretas.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços - Valor R\$ 4.253.093,10 – Geração de 80 empregos diretos e 400 indiretos – Aparecida de Goiânia (GO).

Foi financiada a construção de uma nova unidade da empresa na rodovia que liga o Estado de Goiás a São Paulo, que possui intenso tráfego.

A empresa atua na prestação de serviços de mecânica, elétrica, lanternagem, pintura, comércio de peças, de acessórios e de lubrificantes para veículos automotores.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial – Valor R\$ 2.593.160,92 – Geração de 50 empregos diretos – Anápolis – (GO).

O projeto contempla a expansão da empresa que atua na industrialização e comercialização de isolantes térmicos, visando modernizar a produção de blocos de EPS (Poliestireno Expandido - conhecido popularmente como isopor®). A empresa oferece produtos com novas tecnologias para construções residenciais.

FCO Empresarial - FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços - Valor R\$ 1.765.977,00 – Geração de 32 empregos diretos – Campo Grande (MS).



Projeto prevê a ampliação da sede da empresa em 1.139 m², e aumento da área de show-room e depósito.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural – Valor R\$ 42.783.110,46 – Geração de empregos: 700 diretos (área indústria e agrícola) e de 2.800 indiretos – Dourados (MS). A operação foi contratada para produção de cana-de-açúcar, com a finalidade de gerar matéria prima para a indústria da mesma empresa, com o objetivo específico de fabricação de açúcar, álcool e comercialização de energia elétrica. A usina foi implantada com capacidade de moagem de 2,3 milhões de toneladas de cana de açúcar por safra. O complexo agroindustrial tem capacidade para moagem de 2.300.000 t/ano de cana e produção de 208.000.000 litros de álcool/ano. Em 2012, a empresa estima comercializar até 119.750MW de energia excedente.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural – Valor R\$ 1.837.283,42 – Geração de empregos: 214 diretos e 136 indiretos – Diamantino (MT).

Projeto de expansão de atual empreendimento que tem como atividade produção agrícola, destacando-se soja e algodão em pluma. Espera-se o aumento da produtividade com correção do solo e a geração de impostos estaduais e federais, sobre a comercialização de grãos, além da expansão de divisas, por intermédio das exportações.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Conservação da Natureza – Valor R\$ 1.219.242,00 – Geração de empregos: 146 diretos e 96 indiretos – Vila Propício (GO).

Projeto voltado para produção de borracha (cultivo de seringueira), encontrando condições bastante favoráveis para expansão no município.

c) projetos voltados para a preservação e recuperação do meio ambiente, em especial, reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas:

Criada com o objetivo de incentivar projetos voltados à conservação e à proteção do meio ambiente, à recuperação de áreas degradadas ou alteradas e ao desenvolvimento de atividades sustentáveis, a Linha de Financiamento de Conservação da Natureza teve, no primeiro semestre de 2010, R\$ 17,0 milhões de recursos contratados em 73 operações.

Destaque para o Estado de MS, que liderou em volume contratado, com 48,4% (R\$ 8,2 milhões) do montante observado na Região, e para GO em quantidade de operações, com 58,9% (43) do total.

Como exemplo, apresentamos abaixo, alguns projetos que atendem a este quesito:

FCO Rural – Linha de Financiamento de Conservação da Natureza – Valor R\$ 3.542.893,00 – Geração de empregos: 9 diretos e 70 indiretos – Jaraguari (MS).

A proposta destina-se à implantação de 1.000 ha de floresta de eucalipto para fins energéticos. A produção esperada é de 210.000 m³ de madeira (210 m³/ha).

FCO Rural - Linha de Financiamento de Conservação da Natureza – Valor R\$ 449.524,00 – Geração de empregos: 20 diretos e 50 indiretos – Paranaíba (MS).

Projeto voltado para a produção de eucalipto. A região onde está implantado o projeto tem deficiência de madeira legalizada, o que obriga as empresas a buscarem de outras regiões do País, aumentando o valor final do produto. O empreendimento gerará produto, renda e emprego possibilitando, portanto, benefícios econômicos e sociais ao município. A propriedade contará, no



longo prazo, com atividade diversificada, proporcionando aumento de renda. Principais atividades da praça onde será comercializado o produto: frigoríficos de bovinos e aves, laticínios, padarias e secadores de grãos localizados na região de Paranaíba, Inocência, Aparecida do Taboado, Cassilândia e Chapadão do Sul.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Conservação da Natureza – Valor R\$ 631.908,00 – Geração de empregos: 10 diretos e 10 indiretos – Cachoeira Dourada (GO).
Projeto para implantação de seringueiras: cultura em plena expansão na região.

Por ocasião da 53ª Reunião Ordinária do Condell/FCO, foi aprovada a Resolução n.º 387, de 04.03.2010, a partir da qual é admitido o financiamento de serviços e custos relacionados à regularização ambiental dos imóveis rurais no âmbito da Linha de Financiamento de Conservação da Natureza. Espera-se atender contingente significativo de propriedades rurais pendentes de regularização ambiental, permitindo a continuidade das atividades produtivas.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Qtde.	Valor
73	R\$ 17,0 milhões

- d) *projetos que utilizam tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário:*

Um dos grandes desafios para qualquer atividade no segmento rural ou empresarial é o de manter-se competitiva num mercado de grande concorrência. Faz-se necessário, então, otimizar a capacidade operacional, racionalizar custos e ganhar escala de produção.

Uma das alternativas para o desenvolvimento de tais vantagens competitivas e sustentabilidade dos negócios é o uso de tecnologias inovadoras, com consequente aumento de renda e melhoria do índice de qualidade de vida.

Essas inovações viabilizam melhorias de transporte, comunicação, relacionamento, entretenimento e trabalho, manejo nos tratos agropecuários, preservação do meio ambiente, dentre outras.

Destacamos, abaixo, alguns investimentos financiados que atendem à prioridade:

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial - Valor R\$ 4.560.998,00 – Geração de 9 empregos diretos e 15 empregos indiretos – Brasília (DF).
O projeto permitiu a modernização do parque gráfico com alta tecnologia, ampliando a capacidade de produção com menores custos com a eliminação de desperdícios, oferecendo diversidade de produtos com alta performance para atender a demanda existente e aumentar a participação no mercado inclusive fora do Distrito Federal.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial - Valor R\$ 3.785.744,00 – Geração de 15 empregos diretos – Aparecida de Goiânia, Goiânia, Itaberaí, Acreuna, Santa Helena, Rio Verde, Mineiros e Jataí (GO).



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

O projeto contempla a aquisição de máquinas e equipamentos para montagem em diversas filiais da empresa que atua no ramo de comércio varejista de pneus, amortecedores, molas e freios para automóveis, prestação de serviços de alinhamento, balanceamento, cambagem, recapagem, suspensão, calibragem, indústria e serviços de recapagem, vulcanização e duplagem de pneus agrícolas, cargas e fora de estrada.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços – Valor R\$ 4.639.657,68 - Geração de 12 empregos diretos e 10 empregos indiretos – Goiânia (GO).

O financiamento consistiu na aquisição de novas impressoras multifuncionais. Seus principais clientes são empresas localizadas no Estado de Goiás e no Centro-Oeste.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial - Valor R\$ 2.032.648,00 – Geração de 8 empregos diretos e 25 empregos indiretos – Senador Canedo (GO).

O projeto abrange construção de nova planta Industrial contendo: 3 galpões, prédios administrativo e operacional, portaria de vigilância, reservatórios de água, casa de bombas e transferência de produtos, parque de tanques, entre outros, com área total construída de 5.270,52 m², em terreno de 15.961,26 m², que irá beneficiar também o setor da construção civil na região durante sua execução. O empreendimento visa a realocação da sede da filial, atualmente no Distrito Industrial de Aparecida de Goiânia (GO), para o Distrito Industrial de Senador Canedo (GO) para atender o crescimento da demanda dos produtos, em função da limitação física das instalações atuais.

FCO Empresarial - Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial - Valor R\$ 1.155.520,47 – Geração de 90 empregos diretos – Cuiabá (MT).

Projeto para implantação de sistema de gestão empresarial com a aquisição de software e hardware.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural – Valor R\$ 9.114.256,74 – Geração de empregos: 60 diretos e 100 indiretos – Diamantino (MT).

O projeto prevê a construção de unidade armazenadora, utilizando tecnologia de ponta, instalação de rede interna de eletrificação rural e instalação/montagem/ transporte de equipamentos utilizados na unidade armazenadora.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural – Valor R\$ 2.521.672,00 – Geração de empregos: 10 diretos e 20 indiretos – Nova Canaã do Norte (MT).

Proposta de investimento com recursos do FCO Desenvolvimento Rural, para aquisição de matrizes e reprodutores com melhoramento genético, construção de cercas, currais, instalação de cochos, bebedouros, aquisição de caminhão, carreta e implementos agrícolas, conjugado com custeio associado.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Conservação da Natureza – Valor R\$ 484.604,00 – Geração de empregos: 8 diretos e 15 indiretos – Pires do Rio (GO).

Projeto visando elevar o padrão genético do plantel local.

Prioridades Setoriais

- a) *projetos voltados para a industrialização e/ou beneficiamento de matérias-primas, commodities e produtos primários produzidos na Região:*



A verticalização da produção, processo que consiste na estratégia de buscar produzir internamente tudo o que puder, congrega projetos voltados ao beneficiamento e/ou industrialização da produção. Caracteriza-se por agregar valor à cadeia de produção e tem como principais vantagens a promoção da independência de terceiros, maiores lucros, maior autonomia e o domínio sobre tecnologia própria.

Nesse sentido, destacamos alguns projetos financiados que atendem a esta prioridade:

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial – Valor R\$ 15.305.256,80 - Geração de 138 empregos diretos e 540 empregos indiretos – Palmeiras de Goiás (GO).

Financiamento para construção e aquisição de novos equipamentos.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial – Valor R\$ 1.328.453,00 – Geração de 2 empregos diretos e 5 empregos indiretos – Lucas do Rio Verde (MT).

Financiamento para construção e aquisição de novos equipamentos.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial – Valor R\$ 2.657.599,73 – Geração de 12 empregos diretos – Rio Verde (GO).

Trata-se de um projeto importante para o desenvolvimento da região sudoeste do estado de Goiás, uma vez que a empresa trabalha no beneficiamento de britas para a construção civil e pavimentação asfáltica, produto até então escasso nesta localidade. Com o projeto a empresa será realocada em sede própria e expandirá sua capacidade produtiva, mediante construção civil, aquisição de britador, capital de giro e ainda a exploração de jazida de basalto própria.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural – Valor R\$ 2.635.330,00 – Geração de empregos: 29 diretos – Maracaju (MS).

O projeto destina-se à implantação de unidades modernas de armazenagem de grãos, com silos, secador, pré-limpeza, limpeza, balança e instalações elétricas, visando proporcionar melhores condições de comercialização da safra, reduzir custos com taxas de secagem e armazenagem e descontos em classificação do produto.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural – Valor R\$ 6.333.600,00 – Geração de empregos: 78 diretos – Rio Verde (GO).

Projeto voltado para construção de armazém e expansão da capacidade regional de armazenagem, gerando segurança para a comercialização da safra local de grãos.

b) turismo em suas diversas modalidades, especialmente os projetos para implantação, expansão e modernização de empreendimentos turísticos nas cidades-sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e áreas de influência:

O BB participa ativamente dos Fóruns Estaduais de Turismo realizados no Centro-Oeste e mantém presença constante nos eventos desse segmento, divulgando a Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional.

De janeiro a junho de 2010, foram contratadas 1.310 operações num total de R\$ 67,4 milhões no âmbito da Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional, incremento de 27,1%, ante os R\$ 53,0 milhões contratados no mesmo período de 2009.



Desse montante, R\$ 63,6 milhões (94,4%) foram aplicados junto à micro e pequenas empresas.

O Estado de Goiás liderou em volume e quantidade de operações contratadas, com R\$ 23,8 milhões em 430 operações.

As informações registradas acima evidenciam o atendimento da prioridade em tela, bem como da recomendação do Condrel/FCO, constante da alínea “e” da Resolução n.º 388, de 29.06.2010, de incrementar os financiamentos no âmbito da Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Qtde.	Valor
1.310	R\$ 67,4 milhões

c) *projetos dos setores previstos na Linha de Financiamento de Infra-Estrutura Econômica para MPE e para MGE:*

Ao final do primeiro semestre de 2010, foram contratados R\$ 68,4 milhões ao amparo da Linha de Financiamento de Infra-Estrutura Econômica. É de se destacar que esse volume foi contratado na íntegra no Estado de MT, que, no mesmo período do ano anterior, havia investido R\$ 2,1 milhões com recursos do fundo no segmento, dentre os quais podemos citar:

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Infra-Estrutura Econômica para MGE – Valor R\$ 62.490.324,00 – Geração de 300 empregos diretos e 2.000 indiretos durante a construção e 10 diretos e 50 indiretos após a conclusão da obra – Indiavaí (MT).

Implantação de pequena central hidroelétrica no rio Jauru, a jusante da Cachoeira da Fumaça, na divisa dos municípios de Indiavaí (MT) e Figueirópolis D'Oeste (MT).

Permitiu os seguintes benefícios sociais e econômicos gerados para a região, segundo informações apresentadas pelo empreendedor:

- Promoção de melhoria do meio sócio-ambiental, pela criação de Área de Preservação Permanente - APP;
- Execução de programa de educação ambiental e comunicação social. Esses dois programas de responsabilidade direta do empreendedor têm como objetivo as comunidades dos municípios de Indiavaí e Figueirópolis D'Oeste. O programa foi formatado para atingir as escolas públicas da região, através de palestras, oficinas para discussão das temáticas vinculadas a sustentabilidade dos sistemas naturais, o aproveitamento dos recursos naturais e suas ponderáveis limitações, os clubes de serviços e autoridades públicas e sociedade;
- Contribuição na promoção do desenvolvimento e dinamização econômica dos municípios da região do Vale do Jauru, do Estado do Mato Grosso e do País, com oferta de energia elétrica e, ainda, pela promoção de efeitos multiplicadores de emprego e renda, com inclusão social; e
- Incremento na arrecadação de tributos de cerca de R\$ 1.125 mil/ano.



- d) *recursos naturais: recuperação de áreas degradadas e em degradação, no conceito de microbacias hidrográficas; conservação e correção do solo; recuperação, renovação e manejo de pastagens:*

Vide item “2.4.5.4. Diretrizes e Prioridades”, subitem “Prioridades Gerais”, alínea “c” retro.

Adicionalmente, para exemplificar, apresentamos abaixo, alguns projetos que atendem a esta prioridade:

FCO Rural – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural – Valor R\$ 2.454.624,00 – Geração de empregos: 20 diretos e 60 indiretos – Tangará da Serra (MT).
Proposta de investimento voltada para a recuperação de pastagens, correção do solo, construções de cercas, galpões e edificações rurais, além da aquisição de matrizes e reprodutores, visando o melhoramento genético.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Conservação da Natureza – Valor R\$ 518.708,59 – Jaraguari (MS).
Projeto para aproveitamento de áreas degradadas com a implantação de reflorestamento para fins energéticos e madeireiros.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural. Valor R\$ 429.528,60 – Ponta Porã (MS).
Projeto para correção de solo, visando elevar a produtividade nas culturas de soja e milho safrinha.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural – Valor R\$ 286.880,00 – Ponta Porã (MS).
Projeto para reforma/recuperação de pastagem, visando aumentar a produtividade.

- e) *projetos agropecuários de produção integrada (avícolas e outros):*

Destinada a financiar empreendimentos de implantação, ampliação ou modernização de atividades conduzidas em regime de integração, cujo processo produtivo esteja direcionado às necessidades da unidade integradora, a Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir teve, no primeiro semestre de 2010, R\$ 8,2 milhões de recursos contratados.

O Estado de MS liderou em volume de contratações com R\$ 6,9 milhões, equivalentes a 84,3% do montante observado na Região, seguido do Estado de MT com R\$ 1,3 milhão (15,7%).

Apresentamos abaixo, alguns projetos que atendem a este quesito:

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial - Valor R\$ 17.204.184,00 - Geração de 26 empregos diretos e 1000 empregos indiretos – Nova Marilândia (MT).
Financiamento de construção da unidade de abate de aves e aquisição de máquinas e equipamentos.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Valor R\$ 3.424.887,12 – Geração de empregos: 4 diretos e 4 indiretos – Jataí (GO).
Projeto contratado ao amparo do BB Convir da Empresa Perdigão.



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

FCO Rural – Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Valor R\$ 1.980.507,12 – Itaporã (MS).

Projeto de suinocultura, em regime de integração rural com a Seara Alimentos – Unidade de Dourados (MS).

FCO Rural – Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Valor R\$ 1.555.000,00 – Geração de empregos: 3 diretos e 56 indiretos – Maracaju (MS).

Projeto para avicultura em regime de integração rural com a Seara Alimentos – Unidade de Sidrolândia (MS). O projeto visa à construção de 03 aviários com capacidade de alojamento de 30.500 matrizes para recria e 4.300 machos, cujo processo produtivo está direcionado às necessidades da unidade integradora. O projeto tem por objetivo produzir matéria-prima, em forma de parceria com a Seara, para abastecer sua agroindústria, tanto para o mercado nacional, como internacional, gerando emprego e renda, com preservação do meio ambiente e diversificando o uso da terra.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Valor R\$ 1.309.999,59 – Geração de empregos: 1 direto e 10 indiretos – Buriti Alegre (GO).

O projeto foi contratado ao amparo do BB Convir da empresa Abatedouro São Salvador.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Valor R\$ 623.860,99 – Geração de empregos: 1 direto e 10 indiretos – Itaberaí (GO).

O projeto foi contratado ao amparo do BB Convir da empresa Abatedouro São Salvador.

As informações registradas acima evidenciam o atendimento da prioridade em tela.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Qtde.	Valor
6	R\$ 8,2 milhões

f) *projetos de exploração de culturas permanentes e de florestamento e reflorestamento:*

Vide item “2.4.5.4. Diretrizes e Prioridades”, subitem “Prioridades Gerais”, alínea “c” retro.

Adicionalmente, para exemplificar, apresentamos abaixo, alguns projetos que atendem a este quesito:

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial – Valor R\$ 76.905.110,17 – Geração de 529 empregos diretos e 1.939 empregos indiretos – Rondonópolis (MT).

Trata-se de cervejaria que produz atualmente, aproximadamente 87.000 hectolitros/mês e consegue abastecer os Estados de MT, MS e GO. Rondonópolis é atualmente uma das principais cidades do país na produção de cerveja. A água utilizada vem de poços artesianos e é tratada integralmente para devolução à natureza. O Grupo Petrópolis adota o projeto AMA (reflorestamento) para plantio de 1,1 milhões de árvores até o final de 2013. Deste total, há previsão de plantio de 100 mil árvores na região de Rondonópolis.



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

FCO Rural – Linha de Financiamento de Conservação da Natureza – Valor R\$ 1.345.490,50 – Geração de empregos: 6 diretos e 12 indiretos – Formosa (GO).

Projeto destinado à formação de floresta de eucalipto, com fins energéticos e madeireiros, visando preservação e recuperação do meio ambiente, além da produção de energia limpa.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Conservação da Natureza – Valor R\$ 911.178,24 – Alcinópolis (MS).

Projeto para aproveitamento de áreas degradadas com a implantação de reflorestamento para fins energéticos e madeireiros.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Conservação da Natureza – Valor R\$ 140.579,81 – Geração de empregos: 4 diretos e 4 indiretos – Denise (MT).

Projeto para implantação de 11 ha de seringueiras, onde já existem 20 ha plantados e já em fase de extração, em área com problemas de declínio das atividades econômicas.

FCO Rural – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural – Valor R\$ 6.614.435,36 – Geração de empregos: 40 diretos e 30 indiretos – Cáceres (MT).

Projeto para construção de benfeitorias e aquisição de tratores, caminhões reboques/semi-reboques, carretas, caçambas e implementos agrícolas. O empreendimento contempla a implantação e renovação da cultura de seringueiras, beneficiando várias famílias com melhoria da infraestrutura das propriedades, construção de escolas comunitárias, centro administrativo com ambulatório, contemplando também expansão e modernização do parque de máquinas.

As informações registradas acima evidenciam o atendimento da prioridade em tela, bem como da recomendação do Condel/FCO, constante da alínea “e” da Resolução n.º 388, de 29.06.2010, de incrementar os financiamentos no âmbito da Linha de Financiamento de Conservação da Natureza.

g) empreendimentos dos setores de saúde, indústrias gráficas e de Tecnologia da Informação e Comunicação:

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços – Valor R\$ 6.477.254,00 – Geração de 15 empregos diretos – Goiânia (GO).

Expansão das instalações da empresa, aquisição de móveis e equipamentos de alta tecnologia para uso no tratamento oncológico, com destaque para o State of Linear Accelerator – IMRT que oferece o mais moderno tratamento através de radiação, para tratamento de várias formas de câncer. Empresa que atua no ramo de serviços médicos de radioterapia, oncologia e mastologia.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços – Valor R\$ 1.062.347,34 – Geração de 9 empregos diretos – Goiânia (GO).

Projeto visa a realocação, ampliação e modernização da empresa, devido à crescente procura por academias de esporte, dança e ginástica. As novas instalações terão área construída de 1.012,10 m² (atualmente possui 620 m²) num imóvel com área de 579,70m², que irá beneficiar também o setor da construção civil na região durante sua execução. Atualmente a empresa atende cerca de 10.000 alunos/ano, com a ampliação a capacidade instalada será para atendimento de até 28.000 alunos/ano.



FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial – Valor R\$ 4.560.998,00 - Geração de 9 empregos diretos e 15 empregos indiretos – Brasília (DF).

O projeto permitiu a modernização do parque gráfico com alta tecnologia, ampliando a capacidade de produção com menores custos e redução de desperdícios, oferecendo diversidade de produtos com alta performance para atender a demanda existente e aumentar a participação no mercado inclusive fora do Distrito Federal.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Infra-Estrutura Econômica – Valor R\$ 5.012.000,00 – Geração de 71 empregos diretos – Cuiabá (MT).

Finalidade do projeto: aquisição de máquinas e equipamentos para implantação da TV Digital.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços - Valor R\$ 1.780.290,00 – Sinop (MT).

Sinop é a principal cidade do Norte do Mato Grosso e possui muita demanda na área médica. Este projeto foi ao encontro dessa necessidade.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços - Valor R\$ 2.608.725,00 - Geração de 10 empregos diretos e 20 empregos indiretos – Rondonópolis (MT).

O projeto torna Rondonópolis polo no atendimento de diagnósticos por imagem com a aquisição de equipamentos de última geração.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços - Valor R\$ 1.626.707,00 - Geração de 4 empregos diretos e 20 empregos indiretos – Cuiabá (MT).

Projeto para expansão de um dos mais importantes centros de estética na região e comércio varejista de peças de decoração e presentes.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços – Valor R\$ 1.000.000,00 - Geração de 8 empregos diretos e 4 empregos indiretos – Goiânia (GO).

A empresa é prestadora de serviços educacionais profissionalizantes, ministra cursos de atualização e capacitação de profissionais na área de saúde (enfermagem e nutrição) e ainda cursos de pós-graduação lato-sensu, em convênio com Universidade Católica de Goiás. Com a construção da sede própria, a empresa pretende ampliar sua capacidade instalada de cinco para oito salas de aula, incluindo, também, a instalação de três laboratórios e uma biblioteca, que irá beneficiar também o setor da construção civil na região durante sua execução.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços - Valor R\$ 5.945.544,00 - Geração de 20 empregos diretos e 10 empregos indiretos – Goiânia (GO).

Trata-se de investimento para implantação em imóvel próprio de uma clínica especializada em cirurgia plástica, reprodução humana e em menor escala nas áreas de otorrino, oftalmo e cirurgia vascular. O hospital terá 20 apartamentos, 8 salas cirúrgicas, auditório para 70 lugares, 20 consultórios, sala de treinamento e 70 vagas de garagem coberta (subsolo 1 e 2), que irá beneficiar também o setor da construção civil na região durante sua execução.



FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços - Valor R\$ 3.027.806,23 - Geração de 34 empregos diretos e 6 empregos indiretos – Goiânia (GO).

O empreendimento tem por objetivo se tornar um centro de referência odontológica voltado ao atendimento multidisciplinar de seus pacientes, desde o diagnóstico e planejamento integrados até a execução clínica dos tratamentos reabilitadores. Serão oferecidos atendimentos em diversas especialidades, dentre as quais citamos: endodontia, dentística ou odontologia estética, ortodontia, implantodontia, prótese dentária, disfunção temporomandibular e dor orofacial, oclusão, periodontia e odontopediatria. A mão-de-obra especializada será recrutada no município de Goiânia (GO).

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços – Valor R\$ 2.217.862,00 - Geração de 4 empregos diretos – Anápolis (GO).

A clínica CTO Imagem e Medicina foi constituída em 2003, é especializada na prestação de serviços médicos como: consultas, procedimentos ambulatoriais e exames para diagnóstico por imagens. O projeto contempla a ampliação e a modernização dos serviços prestados pela empresa para comunidade Anapolina e aos pacientes com a aquisição de novos e modernos equipamentos. O investimento realizado pela empresa é de grande relevância para a região e em particular para o município local. Com a realização dos investimentos, a população local contará com a ampliação de um serviço especializado na área médica. É, também, relevante pela abertura de mais vagas no mercado de trabalho, gerando mais empregos diretos e indiretos, além de gerar maior arrecadação de impostos.

Prioridades Espaciais

- a) *projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais, sobretudo os estruturantes e os vinculados a arranjos produtivos locais, nas seguintes áreas:*
- *de menor nível de desenvolvimento com indicadores sociais e econômicos abaixo da média da região, segundo os critérios da PNDR;*
 - *de fronteiras com países limítrofes, vulneráveis do ponto de vista econômico, social e ambiental, em especial na cidade de Ponta Porã (MS);*
 - *estagnadas ou com problemas de declínio das atividades econômicas; e*
 - *potencialmente dinâmicas ou com vantagens potenciais inexploradas.*

As aplicações em municípios de economia estagnada ou dinâmica saltaram de R\$ R\$ 802,9 milhões no primeiro semestre de 2009 para R\$ 985,7 milhões no primeiro semestre de 2010, o que representa um incremento de 22,8%.

Já as aplicações em municípios da Faixa de Fronteira saltaram de R\$ 216,2 milhões de janeiro a junho de 2009 para R\$ 433,9 milhões no mesmo período de 2010, o que representa um acréscimo de 100,7%.

Dentre as principais ações que influenciaram esse desempenho, podem ser citadas a expansão da estratégia de negócios do Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS aos beneficiários do FCO e os Seminários FCO Itinerante.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços – Valor R\$ 1.427.000,00 – Geração de 175 empregos diretos, mais 52 indiretos – Rio Verde (GO).



Parte integrante do projeto Perdigão – Rio Verde, Mineiros, Jataí e Itumbiara – GO com utilização de mão de obra local e desenvolvimento de cadeia de fornecedores locais.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial – Valor de R\$ 1.400.000,00 - Geração de 23 empregos diretos e 18 empregos indiretos – Itumbiara (GO).

A empresa Goyaz Britas Ltda, com matriz no município de Panamá (GO), foi constituída em 1999 e atua na exploração de rochas de basalto para extração e beneficiamento de britas e pedras em geral. Funciona em imóvel próprio com jazida de basalto de cerca de mais de 25 anos de vida útil. O financiamento abrange a aquisição de máquinas/equipamentos e veículos e capital de giro para iniciar as atividades da filial 1 em Itumbiara (GO). A empresa possui mais duas filiais, em Santa Helena de Goiás (GO) e Itumbiara (GO), esta com atividade agropecuária.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial - Valor R\$ 23.139.694,90 - Geração de 40 empregos diretos – Campo Verde (MT).

É o maior projeto de FCO envolvendo cooperativas em 2010 da região. O empreendimento beneficiará a fiação de algodão da região e pretende fazer uso da matéria-prima local.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial – Valor R\$ 62.878.535,20 – Geração de 80 empregos diretos e 320 indiretos durante o investimento e 400 empregos diretos e 1.200 indiretos depois.

O investimento contempla a construção de galpão industrial, a aquisição de máquinas e equipamentos e a fundação de 17 mil hectares de lavoura de cana-de-açúcar, o que permitirá a moagem de 1.500 mil toneladas de cana/safra, trazendo desenvolvimento econômico para a região e aumento da arrecadação de impostos.

As informações registradas acima evidenciam o atendimento da prioridade em tela, bem como da recomendação do Condel/FCO, constante da alínea “d” da Resolução n.º 388, de 29.06.2010, de incrementar as aplicações nas microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como dinâmicas ou estagnadas.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

	Qtde.	Valor
Municípios de economia estagnada ou dinâmica	18.104	R\$ 985,7 milhões
Municípios da Faixa de Fronteira	4.826	R\$ 433,9 milhões
Município de Ponta Porã (MS)	203	R\$ 6,7 milhões

- b) *financiamentos de projetos localizados na Mesorregião de Águas Emendadas e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE (exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários dos recursos do FCO):*

As contratações na Mesorregião de Águas Emendadas atingiram R\$ 159,5 milhões de janeiro a junho de 2010, 16,6% superior ao contratado no mesmo período de 2009 (R\$ 136,8 milhões).

Desse total, R\$ 123,9 milhões, equivalentes a 77,7%, foram contratados com produtores rurais, ratificando a forte vocação da Região Centro-Oeste para o Agronegócio, e R\$ 129,3 milhões



(81,1%) foram contratados com tomadores de menor porte, atendendo, assim, à prioridade estabelecida pelo CONDEL/FCO.

Na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (exceto nos municípios localizados no Estado de Minas Gerais), foram formalizadas 1.894 operações no montante de R\$ 146,6 milhões. Desse montante, 1.088 operações no valor de R\$ 106,8 milhões beneficiaram o DF e 806 operações no valor de R\$ 39,8 milhões beneficiaram o Entorno. Apresentamos, abaixo, algumas operações que atenderam à prioridade:

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial – Valor R\$ 4.560.998,00 – Geração de 9 empregos diretos e 15 empregos indiretos – Brasília (DF).
Modernização do parque gráfico com aquisição de equipamentos de alta tecnologia, ampliando a capacidade de produção com menores custos e eliminação de desperdícios. Permitirá oferecer diversidade de produtos para atender a demanda existente e aumentar a participação no mercado inclusive fora do Distrito Federal.

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços – Valor R\$ 1.000.000,00 - Geração de 20 empregos diretos – Brasília (DF).
A referida operação favoreceu a criação de uma nova empresa do ramo de academia de ginástica na Asa Norte, Brasília (DF).

FCO Empresarial – Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial - Valor R\$ 2.375.141,55 - Geração de 90 empregos diretos e 700 empregos indiretos – Luziânia (GO).
O empreendimento propiciará a redução de custos e tempo no processo.

FCO Rural – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Valor R\$ 99.746,71 – Geração de empregos: 5 diretos e 9 indiretos – Brazlândia (DF).
Operação contratada para aquisição de trator e implementos agrícolas para beneficiamento da cultura de morango irrigado na região de Brazlândia (DF).

FCO Rural – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Valor R\$ 98.930,90 – Geração de empregos: 4 diretos e 7 indiretos – Brazlândia (DF).
Projeto que tem por objetivo a melhoria do processo produtivo e beneficiamento da horticultura, além de dinamização do mercado local e geração de renda.

FCO Rural – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Valor R\$ 95.429,13 – Geração de empregos: 7 diretos e 10 indiretos – Paranoá (DF).
Operação contratada para aquisição de trator e implementos agrícolas, visando beneficiamento da horticultura.

FCO – Programa de Desenvolvimento Rural – Valor R\$ 91.800,00 – Geração de emprego: 15 diretos e 17 indiretos – Planaltina (DF).
Operação contratada com a finalidade de elevar o índice de produtividade e qualidade dos produtos oriundos da propriedade, nas seguintes atividades: bovinocultura, piscicultura e avicultura.

Os dados registrados acima evidenciam o atendimento da prioridade em tela.



Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

	Qtde.	Valor
Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas	4.251	R\$ 159,5 milhões
Municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno - RIDE	1.894	R\$ 146,6 milhões

2.4.1.5. Cumprimento dos Indicadores e Metas de Desempenho

Indicadores de Desempenho

O Conselho Deliberativo do Fundo – Condel/FCO criou, por meio da Resolução n.º 319, de 14.09.2007, os seguintes indicadores de desempenho, com o objetivo de aprimorar e monitorar a gestão do FCO:

a) Índice de Incremento de Contratações

Índice de eficiência e efetividade, cujo objetivo é avaliar a evolução das contratações em relação ao exercício anterior:

$IIC = VCE/VCEA$, onde VCE = Valor Contratado no Exercício Atual e VCEA = Valor Contratado no Exercício Anterior;

b) Índice de Contratações com Menor Porte

Índice de eficácia e efetividade, cujo objetivo é avaliar o grau de alcance da prioridade do Ministério da Integração Nacional de apoiar os mini e pequenos produtores rurais e as micro e pequenas empresas:

$ICMP = VCMP/VCT$, onde VCMP = Valor Contratado com Tomadores de Menor Porte no Exercício Atual e VCT = Valor Contratado Total no Exercício Atual;

c) Índice de Inadimplência

Índice de eficácia e efetividade, cujo objetivo é monitorar o índice da inadimplência das operações de financiamento e a eficácia das medidas adotadas para revertê-lo:

$II = SPV/SDT$, onde SPV = Saldo Devedor das Parcelas Vencidas (Risco 100% BB) e SDT = Saldo Devedor Total das Operações de Financiamento (Risco 100% BB);



d) Índice de Cobertura das Contratações no Exercício

Índice de eficácia, cujo objetivo é avaliar o atingimento da recomendação do Condel/FCO de estender os benefícios do Fundo a todos os municípios da Região Centro-Oeste:

$ICCE = MOC/MR$, onde MOC = Municípios com Operações Contratadas e MR = Municípios da Região Centro-Oeste;

e) Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual

Índice de eficácia e efetividade, cujo objetivo é avaliar o acesso de novos beneficiários aos recursos do FCO:

$ICNB = VCNB/VCT$, onde VCNB = Quantidade de Operações com Novos Beneficiários e VCT = Quantidade de Operações Contratadas Total;

f) Índice de Aplicação

Índice de eficiência, cujo objetivo é avaliar a evolução do volume de contratações em relação aos valores distribuídos:

$IA = VCT/VDE$, onde VCT = Valor Contratado Total e VDE = Valor Distribuído no Exercício;

g) Índice de Contratações por UF

Índice de eficiência e eficácia, cujo objetivo é avaliar o alcance dos percentuais de distribuição de recursos previstos para cada Unidade Federativa:

$ICUF = VCUF/VCT$, onde VCUF = Valor Contratado nas Unidades Federativas e VCT = Valor Contratado Total;

h) Índice de Contratações por Setor

Índice de eficiência, cujo objetivo é avaliar o valor contratado em cada setor em relação ao total contratado no exercício:

$ICS = VCS/VCT$, onde VCS = Valor Contratado por Setor (Empresarial ou Rural) e VCT = Valor Contratado Total;

i) Índice de Tempo Médio de Contratação

Índice de eficiência, cujo objetivo é avaliar a redução do tempo médio de atendimento das propostas em relação ao exercício anterior:



$ITM = TME/TMEA$, onde TME = Tempo Médio de Atendimento das Propostas no Exercício Atual e TMEA = Tempo Médio de Atendimento das Propostas no Exercício Anterior;

j) Índice de Originação de Demanda

Índice de eficácia e efetividade, cujo objetivo é avaliar a evolução da Originação de demanda em relação ao exercício anterior:

$IOD = VOE/VOEA$, onde VOE = Valor Total da Demanda Originada no Exercício Atual e VOEA = Valor Total da Demanda Originada no Exercício Anterior.

Metas de Desempenho

O Conselho Deliberativo do Fundo – Condel/FCO definiu, por meio da Resolução n.º 383, de 04.03.2010, as seguintes metas de desempenho para o exercício de 2010:

Alínea	Indicadores		Metas
a)	Índice de Incremento de Contratações		11,00%
b)	Índice de Contratações com Menor Porte		51,00%
c)	Índice de Inadimplência		2,00%
d)	Índice de Cobertura de Contratações no Exercício		100,00%
e)	Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício atual		25,00%
f)	Índice de Aplicação		85,00%
g)	Índice de Contratações por UF	DF	19,00%
		GO	29,10%
		MT	29,10%
		MS	23,70%
h)	Índice de Contratações por Setor	Rural	44,30%
		Empresarial	55,70%
i)	Índice de Tempo Médio de Contratação		40 dias
j)	Índice de Originação de Demanda		11,00%

**Resultados dos Indicadores e Metas de Desempenho**

- a) Índice de Incremento de Contratações (IIC = 7,5%)
- b) Índice de Contratações com Menor Porte (ICMP = 50,6%)
- c) Índice de Inadimplência (II = 0,75%)
- d) Índice de Cobertura das Contratações no Exercício (ICCE = 59,2%)
- e) Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual (ICNB = 30,0%)
- f) Índice de Aplicação (IA = 59,2%)
- g) Índice de Contratações por UF (ICDF = 8,4%, ICGO = 36,31%, ICMT = 33,7% e ICMS = 21,6%)
- h) Índice de Contratações por Setor (ICS Rural = 45,4% e ICS Empresarial = 54,6,%)
- i) Índice de Tempo Médio de Contratação (28 dias)
- j) Índice de Originação de Demanda (IOD = 133,0%)

2.4.2. Indicadores e Análise de Desempenho

O Conselho Deliberativo do Fundo – Condel/FCO criou, por meio da Resolução nº 319, de 14.09.2007 os indicadores de desempenho e por meio da Resolução nº 383, de 04.03.2010, as metas de desempenho para 2010, com o objetivo de aprimorar e monitorar a gestão do FCO.

O Banco do Brasil, em conjunto com o Ministério da Integração Nacional, iniciou tratativas para contratação de entidade especializada para a realização de estudos e pesquisas com o objetivo de definir indicadores e metas para avaliação dos impactos econômicos e sociais dos financiamentos concedidos com recursos do FCO.

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Índice de Incremento de Contratações
Objetivo do Indicador	Índice de eficiência e efetividade, cujo objetivo é avaliar a evolução das contratações em relação ao exercício anterior
Tipo	
Área responsável	Banco do Brasil – Diretoria de Governo
Fórmula de cálculo e método de medição	IIC = VCE/VCEA, onde VCE = Valor Contratado no Exercício Atual e VCEA = Valor Contratado no Exercício Anterior;
Fonte dos dados	Sistemas corporativos do Banco do Brasil.
Evolução dos resultados do indicador	
Meta para o exercício a que se refere o Relatório	Resultado no exercício a que se refere o relatório
11,0% (0,11)	IIC=0,075



Avaliação do Resultado de 2010	
O incremento de contratações verificado no 1º semestre de 2010 em relação ao 1º semestre de 2009 foi de 7,5%, abaixo da meta estabelecida.	

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Índice de Contratações com Menor Porte
Objetivo do Indicador	Índice de eficácia e efetividade, cujo objetivo é avaliar o grau de alcance da prioridade do Ministério da Integração Nacional de apoiar os mini e pequenos produtores rurais e as micro e pequenas empresas
Tipo	
Área responsável	Banco do Brasil – Diretoria de Governo
Fórmula de cálculo e método de medição	ICMP = VCMP/VCT, onde VCMP = Valor Contratado com Tomadores de Menor Porte no Exercício Atual e VCT = Valor Contratado Total no Exercício Atual;
Fonte dos dados	Sistemas corporativos do Banco do Brasil.
Evolução dos resultados do indicador	
Meta para o exercício a que se refere o Relatório	Resultado no exercício a que se refere o relatório
51,0%	ICMP=0,5057
Avaliação do Resultado de 2010	
As contratações com os segmentos de mini e pequenos produtores rurais e micro e pequenas empresas atingiram o montante de R\$ 881,3 milhões, o que representa 50,6% do total contratado na Região (R\$ 1.742,6 milhões), o que denota a priorização do segmento, uma vez que detêm mais da metade dos recursos contratados. Representa, ainda, um incremento de 7,6% em relação ao volume observado em 2009 (R\$ 819,0 milhões). As ações desenvolvidas pelo Banco do Brasil, em conjunto com o Governo Federal, com os Governos Estaduais e com outros parceiros, para alcançar esse desempenho, encontram-se relacionadas no item 2.4.3.	

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Índice de Inadimplência
Objetivo do Indicador	Índice de eficácia e efetividade, cujo objetivo é monitorar o índice da inadimplência das operações de financiamento e a eficácia das medidas adotadas para reverter-lo
Tipo	
Área responsável	Banco do Brasil – Diretoria de Governo
Fórmula de cálculo e método de medição	II = SPV/SDT, onde SPV = Saldo Devedor das Parcelas Vencidas (Risco 100% BB) e SDT = Saldo Devedor Total das Operações de Financiamento (Risco 100% BB)
Fonte dos dados	Sistemas corporativos do Banco do Brasil.
Evolução dos resultados do indicador	
Meta para o exercício a que se refere o Relatório	Resultado no exercício a que se refere o relatório
2,0%	II=0,007
Avaliação do Resultado de 2010	
O índice de inadimplência das operações contratadas com risco exclusivo do Banco (relação entre as parcelas vencidas e o saldo devedor das operações) observado ao final do semestre foi de 0,75%, portanto inferior à meta estabelecida pelo Condol de até 2,0% e ao índice observado no exercício anterior de 1,51%. Para alcançar esse desempenho, o Banco do Brasil possui uma Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais, para atuar exclusivamente na condução, cobrança e recuperação de créditos e evitar o crescimento do índice de inadimplência das operações realizadas, além de desenvolver ações para reduzi-lo ainda mais. Algumas ações em desenvolvimento para garantir o retorno dos recursos aplicados e reduzir o índice de inadimplência do FCO são: a intensificação da cobrança de dívidas de menor valor pela Central de Atendimento – CABB; a utilização pelas Agências de ferramenta que permite a identificação e o	



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

gerenciamento do atraso por cliente; e o esforço adicional na utilização de empresas de cobrança terceirizadas.

A prerrogativa de reprogramação de dívidas no âmbito do FCO Empresarial, com os mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito, e a possibilidade de ampliação dos prazos de carência e de reposição em até 50% dos prazos máximos definidos para a(s) Linha(s) também contribuem para que o Banco do Brasil possa reduzir as operações vencidas.

Já a situação das operações de FCO Rural está relacionada às constantes decisões governamentais no sentido de prorrogar as parcelas, desde 2006, o que deixa os produtores rurais na expectativa dessas medidas. O Banco do Brasil vem cumprindo rigorosamente essas decisões, de forma que as operações que se enquadram nas normas sejam atendidas.

Com essas ações, o BB atende às recomendações do Condel, constantes da alínea “F” da Resolução n.º 388, de 29.06.2010, de adotar procedimentos para a regularização das operações vencidas e redução dos valores levados a prejuízo.

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Índice de Cobertura das Contratações no Exercício
Objetivo do Indicador	Índice de eficácia, cujo objetivo é avaliar o atingimento da recomendação do Condel/FCO de estender os benefícios do Fundo a todos os municípios da Região Centro-Oeste
Tipo	
Área responsável	Banco do Brasil – Diretoria de Governo
Fórmula de cálculo e método de medição	$ICCE = MOC/MR$, onde $MOC = \text{Municípios com Operações Contratadas}$ e $MR = \text{Municípios da Região Centro-Oeste}$
Fonte dos dados	Sistemas corporativos do Banco do Brasil.
Evolução dos resultados do indicador	
Meta para o exercício a que se refere o Relatório	Resultado no exercício a que se refere o relatório
100,0%	ICCE=0,976
Avaliação do Resultado de 2009	
Em 2010, dos 466 municípios existentes na Região Centro-Oeste, 455 (97,6%) contaram com operações de FCO. Apenas 11 municípios não tiveram operações contratadas no primeiro semestre de 2010: Novo Gama e Santo Antônio de Goiás, em Goiás; Ladário, em Mato Grosso do Sul; e Bom Jesus do Araguaia, Feliz Natal, Itanhangá, Rondonópolis, Santa Carmen, Santa Rita do Trivelato, Serra Nova Dourada e União do Sul, em Mato Grosso.	
Não obstante, o BB vem envidando esforços no sentido de atender à meta estabelecida pelo Condel de contratar operações do FCO em 100% dos municípios da Região, bem como à recomendação do Condel de estender os benefícios do FCO a todos os municípios da Região.	
Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se os Seminários FCO Itinerante (item 2.4.1.4. Diretrizes e Prioridades, subitem “Diretrizes”).	

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual
Objetivo do Indicador	Índice de eficácia e efetividade, cujo objetivo é avaliar o acesso de novos beneficiários aos recursos do FCO
Tipo	
Área responsável	Banco do Brasil – Diretoria de Governo
Fórmula de cálculo e método de medição	$ICNB = VCNB/VCT$, onde $VCNB = \text{Quantidade de Operações com Novos Beneficiários}$ e $VCT = \text{Quantidade de Operações Contratadas Total}$
Fonte dos dados	Sistemas corporativos do Banco do Brasil.
Evolução dos resultados do indicador	
Meta para o exercício a que se refere o Relatório	Resultado no exercício a que se refere o relatório
25,0%	ICNB=0,30



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Avaliação do Resultado de 2010

Do total de 29.561 operações contratadas no primeiro semestre de 2010, 8.870 (30,0%) foram contratadas com novos beneficiários.

As ações desenvolvidas pelo Banco do Brasil, em conjunto com o Governo Federal, com os Governos Estaduais e com outros parceiros, para incrementar esse número e atingir a meta definida pelo Condel, encontram-se relacionadas no item 2.4.3.

Dados gerais do indicador

Nome do Indicador	Índice de Aplicação
Objetivo do Indicador	Índice de eficiência, cujo objetivo é avaliar a evolução do volume de contratações em relação aos valores distribuídos
Tipo	
Área responsável	Banco do Brasil – Diretoria de Governo
Fórmula de cálculo e método de medição	$IA = VCT/VDE$, onde $VCT = \text{Valor Contratado Total}$ e $VDE = \text{Valor Distribuído no Exercício}$
Fonte dos dados	Sistemas corporativos do Banco do Brasil.

Evolução dos resultados do indicador

Meta para o exercício a que se refere o Relatório	Resultado no exercício a que se refere o relatório
85,0%	IA=0,592

Avaliação do Resultado de 2010

As contratações realizadas com recursos do FCO de janeiro a junho de 2010 atingiram R\$ 1.742,6 milhões, ou seja, 59,2% do montante de recursos distribuídos no exercício para aplicação (R\$ 2.945,1 milhões). Com essas contratações, a carteira de financiamentos do FCO, atingiu o saldo total de R\$ 11.524,7 milhões, 4,8% superior à posição registrada no final do mês de junho de 2009 (R\$ 11.002,0 milhões).

Dados gerais do indicador

Nome do Indicador	Índice de Contratações por UF
Objetivo do Indicador	Índice de eficiência e eficácia, cujo objetivo é avaliar o alcance dos percentuais de distribuição de recursos previstos para cada Unidade Federativa
Tipo	
Área responsável	Banco do Brasil – Diretoria de Governo
Fórmula de cálculo e método de medição	$ICUF = VCUF/VCT$, onde $VCUF = \text{Valor Contratado nas Unidades Federativas}$ e $VCT = \text{Valor Contratado Total}$
Fonte dos dados	Sistemas corporativos do Banco do Brasil.

Evolução dos resultados do indicador

Meta para o exercício a que se refere o Relatório	Resultado no exercício a que se refere o relatório
DF 19,0%	ICDF=0,084
GO 29,1%	ICGO=0,362
MT 29,1%	ICMT=0,337
MS 23,7%	ICMS=0,216

Avaliação do Resultado de 2010

O Estado de GO liderou em volume de contratações com R\$ 631,6 milhões, equivalentes a 36,2% do montante observado na Região (R\$ 1.742,6 milhões), seguido por MT com R\$ 587,6 milhões (33,7%), MS com R\$ 376,8 milhões (21,6%) e DF com R\$ 146,6 milhões (8,4%).

Cabe destacar a performance do Estado de MT, cujas contratações saltaram de R\$ 459,7 milhões no primeiro semestre de 2009 para R\$ 587,6 milhões no mesmo período de 2010 (incremento de 27,8%) e cuja participação passou de 28,4% para 33,7%.

Destaca-se, ainda, que, no Distrito Federal, a demanda por recursos do FCO concentra-se principalmente nos setores comercial e de serviços, para os quais os recursos são limitados por dispositivo legal e, portanto, escassos.

Outro fator que comprometeu o desempenho das aplicações no DF está relacionado à apresentação de garantias, no tocante à comprovação da titularidade tanto dos imóveis rurais quanto dos urbanos.



Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Índice de Contratações por Setor
Objetivo do Indicador	Índice de eficiência, cujo objetivo é avaliar o valor contratado em cada setor em relação ao total contratado no exercício
Tipo	
Área responsável	Banco do Brasil – Diretoria de Governo
Fórmula de cálculo e método de medição	$ICS = VCS/VCT$, onde $VCS = \text{Valor Contratado por Setor (Empresarial ou Rural)}$ e $VCT = \text{Valor Contratado Total}$;
Fonte dos dados	Sistemas corporativos do Banco do Brasil.
Evolução dos resultados do indicador	
Meta para o exercício a que se refere o Relatório	Resultado no exercício a que se refere o relatório
Rural 44,3%	ICS Rural=0,454
Empresarial 55,7%	ICS Empres=0,546
Avaliação do Resultado de 2010	
Do montante de R\$ 1.742,6 milhões, R\$ 791,5 milhões (45,4%) foram contratados com o setor rural e R\$ 951,1 milhões (54,6%) com o setor empresarial.	

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Índice de Tempo Médio de Contratação
Objetivo do Indicador	Índice de eficiência, cujo objetivo é avaliar a redução do tempo médio de atendimento das propostas em relação ao exercício anterior
Tipo	
Área responsável	Banco do Brasil – Diretoria de Governo
Fórmula de cálculo e método de medição	$FTM = TME/TMEA$, onde $TME = \text{Tempo Médio de Atendimento das Propostas no Exercício Atual}$ e $TMEA = \text{Tempo Médio de Atendimento das Propostas no Exercício Anterior}$;
Fonte dos dados	Sistemas corporativos do Banco do Brasil.
Evolução dos resultados do indicador	
Meta para o exercício a que se refere o Relatório	Resultado no exercício a que se refere o relatório
40 dias	0,168
Avaliação do Resultado de 2010	
No 1º semestre de 2010 verificou-se o mesmo resultado apresentado no exercício de 2009, ou seja, a média obtida para operações rurais foi de 22 dias e para operações empresariais de 31 dias. O tempo médio apurado no período foi de 28 dias.	

Dados gerais do indicador	
Nome do Indicador	Índice de Originação de Demanda
Objetivo do Indicador	Índice de eficácia e efetividade, cujo objetivo é avaliar a evolução da Originação de demanda em relação ao exercício anterior
Tipo	
Área responsável	Banco do Brasil – Diretoria de Governo
Fórmula de cálculo e método de medição	$IOD = VOE/VOEA$, onde $VOE = \text{Valor Total da Demanda Originada no Exercício Atual}$ e $VOEA = \text{Valor Total da Demanda Originada no Exercício Anterior}$.
Fonte dos dados	Sistemas corporativos do Banco do Brasil.
Evolução dos resultados do indicador	



Meta para o exercício a que se refere o Relatório	Resultado no exercício a que se refere o relatório
11,0%	IOD=2,330
Avaliação do Resultado de 2010	
No 1º semestre de 2010, verificou-se um incremento na originação de demanda na ordem de 133,0% em relação ao mesmo período do exercício anterior.	

2.4.3. Ações proativas para dinamizar as aplicações

Para alcançar o desempenho retratado nos itens anteriores, diversas ações têm sido desenvolvidas pelo Banco do Brasil, Ministério da Integração Nacional, Governos Estaduais e do Distrito Federal, Conselho Deliberativo do FCO, entre outros parceiros. Muitas delas foram iniciadas e/ou aprovadas nos exercícios anteriores e estendidas ao 1º Semestre de 2010. Merecem destaque as seguintes:

- repasse de recursos a outras instituições (item 2.4.1.5. Diretrizes e Prioridades, subitem “Diretrizes”, alínea “a” retro);
- intensificação da divulgação dos programas/linhas de financiamento, especialmente por meio dos Seminários FCO Itinerante (item 2.4.1.5. Diretrizes e Prioridades, subitem “Diretrizes”, alínea “b” retro);
- aperfeiçoamento da legislação do Fundo (redução dos encargos financeiros⁷, por meio do Decreto nº 6.367, de 30.01.2008, e ampliação do limite de financiamento dos setores comercial e de serviços de 10% para 20% dos recursos previstos em cada ano, por meio da Medida Provisória nº 432, de 27.05.2008, convertida na Lei nº 11.775, de 17.09.2008);
- revisão das condições de financiamento do FCO pelo Conselho Deliberativo do Fundo;
- criação de programa específico para o atendimento a micro e pequenas empresas, com vistas a dar tratamento preferencial e diferenciado ao segmento, nos termos da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e do art. 3º da Lei nº 7.827, de 27.09.1989 (Resolução Condel/FCO nº 346, de 11.06.2008);
- disponibilização do Cartão Ourocard Agronegócios, que conta com a função “financiamento”, além das funções “débito” e “crédito”, o que permite ao cliente acessar a linha de financiamento do FCO, previamente contratada na Agência;
- priorização da utilização dos recursos do FCO nos Planos de Negócios do Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS⁸;
- priorização de negócios na rede de agências do BB;

⁷ Até 2006 (Lei nº 10.177, de 12.01.2004): de 6,00 a 10,75% a.a. para produtores rurais e de 8,75 a 14,00 a.a. para empresas; 2) Em 2007 (Decreto nº 5.951, de 31.10.2006): de 5,00 a 9,00% a.a. para produtores rurais e de 7,25 a 11,50% a.a. para empresas; e 3) A partir de 2008 (Decreto nº 6.367, de 30.01.2008): de 5,00 a 8,50% a.a. para produtores rurais e de 6,75 a 10,00% a.a. para empresas.

⁸ O DRS atua em diversos segmentos da sociedade, estabelecendo uma dinâmica voltada para a identificação das vocações e potencialidades regionais, para a organização e estruturação das atividades, visando diminuir as desigualdades e promover a inclusão social com geração de trabalho e renda, de forma sustentável (economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta, respeitando as diversidades culturais).



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

- treinamento de funcionários do BB em operações de investimento (rural e empresarial);
- orientação às agências jurisdicionantes dos municípios não contemplados com recursos do FCO no exercício, no sentido de atuarem com foco nas propostas já em andamento;
- implementação do Diligência Zero, que tem por objetivo principal melhorar a originação de propostas de financiamento na rede de agências (acolhimento de propostas com toda a documentação necessária à análise);
- aperfeiçoamento dos processos, sistemas e metodologias de crédito no âmbito do BB e/ou especialmente para o FCO:
- implementação de melhorias no aplicativo de contratação e formalização de operações (Portal de Negócios/COP), dentre elas: criação da Carta Remessa Eletrônica para envio de documentos à instância de estudo de operação, emitida automaticamente pelo aplicativo, e que a partir do preenchimento de alguns dados faz uma crítica na proposta, contribuindo para agilizar o processo de contratação de operações de crédito; possibilidade de inclusão da data do instrumento de crédito com geração dos cronogramas a partir da data informada, permitindo à agência providenciar eventual documentação previamente à formalização da proposta; padronização da Nota Técnica do estudo da operação, com geração preformatada no aplicativo e possibilidade de edição dos campos, otimizando o tempo consumido;
- revisão das etapas de apresentação dos documentos exigidos para análise, contratação e formalização de operações, o que contribuiu para trazer mais agilidade ao processo;
- alteração no valor dos pontos de corte observados para a definição das instâncias de análise do cálculo de capacidade de pagamento de operações, facilitando a compreensão quanto ao correto direcionamento das propostas de crédito apresentadas;
- redefinição dos critérios a serem observados para a vinculação de garantias pessoais (aval e fiança), o que viabiliza e agiliza a contratação de operações de menor valor;
- desenvolvimento do dossiê eletrônico de operações, ferramenta que auxilia na identificação da documentação a ser observada na contratação (certidões, declarações, etc.) e na condução de operações (notas fiscais, relatórios de fiscalização, etc.), possibilitando o arquivamento eletrônico desses documentos.
- divulgação das condições de financiamento do FCO no site do BB (www.bb.com.br); e
- distribuição de exemplares da Programação e da Cartilha do FCO.

Essas ações não esgotam a atuação do Banco do Brasil, quanto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, que emprega, na administração e aplicação dos recursos do Fundo, a mesma estrutura utilizada para condução de negócios com recursos próprios, de tal forma que todos os investimentos realizados pelo Banco do Brasil em infraestrutura operacional, em capacitação de funcionários e em tecnologia da informação beneficiam diretamente o FCO.



3. OPERAÇÕES DE FUNDOS

3.1. Previsão Orçamentária

3.1.1. Origem dos Recursos Previstos para 2010

A composição anual do montante de recursos previstos para a execução orçamentária do FCO leva em conta transferências do Tesouro Nacional, disponibilidade remanescente do exercício anterior, retornos de financiamentos e resultado operacional do Fundo, deduzidos os recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores. Para o exercício 2010, a origem do montante de recursos previstos está demonstrada no quadro abaixo:

Origem	R\$ milhões
De Exercícios Anteriores ⁽¹⁾	1.368,3
De Retorno de Operações	1.432,3
De Repasses do Tesouro Nacional ⁽²⁾	1.484,8
Resultado Operacional ⁽³⁾	153,2
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores ⁽⁴⁾	(282,6)
Total	4.156,0

(1) Corresponde ao somatório das disponibilidades existentes nos orçamentos das Unidades Federativas em 31.12.2009.

(2) O valor dos repasses do Tesouro Nacional corresponde à projeção da Secretaria do Tesouro Nacional.

(3) O resultado operacional refere-se à previsão de receitas e despesas do Fundo para o exercício.

(4) Os recursos comprometidos referem-se às parcelas de operações contratadas em exercícios anteriores, ainda pendentes de liberação.

Quadro 8 – Origem dos Recursos Previstos para 2010

3.1.2. Distribuição Percentual dos Recursos do Tesouro Nacional por Unidade Federativa e Programas

Conforme estabelece o art. 159, inciso I, alínea “c” da Constituição Federal e nos termos do art. 6º da Lei 7.827/89, a União entrega 0,6% do produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza (IR) e do imposto sobre produtos industrializados (IPI) para o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO.

Os recursos oriundos da arrecadação do IR e do IPI são repassados ao Fundo por meio do orçamento do Ministério da Integração Nacional, conforme determina o art. 7º da Lei 7.827 de 1989, alterada pela Lei 10.177 de 2001.

Segundo projeção da Secretaria do Tesouro Nacional, estimou-se, para o Exercício de 2010, ingresso de recursos da ordem de R\$ 1.484,8 milhões.

A Programação Orçamentária de 2010, aprovada pela Resolução CONDEL/FCO n.º 379, de 11.12.2009 e alterada por Resoluções posteriores, estabeleceu a distribuição dos recursos previstos para o exercício 2010 às Unidades Federativas do Centro-Oeste, de acordo com os seguintes percentuais: DF – 19,0%, GO – 29,00%, MT – 29,0% e MS – 23,0%.



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Distribuição dos recursos por Unidade Federativa e Programas

Modalidades	DF	GO	MS	MT	(%)
Recursos Distribuídos	19,00	29,00	23,00	29,00	100,00
FCO Empresarial	15,20	14,50	11,50	14,50	55,70
FCO Rural	3,80	14,50	11,50	14,50	44,30
Total					100,00

Obs: percentuais definidos para o exercício 2010, conforme Programação Anual.

Quadro 9 – Distribuição dos recursos por Unidade Federativa e Programas

3.1.3. Previsão de Aplicação de Recursos

A programação de aplicação dos recursos em 2010, conforme a previsão do Banco Administrador, apresenta como estimativa de contratações o montante de R\$ 4.156,0 milhões em financiamentos aos setores produtivos da região, correspondentes à totalidade dos recursos previstos para o período, conforme quadro a seguir:

Previsão de aplicação de recursos em 2010 (R\$ mil)

Programas	DF	GO	MT	MS	Região	Percentual de Distribuição (%)
Mini, Micro e Pequenos Tomadores						
FCO Empresarial	322.169,5	307.332,8	307.332,7	243.746,7	1.180.581,7	28,41
Industrial	79.084,8	134.985,4	46.099,9	77.755,2	337.925,3	
Infraestrutura	85.000,0	30.733,3	46.099,9	17.208,5	179.041,7	
Turismo	79.084,7	30.733,3	92.199,8	17.793,5	219.811,3	
Comércio e Serviços	79.000,0	110.880,8	122.933,1	130.989,5	443.803,4	
FCO Rural	80.542,4	307.332,7	307.332,7	243.746,6	938.954,4	22,59
Pronaf-RA e Pronaf Demais	78.963,1	184.399,6	282.332,7	95.586,9	641.282,4	
Demais Rurais	1.579,3	122.933,1	25.000,0	148.159,7	297.672,1	
Subtotal	402.711,9	614.665,5	614.665,4	487.493,3	2.119.535,1	51,00
Médios e Grandes Tomadores						
FCO Empresarial	309.535,4	295.280,4	295.280,5	234.188,0	1.134.284,3	27,29
Industrial	72.804,6	106.301,0	59.056,1	145.899,1	384.060,8	
Infraestrutura	85.000,0	29.407,5	59.056,1	15.456,4	189.920,0	
Turismo	72.804,6	29.407,5	59.056,1	12.548,1	173.816,3	
Comércio e Serviços	78.926,2	130.164,4	118.112,2	60.184,4	387.387,2	
FCO Rural	77.383,9	295.280,5	295.280,5	234.188,0	902.132,9	21,71
Subtotal	386.919,3	590.560,9	590.561,0	468.376,0	2.036.417,2	49,00
Resumo Geral						
FCO Empresarial	631.704,9	602.613,2	602.613,2	477.934,7	2.314.865,0	55,70
Industrial	151.889,4	241.286,4	105.156,0	223.654,3	721.986,1	
Infraestrutura	170.000,0	60.140,8	105.156,0	32.664,9	367.961,7	
Turismo	151.889,3	60.140,8	151.255,9	30.441,6	393.727,6	
Comércio e Serviços	157.926,2	241.045,2	241.045,3	191.173,9	831.190,6	
FCO Rural	157.926,3	602.613,2	602.613,2	477.934,6	1.841.087,3	44,30
Pronaf-RA e Pronaf Demais	78.963,1	184.399,6	282.332,7	95.586,9	641.282,4	
Demais Rurais	78.963,2	418.213,6	320.280,5	382.347,7	1.199.805,0	
TOTAL	789.631,2	1.205.226,4	1.205.226,4	955.869,3	4.155.953,3	100,00
Posição em 30.06.2010						

Quadro 10 – Previsão de Aplicação de Recursos em 2010



3.2. Execução Orçamentária

3.2.1. Realização da Previsão Orçamentária (Previsto X Realizado)

Origem	(R\$ milhões)		
	Previsto	Realizado	(%)
De Exercícios Anteriores	1.368,3	1.368,3	100,0
De Retorno de Operações	672,6	763,6	113,5
De Repasses do Tesouro Nacional	722,6	707,0	97,8
Resultado	82,7	106,2	128,4
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	(169,5)	(89,0)	52,5
Total	2.676,7	2.856,1	106,7

Posição em 30.06.2010

Quadro 11 – Realização da Previsão Orçamentária

O volume de recursos observado (R\$ 2.856,1) representa 106,7% do montante previsto para o 1º Semestre de 2010. A tabela acima demonstra que a superação do orçamento inicial foi motivada pela realização acima do previsto do resultado operacional do fundo e dos retornos de operações.

3.2.2. Transferências do Tesouro Nacional

As transferências do Tesouro Nacional, provenientes da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados totalizaram R\$ 707,0 milhões. O quadro a seguir ilustra o comportamento mensal dos repasses de recursos da União, comparativamente à previsão inicial para o 1º Semestre de 2010:

Mês	Previsto (1)	Realizado	
	Valor	Valor	% de Realização
janeiro	116.491	91.570	78,6
fevereiro	107.815	135.212	125,4
março	121.232	118.189	97,5
abril	128.982	75.407	58,5
maio	133.125	169.415	127,3
junho	114.958	117.246	102,0
Exercício	722.603	707.019	97,8

Quadro 12 – Transferências do Tesouro Nacional

Comparando com o mesmo período do ano anterior, observa-se incremento de 13,5% no montante de recursos oriundos do Tesouro Nacional, conforme demonstra o quadro a seguir.



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Ingresso Recursos do Tesouro Nacional (R\$ mil)

Mês	2010	2009	Variação %
janeiro	91.570	77.815	17,7
fevereiro	135.212	125.498	7,7
março	118.169	79.396	48,8
abril	75.407	106.434	(29,2)
maio	169.415	118.614	42,8
junho	117.246	114.963	2,0
Total	707.019	622.720	13,5

Posição em 30.06.2010

Quadro 13 - Transferências do Tesouro Nacional – comparativo 2010/2009

3.2.3. Distribuição dos Recursos por Unidade Federativa e Programa

A distribuição dos recursos entre as Unidades Federativas e as modalidades de financiamentos, segundo os percentuais previstos na Programação Orçamentária de 2010, ficou assim representada no semestre:

Distribuição dos Recursos por Unidade Federativa e Programas

Modalidades	DF	GO	MS	MT	Região	(R\$ mil) (%)
Recursos Distribuídos	789.631	1.205.226	955.869	1.205.226	4.155.953	100,00
FCO Rural	631.705	602.613	477.935	602.613	2.314.866	55,70
FCO Empresarial	157.926	602.613	477.935	602.613	1.841.087	44,30
TOTAL					4.155.953	100,00

Posição em 30.06.2010

Quadro 14 – Distribuição dos Recursos por UF e Programa

3.3. Resultados

3.3.1. Contratações de Operações de Financiamento

Contratações por Programa e Unidade Federativa

No 1º Semestre de 2010, foram contratadas 29.561 operações, totalizando R\$ 1.742,6 milhões. Os investimentos do FCO Empresarial somaram R\$ 951,1 milhões, representando 54,6% do montante contratado, enquanto as contratações do FCO Rural atingiram R\$ 791,5 milhões, equivalentes a 45,4% do total aplicado no período, confirmando a vocação agropecuária da Região.



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Apenas os tomadores de pequeno porte apresentaram comportamento inverso, contratando mais operações empresariais do que rurais, com destaque para o setor Comércio e Serviços.

Contratações por Porte e Unidade Federativa

PORTE	DF	GO	MS	MT	TOTAL	(%)
Grande	43.055	97.238	182.879	286.518	609.690	35,0
Médio	20.310	111.883	46.187	73.226	251.606	14,4
Total	63.365	209.121	229.065	359.744	861.296	49,4
Pequeno	69.343	267.808	100.364	149.476	586.991	33,7
Mini/Micro	13.919	154.692	47.365	78.343	294.319	16,9
Total	83.262	422.500	147.729	227.819	881.310	50,6
Total	146.627	631.621	376.795	587.563	1.742.606	100,0

Em R\$ mil. posição 30.06.2010

Quadro 17 – Contratações por Porte e UF

Os beneficiários de grande e médio porte da Região absorveram maior volume de recursos no MT e MS, com 61,2% e 60,8%, respectivamente, das contratações. Ao contrário, em GO e DF, 66,9% e 56,8% , foram os beneficiários de menor porte (pequeno e mini/micro) que absorveram o maior volume de recursos.

Os empreendimentos de mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas representaram 95,0% do número total de operações contratadas no período, absorvendo R\$ 881,3 milhões, equivalentes a 50,6% do montante de recursos aplicados. Os grandes e médios produtores rurais e as empresas de grande e médio portes aplicaram R\$ 861,3 milhões para o financiamento de suas atividades produtivas, o correspondente a 49,4% do total de recursos destinados à Região. Vale ressaltar que muitos projetos de grandes empresas ou grandes produtores rurais também beneficiam indiretamente os tomadores de menor porte, a exemplo de operações contratadas nos programas de convênio de integração rural (empresa integradora e integrados), que representaram 33,6% do total contratado com grandes e médios tomadores e 79,4% da quantidade de operações com esses segmentos.

No tocante à Execução Orçamentária em 2010, as contratações com os tomadores de mini, micro e pequeno porte representaram 30,9% relativamente aos recursos realizados de R\$ 2.856,1 milhões, constantes no item 3.2.1 deste relatório.

No quadro a seguir, é apresentada a distribuição das operações contratadas por Unidade Federativa, programas, concentração por menor porte (Mini, Micro e Pequenos tomadores) e maior porte (Médios e Grandes tomadores).



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Contratações com Mini, Micro e Pequenos Tomadores (R\$ mil)

	DF	GO	MS	MT	Região	Percentual de Distribuição (%)
PROGRAMAS						
FCO Empresarial	68.670	160.046	80.904	85.721	395.342	22,7
Desenvolvimento Industrial	8.583	24.320	8.704	8.638	50.245	
Infraestrutura	-	-	-	892	892	
Desenvolvimento do Turismo	12.485	22.242	14.176	14.671	63.575	
Comércio e Serviços	47.602	113.484	58.024	61.520	280.629	
FCO Rural	13.199	259.119	55.069	134.566	461.952	26,5
PRONAF	9.208	167.854	23.448	101.337	301.847	
Rural Demais	3.990	91.265	31.621	33.229	160.105	
Subtotal	81.869	419.166	135.972	220.287	857.294	
Pronaf - Reforma Agrária	1.393	3.334	11.757	7.532	24.016	1,4
Total	83.262	422.500	147.729	227.819	881.310	50,6

Contratações com Médios e Grandes Tomadores

	DF	GO	MS	MT	Região	Região
PROGRAMAS						
FCO Empresarial	50.988	117.142	120.372	267.249	555.750	31,9
Desenvolvimento Industrial	14.754	67.571	115.689	191.144	389.159	
Infraestrutura	-	-	-	67.502	67.502	
Desenvolvimento do Turismo	-	1.509	453	1.813	3.775	
Comércio e Serviços	36.234	48.061	4.230	6.789	95.315	
FCO Rural	12.378	91.980	108.693	92.495	305.546	17,5
Rural Demais	12.378	91.980	108.693	92.495	305.546	
Total	63.365	209.121	229.065	359.744	861.296	49,4

Consolidado

	DF	GO	MS	MT	Região	Região
PROGRAMAS						
FCO Empresarial	119.658	277.188	201.276	352.970	951.092	54,6
Desenvolvimento Industrial	23.337	91.892	124.393	199.781	439.404	
Infraestrutura	-	-	-	68.395	68.395	
Desenvolvimento do Turismo	12.485	23.752	14.628	16.484	67.350	
Comércio e Serviços	83.835	161.545	62.254	68.310	375.944	
FCO Rural	25.576	351.099	163.762	227.061	767.498	44,0
Pronaf	9.208	167.854	23.448	101.337	301.847	
Rural Demais	16.368	183.245	140.314	125.724	465.651	
Subtotal	145.234	628.287	365.038	580.031	1.718.590	
Pronaf - Reforma Agrária	1.393	3.334	11.757	7.532	24.016	1,4
Total Geral	146.627	631.621	376.795	587.563	1.742.606	100,0

Posição em 30.06.2010

Quadro 18 – Contratações por UF, Programa e Porte

Municípios com Operações Contratadas

Para aplicação dos recursos do FCO, o Banco do Brasil conta com uma rede de distribuição composta por 527 pontos de atendimento na Região, sendo desse total 420 Agências e 107 Postos de Atendimento Bancários (PABs), o que lhe permite assistir financeiramente as atividades produtivas desenvolvidas no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, inclusive aquelas situadas nas mais distantes localidades do extenso território do Centro-Oeste.



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Em 2010, dos 466 municípios da Região, 455 contaram com financiamentos do Fundo, representando 97,6%. O total de recursos injetados na economia da Região é da ordem de R\$ 1,7 bilhões, beneficiando 29,6 mil projetos dos setores produtivos.

O demonstrativo a seguir apresenta a distribuição espacial das aplicações no 1º Semestre de 2010, mostrando o número de municípios da Região atendidos com recursos do FCO, comparativamente com o mesmo período do ano anterior.

UF	Municípios Existentes	2010		2009	
		Municípios com Operações	Montante Aplicado	Municípios com Operações	Montante Aplicado
DF	1	1	146.627	1	218.381
GO	246	244	631.621	245	636.006
MS	78	77	376.795	77	306.477
MT	141	133	587.563	135	459.688
Total	466	455	1.742.606	458	1.620.552

Posição em 30.06.2010

Quadro 19 – Distribuição espacial das aplicações 2010/2009

Ao disseminar o crédito pelas localidades mais carentes, conforme se observa, da quantidade de municípios alcançados em cada Unidade Federativa, o Banco do Brasil cumpre a missão de apoiar financeiramente as atividades dos pequenos empreendedores da Região, confirmando o FCO como a mais importante fonte de recursos para a interiorização do desenvolvimento e dinamização da economia do Centro-Oeste, contribuindo para diminuir as desigualdades intra-regionais, além de refletir positivamente nos indicadores sociais da região.

Contratações na Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno – RIDE

O demonstrativo a seguir apresenta as contratações realizadas no Distrito Federal e nos 19 municípios do Estado de Goiás integrantes do Entorno do DF:

UF	Municípios Existentes	2010		2009	
		Municípios com	Montante	Municípios com	Montante
DF	1	1	39.771	1	32.239
RIDE	19	19	106.856	19	186.142
Total	20	20	146.627	20	218.381

Posição em 30.06.2010

Quadro 20 – Contratações na RIDE

Contratações na Mesorregião de Águas Emendadas

O demonstrativo abaixo apresenta as contratações realizadas nos municípios de Goiás integrantes da Mesorregião de Águas Emendadas, segregados em porte do mutuário e programa de financiamento:



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

(R\$ mil)

Porte	Empresarial		PRONAF		Rural		Total	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Grande	-	-	-	-	14	8.372	14	8.372
Médio	13	4.369	-	-	142	17.450	155	21.819
Pequeno	470	25.249	446	14.089	129	22.804	1.046	62.143
Mini/Micro	162	6.042	2.487	23.508	388	37.658	3.037	67.209
	645	35.660	2.933	37.597	673	86.285	4.251	159.542

Posição em 30.06.2010

Quadro 21 – Contratações na mesorregião de Águas Emendadas

Segundo a Programação Anual do FCO para o Exercício 2010, está prevista a contratação de R\$ 217,8 milhões com esses municípios. No 1º semestre de 2010, foi realizado o percentual de 73,2% do montante previsto, com o valor contratado de R\$ 159,5 milhões.

Contratações com Beneficiários que Obtiveram Financiamentos pela 1ª Vez

(R\$ mil)

Porte	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Grande	6	27.504	13	30.088	8	109.099	9	170.471	36	337.162
Médio	32	12.683	170	39.304	101	19.052	68	23.029	371	94.067
Pequeno	662	44.252	2.121	116.548	812	50.069	1.115	73.435	4.710	284.305
Mini/Micro	243	7.596	1.631	48.876	1.003	24.888	876	25.184	3.753	106.544
	943	92.036	3.935	234.815	1.924	203.108	2.068	292.119	8.870	822.078

Posição em 30.06.2010

Quadro 22 – Contratações com novos beneficiários

No 1º Semestre de 2010, verifica-se a quantidade de 29.561 contratos realizados, totalizando R\$ 1.742,6 milhões. No período, 8.870 operações foram realizadas com novos beneficiários, atingindo a cifra de R\$ 822,1 milhões, que representam 30,0% do total das contratações e 47,2% dos recursos aplicados.

Destacaram-se os Estados de Goiás e Mato Grosso com maior número de contratos realizados com novos beneficiários – 3.935 e 2.068, respectivamente. Quanto ao volume de recursos aplicados, Mato Grosso aplicou R\$ 292,1 milhões e Goiás R\$ 234,8 milhões, representando 35,5% e 28,6%, respectivamente.

Contratações com Valor Superior a R\$ 10 milhões

O quadro abaixo sintetiza as operações contratadas no 1º Semestre de 2010 com valores superiores a R\$ 10 milhões e informadas analiticamente à Secretaria Executiva do Condel, conforme estabelecido no item “2b” da Resolução CONDEL/FCO nº 127, de 05.12.2001.

R\$ mil

LINHAS DE FINANCIAMENTO	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Comércio e Serviços	1	24.998	-	-	-	-	-	-	1	24.998
Infraestrutura Econômica	-	-	-	-	-	-	1	82.490	1	82.490
Desenvolvimento Industrial	-	-	1	15.305	2	113.262	5	187.266	8	315.853
Desenvolvimento Rural	-	-	-	-	1	42.783	-	-	1	42.783
Total	1	24.998	1	15.305	3	156.065	6	249.756	11	446.125

Posição em 30.06.2010

Quadro 23 – Contratações com valor superior a R\$ 10 milhões



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Relativamente ao mesmo período de 2009, houve um acréscimo de contratações, principalmente no volume de recursos, superando em 34,2% o montante de R\$ 336,9 mil do período anterior. O incremento na quantidade de operações foi de 22,2%.

As operações assim contratadas em 2010 estão detalhadas a seguir, por Unidade da Federação:

a) contratadas no Distrito Federal:

Operação nº 4000601	Valor: R\$ 24.998.000,00 Beneficiário: CESB - Centro de Educação Superior de Brasília Descrição: O empreendimento financiado foi a construção de um campus universitário em Ceilândia (DF). Trata-se de empreendimento em município com tipologia de alta renda, financiado no programa FCO DESENVOLVIMENTO COMERCIAL E DE SERVIÇOS, com valor total de R\$ 24.998.000,00. Benefícios: Incremento da renda de cerca de R\$ 1,2 milhão/ano; incremento na arrecadação de tributos de cerca de R\$ 100 mil/ano, aumento no consumo de matéria-prima da própria região, o que beneficiará os produtores locais, e a criação de 60 empregos diretos e 100 indiretos.
------------------------	---

b) contratadas no Estado de Goiás:

Operação nº 4000311	Valor: R\$ 15.305.256,80 Beneficiário: GOEMIL S/A Indústria de Produtos Alimentícios Descrição: O empreendimento financiado foi a implantação de uma unidade industrial para processamento de soja e fabricação de proteína em Palmeiras de Goiás-GO. Trata-se de empreendimento em município com tipologia Estagnada de Média Renda, financiado no programa FCO Empresarial – Programa de Desenvolvimento Industrial, com valor total de R\$ 50.856.000,00. Benefícios: Incremento da renda de cerca de R\$ 570.000,00 mil/ano; incremento na arrecadação de tributos de cerca de R\$ 6.729.982,00 milhões/ano, aumento no consumo de matéria-prima da própria região, o que beneficiará os produtores locais. Com a implantação da GOEMIL Indústria de Produtos Alimentícios Ltda., pode-se destacar os seguintes benefícios sociais: - Impulso e contribuição para o crescimento da renda urbana local, através da elevação do número de empregos e dos níveis salariais dos trabalhadores locais; - Mais uma unidade produtiva instalada localmente pode trazer um maior número de contratações diretas e indiretas; - Incentivo à formação de mão-de-obra especializada; - Atração de outras atividades produtivas relacionadas direta ou indiretamente a essa atividade. Como contribuição para o desenvolvimento regional em termos de
------------------------	---



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

benefícios econômicos pode-se destacar:

- Atração de segmentos industriais, fornecedores de matérias-primas, indústria de equipamentos e material de consumo, vem a contribuir com o desenvolvimento da região;
- Contribuição com a expansão do parque industrial do Estado;
- Incremento na arrecadação de impostos para o Estado pois, todo o processo de industrialização ocorrerá em território goiano.

O projeto está em fase inicial de implantação. Não contratamos funcionários até o momento. As empresas contratadas para as obras civis e equipamentos estão trabalhando no parque industrial.

c) contratada no Estado do Mato Grosso:

Operação
nº 2100429

Valor: R\$ 62.490.324,00

Beneficiário: Companhia Hidroelétrica Figueirópolis

Descrição:

O empreendimento financiado foi a implantação de pequena central hidroelétrica no rio Jauru, a jusante da Cachoeira da Fumaça, na divisa dos municípios de Indiavaí (MT) e Figueirópolis D'Oeste (MT). Trata-se de empreendimento em município com tipologia dinâmica, financiado no programa FCO Infra-Estrutura Econômica, com valor total de R\$ 92.361.468,00.

Benefícios:

- a) Geração de empregos: cerca de 300 empregos diretos e 2000 indiretos, durante a fase de implantação; e cerca de 10 empregos diretos e 50 indiretos durante a fase de operação;
- b) Promoção de melhoria do meio sócio-ambiental, pela criação de Área de Preservação Permanente – APP;
- c) Execução de programa de educação ambiental e comunicação social. Esses dois programas de responsabilidade direta do empreendedor têm como objetivo as comunidades dos municípios de Indiavaí e Figueirópolis D'Oeste. O programa foi formatado para atingir as escolas públicas da região, através de palestras, oficinas para discussão das temáticas vinculadas a sustentabilidade dos sistemas naturais, o aproveitamento dos recursos naturais e suas ponderáveis limitações, os clubes de serviços e autoridades públicas e sociedade.
- d) Contribuição na promoção do desenvolvimento e dinamização econômica dos municípios da região do Vale do Jauru, do Estado do Mato Grosso e do País, com oferta de energia elétrica e ainda, pela promoção de efeitos multiplicadores de emprego e renda, com inclusão social.
- e) Incremento da renda de cerca de R\$ 17 milhões/ano;
- f) Incremento na arrecadação de tributos de cerca de R\$ 1.125 mil/ano.

Operação
nº 4001577

Valor: R\$ 17.204.184,00

Beneficiário: União Avícola Agroindustrial Ltda.

Descrição:

O empreendimento financiado foi a CONSTRUÇÃO E EDIFICAÇÃO INDUSTRIAL; EQUIPAMENTOS PARA AÇOUGUE/FRIGORÍFICO;



EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA; MÓVEIS E UTENSÍLIOS E REFORÇO DE CAPITAL DE GIRO em NOVA MARILÂNDIA (MT). Trata-se de empreendimento em município com tipologia de alta renda, financiado no programa de DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, R\$ 35.954.342.00, com valor total de R\$ R\$ 54.068.766.00.

Benefícios:

Incremento da renda de cerca de R\$ 22.422.703,23 milhões/ano; incremento na arrecadação de tributos de cerca de R\$ 2.963.574,22 milhões/ano, aumento no consumo de matéria-prima da própria região, o que beneficiará os produtores locais, os principais benefícios sociais do projeto vinculam-se à geração de emprego do empreendimento, tanto diretos como, principalmente, indiretos, inseridos pela cadeia de fornecedores terceirizados. Como são empregos formais, além dos salários há que se considerar os encargos sociais inerentes, e outras ações de caráter social que a empresa deve, necessariamente, instituir tais como vale transporte, alimentação, plano de saúde, etc. Os benefícios econômicos do projeto vinculam-se à geração de renda e impostos diretos e indiretos, via atividades produtivas que, ao serem desenvolvidas, agregam à economia municipal e regional novos recursos, contribuindo para a sustentabilidade do "modelo econômico" atual, como alternativa viável para otimização dos fatores de produção locais e regionais.

Operação
nº 4000825

Valor: R\$ 76.905.110,17

Beneficiário: Cervejaria Petrópolis do Centro-Oeste Ltda.

Descrição:

O empreendimento financiado foi a implantação de unidade fabril para fabricação e engarrafamento de cervejas e chopes em Rondonópolis (MT). Trata-se de empreendimento financiado no programa FCO Empresarial, com valor total na ordem de R\$ 216 milhões.

Benefícios:

- Incremento da renda de em aproximadamente R\$ 4,4 milhões ao ano;
- Aumento na arrecadação de tributos referente à R\$ 21,3 milhões anuais a título de ICMS;
- Fomento no valor de R\$ 5 milhões no consumo de matéria-prima da própria região, o que beneficiará os produtores locais; os materiais secundários serão adquiridos no mercado interno, alavancando a economia regional e gerando empregos diretos e indiretos nos fornecedores.

Operação
nº 4001560

Valor: R\$ 23.139.694,90

Beneficiário: Cooperativa dos Cotonicultores de Campo Verde

Descrição:

O crédito deferido destina-se ao financiamento de CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO(ÕES) INDUSTRIAL(IS) e INSTALAÇÃO/MONTAGEM/TRANSPORTE DE EQUIPAMENTO(S) e a aquisição de MÁQUINA(S)/MÁQUINA(S)/EQUIPAMENTO(S) PARA PRODUÇÃO TEXTIL/CONFECÇÕES, a serem localizados na Rodovia BR 070, Km 371, Zona Rural, Campo Verde MT. Trata-se de empreendimento em município com tipologia de alta renda, financiado no programa FCO Agroindústria, com valor total de R\$ 23.139.694,90.



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Benefícios:

Incremento da renda de cerca de R\$ 5 milhões/ano; incremento na arrecadação de tributos de cerca de R\$ 0,5 milhão/ano, aumento no consumo de matéria-prima da própria região, o que beneficiará os produtores locais: o algodão produzido no município até a presente data é todo comercializado *in-natura* (em pluma) para ser beneficiado em outras regiões; com esta indústria parte desta produção será beneficiada no próprio município agregando valor ao produto e aumentando a renda dos cooperados.

Operação
nº 4000552

Valor: R\$ 52.000.000,00

Beneficiário: Cargill Agrícola S.A.

Descrição:

Cédula de Crédito Industrial correspondente a 16% do investimento com a empresa Cargill Agrícola S.A., financiamento este destinado à construção de uma fábrica de óleos vegetais na cidade de Primavera do Leste-MT. O empreendimento encontra-se localizado em município com características de alta renda, tendo sido captados os seguintes recursos para este investimento, além do programa de financiamento FCO, 48% Finem BNDES, 5% Finame Unibanco-Itaú e 31% com recursos próprios.

Benefícios:

- geração de renda com inclusão social através de 280 novos empregos diretos e 1.200 indiretos, considerando como empregos indiretos transporte, sindicatos, empresas de recrutamento, serviços autônomos e empresas prestadoras de serviços diversos.
- A criação destes novos postos de trabalho direto e indireto, promoveu ainda o desenvolvimento do comércio local e da região, além da implementação de projetos sociais junto ao município.
- Ressalta-se ainda que, com a instalação do empreendimento, houve um aumento no consumo de matéria-prima na região, proporcionando aos produtores maior facilidade na comercialização, nos serviços de armazenagem, conservação das rodovias e estradas, gerando uma opção maior de venda e financiamento concedidos para estes produtores.

Operação
nº 4000251

Valor: R\$ 18.016.574,00

Beneficiário: Renosa - Indústria Brasileira de Bebidas S.A.

Descrição: O empreendimento financiado foi aquisição de uma máquina/engarrafadora de bebidas/refrigerantes – marca Alemã. Trata-se de substituição de Equipamento, financiado no programa FCO, com valor total de R\$25.000.000,00.

Benefícios:

Não houve alteração, pois, trata-se apenas de substituição de equipamento. Incremento na arrecadação de tributos: acréscimo de 22%. Aumento no consumo de matéria-prima da própria região: sem alterações; pois, o produto utilizado no engarrafamento são produtos – garrafas de vidro - importados do Estado de São Paulo.



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

a) contratadas no Estado do Mato Grosso do Sul:

Operação Valor: R\$ 62.878.535,20
nº 4000352 Beneficiário: FATIMA DO SUL AGRO-ENERGETICA S/A - ALCOOL E
Descrição:

O empreendimento financiado, em andamento, é para a instalação de uma planta industrial cujo objetivo é a implantação de uma usina de álcool, em Fátima do Sul (MS). Trata-se de empreendimento em município com tipologia estagnada, financiado no programa FCO Desenvolvimento Industrial, com valor total de R\$ 151.058.160,52.

Benefícios:

Com relação aos benefícios sociais e econômicos, atualmente, a empresa é responsável pela geração de 350 (trezentos e cinquenta) empregos diretos, sendo 9 (nove) no setor administrativo da empresa e 341 (trezentos e quarenta e um) atuando na lavoura e na indústria. Com previsão de mais um ano, as contratações serão aproximadamente de 180 pessoas para a área industrial e administrativa. Com a implantação da indústria haverá incremento da renda de cerca de R\$ 93.000.000/ano (noventa e três milhões) gerados pela produção/comercialização de aproximadamente 100 milhões de litros de álcool, além da arrecadação de tributos em torno de 7% sobre este valor.

Operação Valor: R\$ 42.783.110,46
nº 4000626 Beneficiário: São Fernando Açúcar e Alcool Ltda.
Descrição:

O empreendimento financiado foi a implantação e exploração de usina produtora de açúcar e ampliação da capacidade de moagem para 3 milhões de ton/ano, em Dourados-MS. Trata-se de empreendimento em município com tipologia de alta renda, financiado no programa FCO Rural, com valor total de R\$ 129.259.171,99.

Benefícios:

- Incremento da receita de R\$ 72 milhões em 2009 para R\$ 367 milhões na safra 10/11;
- Incremento na arrecadação de tributos de cerca de R\$ 13,9 milhões/ano, na safra 10/11, podendo chegar a R\$ 18,5 milhões na safra 13/14;
- Aumento no consumo de matéria-prima da própria região, o que beneficiará os produtores locais, aquisição de insumos (herbicidas, fungicidas, fertilizantes, etc.) e arrendamento de terras para o cultivo de cana;
- Geração de emprego, sendo 380 empregos diretos já criados e uma estimativa de chegar a 2.000 empregos na área agrícola dentro de 5 anos.

Operação Valor: R\$ 50.403.714,95
nº 4000629 Beneficiário: São Fernando Açúcar e Alcool Ltda.
Descrição:

O empreendimento financiado foi a implantação e exploração de usina produtora de açúcar e ampliação da capacidade de moagem para 3 milhões de ton/ano, em Dourados-MS. Trata-se de empreendimento em município



com tipologia de alta renda, financiado no programa FCO Rural, com valor total de R\$ 129.259.171,99.

Benefícios:

- Incremento da receita de R\$ 72 milhões em 2009 para R\$ 367 milhões na safra 10/11;
- Incremento na arrecadação de tributos de cerca de R\$ 13,9 milhões/ano, na safra 10/11, podendo chegar a R\$ 18,5 milhões na safra 13/14;
- Aumento no consumo de matéria-prima da própria região, o que beneficiará os produtores locais, aquisição de insumos (herbicidas, fungicidas, fertilizantes, etc.) e arrendamento de terras para o cultivo de cana;
- Geração de emprego, sendo 380 empregos diretos já criados e uma estimativa de chegar a 2.000 empregos na área agrícola dentro de 5 anos.

Contratações por Tipologia por UF

A tipologia do município de localização do empreendimento segue definições do Ministério da Integração Nacional, e tem sua metodologia prevista no Anexo II do Decreto nº 6.047, de 22.02.2007, que leva em consideração duas variáveis:

- a) Rendimento Médio Mensal por Habitante, englobando todas as fontes declaradas no censo demográfico de 2000 (salários, benefícios, pensões, etc.); e
- b) Taxa Geométrica de Variação dos Produtos Internos Brutos Municipais por habitante.

A tipologia está inserida na Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e tem o propósito de estabelecer um quadro referencial das desigualdades regionais.

A classificação da tipologia está definida conforme a seguir:

- | | |
|-----------------|---|
| 1 - Alta Renda | Municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação no PIB foi igual ou maior a 3,87% entre 1990 e 1998. |
| 2 – Dinâmica | Inclui baixa e média rendas dinâmicas
Média: Municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998.
Baixa: Municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% e 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998. |
| 3 – Estagnada | Inclui apenas a média renda estagnada: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. |
| 4 – Baixa Renda | Municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% e 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000) e a variação do PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. |



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Essa classificação é considerada para definição de prioridades para as políticas setoriais e estabelecimento de limite financiável para as propostas.

O demonstrativo abaixo apresenta as contratações realizadas no semestre por tipologia e Unidade da Federação, conforme previsto na Programação Anual do FCO:

Tipologia	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Alta Renda	1.088	106.857	8.093	402.315	1.070	52.887	1.206	194.842	11.457	756.901
Dinâmica	-	-	2.470	81.541	1.070	41.592	4.132	229.080	7.672	352.193
Estagnada	806	39.771	5.198	147.765	2.655	282.315	1.773	163.661	10.432	633.512
Baixa Renda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.894	146.627	15.761	631.621	4.795	376.795	7.111	587.563	29.561	1.742.606

Em R\$ mil, posição em 30.06.2010

Quadro 24 – Contratações por Tipologia e UF

Obs.: Na Região Centro-Oeste não existe município classificado como baixa renda.

Os municípios de renda dinâmica e estagnada, em conjunto, foram responsáveis pela maioria das contratações no período, com 61,2% do número de operações e 56,6% dos recursos financiados. Os municípios de alta renda representaram 38,8% das operações contratadas, correspondendo a 43,4% do valor total.

Contratações na Faixa de Fronteira

As aplicações nos 72 municípios da Faixa de Fronteira (44 no Estado de Mato Grosso do Sul e 28 no Estado de Mato Grosso) saltaram de R\$ 216,2 milhões no 1º semestre de 2009 para R\$ 433,9 milhões no 1º semestre de 2010, o que representa um incremento de 100,7%. Já a quantidade de operações passou de 5.977 para 4.826, ou seja, teve um decréscimo de 19,3%.

3.3.2. Situação da Demanda

Demanda Total

No 1º Semestre de 2010, das 32.996 propostas existentes no Banco do Brasil, 29.561 foram contratadas e 3.435 não foram atendidas. Em termos de volume de recursos, o montante referente às propostas não atendidas até o final do período atingiu patamar 166,5% superior ao das contratações no semestre.

Situação das Propostas	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Contratadas	1.894	146.627	15.761	631.621	4.795	376.795	7.111	587.563	29.561	1.742.606
Não Atendidas	46	275.822	1.978	2.345.751	585	911.808	828	1.110.385	3.435	4.643.544
Total	1.940	422.249	17.737	2.977.372	5.380	1.288.603	7.939	1.697.928	32.996	6.386.150

Posição 30.06.2010

Quadro 25 – Situação das propostas: Contratadas x Não atendidas



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

O volume de recursos de propostas não atendidas foi superior ao montante contratado. No entanto, considerando o número de propostas, 89,6% delas foram atendidas e apenas 10,4% não o foram. O valor médio das operações contratadas é de R\$ 58.949,49, enquanto que o das não atendidas é de R\$ 1.351.832,31.

No que diz respeito ao porte, os mini/micro tomadores destacam-se em quantidade de operações contratadas e em montante de financiamentos contratados. Os médios e grandes tomadores registram as maiores pendências de contratação, tanto em quantidade de propostas, quanto em volume de recursos.

Os dois fatos acima mencionados espelham que as demandas por operações de maior valor, devido a sua complexidade, demoram mais tempo para ser atendidas (Projetos em elaboração e/ou análise: 59,2%).

Situação das Propostas	Contratadas		Não Atendidas		Total	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
(R\$ mil)						
Programas						
FCO Empresarial	8.028	951.092	1.050	3.288.661	9.078	4.239.753
Industrial	981	439.404	293	1.425.492	1.274	1.864.896
Infra-estrutura	3	68.395	34	811.911	37	880.306
Comércio e Serviços	5.734	375.944	651	857.899	6.385	1.233.843
Turismo	1.310	67.350	72	193.258	1.382	260.708
FCO Rural	21.533	791.514	2.385	1.354.883	23.918	2.146.397
Rural/Integração	3.838	447.858	2.254	1.153.894	6.092	1.601.892
PRONAF	15.992	301.847	-	-	15.992	301.847
Pronaf-RA	1.622	24.016	-	-	1.622	24.016
Pronatureza	73	17.021	131	200.889	204	217.910
Custeio	8	732	-	-	8	732
Total Geral	29.561	1.742.606	3.435	4.643.544	32.996	6.386.150
Porte						
FCO Empresarial	8.028	951.092	1.050	3.288.661	9.078	4.239.753
Grande	58	480.553	182	2.163.640	238	2.624.193
Médio	203	95.198	258	698.889	459	792.087
Pequeno	8.547	358.456	555	388.626	7.102	757.082
Mini/Micro	1.222	36.875	57	29.525	1.279	66.401
FCO Rural	21.533	791.514	2.385	1.354.883	23.918	2.146.397
Grande	154	149.137	352	630.556	506	809.693
Médio	1.074	156.408	1.229	537.420	2.303	693.829
Pequeno	4.765	228.525	524	112.876	5.289	341.401
Mini/Micro	15.540	257.444	280	44.031	15.820	301.475
Total Geral	29.561	1.742.606	3.435	4.643.544	32.996	6.386.150

Posição 30.08.2010

Quadro 26 – Situação das propostas por porte e programa

As contratações realizadas no 1º Semestre de 2010 estão detalhadas no item 3.3.1 deste relatório.





Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Demanda Não Atendida

Das propostas não atendidas, 3.270 restaram pendentes de contratação e 165 foram indeferidas ou canceladas, de acordo com o quadro abaixo:

Motivos de Não Atendimento	DF		GO		MS		MT		(R\$ milhões)	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Carta consulta em análise	2	2	376	294	70	193	79	22	527	512
Projeto em elaboração	17	159	979	1.302	187	275	118	97	1.301	1.833
Projeto em análise	16	47	333	408	109	147	273	532	731	1.134
Pendente de documentação	4	6	224	240	169	273	240	317	637	836
Em contratação	5	60	40	85	27	10	2	1	74	157
Indeferidas/canceladas	2	2	24	16	23	14	116	140	165	171
Total	46	276	1.976	2.346	585	912	828	1.110	3.435	4.644

Posição 30.06.2010

Quadro 27 – Motivo de não atendimento de demandas, por UF

Setor / Porte	Carta consulta em análise		Projeto em elaboração		Projeto em análise		Pendente de documentação		Em contratação		Indeferidas/canceladas		(R\$ milhões)	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
EMPRESARIAL														
Grande	16	138	91	1.015	40	482	14	344	12	111	10	74	182	2.164
Médio	58	97	81	239	43	171	44	138	9	11	21	40	256	697
Pequeno	151	92	118	77	131	146	89	44	10	7	56	33	555	399
Micro	12	2	8	3	15	17	13	5	1	0	8	2	57	30
Total Empresarial	236	330	298	1.334	229	816	160	530	32	129	95	149	1.050	3.289
RURAL														
Grande	43	115	155	220	81	185	61	126	6	13	6	2	352	661
Médio	149	43	532	224	256	101	238	141	26	13	28	15	1.229	537
Pequeno	62	9	212	42	104	25	118	32	8	1	20	3	524	113
Mini	37	14	104	12	61	7	60	8	2	1	16	2	280	44
Total Rural	291	182	1.003	499	502	318	477	306	42	28	70	22	2.385	1.355
TOTAL Geral	527	512	1.301	1.833	731	1.134	637	836	74	157	165	171	3.435	4.644

Posição 30.06.2010

Quadro 28 – Motivo de não atendimento de demandas, por Programa

Em termos de quantidade de operações não atendidas, o setor empresarial apresenta 30,6% e o setor rural 69,4%, com destaque para a Linha Rural/Integração. Quanto ao volume de recursos dos programas do setor empresarial, representou 70,8% do montante não contratado no período. O programa com maior número de propostas pendentes foi o Rural/Integração, com 2.254 (65,2% do total) e o de maior valor foi o de Desenvolvimento Industrial, com R\$ 1.425,5 mil (30,7% relativamente ao total não contratado). Observa-se que a demanda das operações de Pronaf e Pronaf-RA é integralmente atendida.



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

(R\$ milhões)

Setor / Porte	Carta consulta em análise		Projeto em elaboração		Projeto em análise		Pendente de documentação		Em contratação		Indeferidas/ canceladas		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
EMPRESARIAL														
Grande	15	138	91	1.015	40	482	14	344	12	111	10	74	182	2.164
Médio	58	97	81	239	43	171	44	136	9	11	21	40	256	697
Pequeno	151	92	118	77	131	146	89	44	10	7	66	33	555	399
Micro	12	2	8	3	15	17	13	5	1	0	8	2	57	30
Total Empresarial	236	330	298	1.334	229	816	160	530	32	129	95	149	1.050	3.289
RURAL														
Grande	43	115	155	220	61	185	61	126	6	13	6	2	352	661
Médio	149	43	532	224	256	101	238	141	26	13	28	15	1.229	537
Pequeno	62	9	212	42	104	25	118	32	8	1	20	3	524	113
Mini	37	14	104	12	61	7	60	8	2	1	16	2	260	44
Total Rural	291	182	1.003	499	502	318	477	306	42	28	70	22	2.385	1.355
TOTAL Geral	527	512	1.301	1.833	731	1.134	637	836	74	157	165	171	3.435	4.644

Posição 30.06.2010

Quadro 29 – Motivo de não atendimento de demandas, por Porte

No tocante ao porte dos tomadores de financiamentos, verifica-se que os médios produtores rurais apresentam maior número de propostas pendentes de contratação, seguidos dos pequenos produtores rurais. Em volume de recursos esse cenário se altera, já que as grandes e médias empresas acumulam 87,4% do valor total não contratado no período.

A partir de outubro/2008 passou-se a controlar os principais motivos de indeferimento ou cancelamento das propostas de financiamento para subsidiar ações preventivas visando à diminuição ainda maior desses casos. Os resultados obtidos são os apresentados a seguir:

(R\$ milhões)

Motivo	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Carta consulta indeferida	-	-	2	1,0	3	2,2	-	-	5	3,2
Cadastro/limite de crédito	-	-	-	-	-	-	1	0,2	1	0,2
Documentação incompleta	-	-	1	0,1	-	-	1	0,2	2	0,4
Cancelamento/desistência do cliente	-	-	12	4,4	16	6,6	3	0,4	33	11,5
Proposta/projeto indeferido	-	-	3	4,9	2	4,8	2	0,2	7	10,0
Outros	2	2,1	6	5,1	-	-	109	139,1	117	146,3
Total	2	2,1	24	15,6	23	13,6	116	140,1	165	171,4

Posição 30.06.2010

Quadro 30 – Propostas indeferidas/canceladas: detalhamento

3.3.3. Retornos de Operações de Financiamento

O quadro abaixo apresenta os retornos de capital dos financiamentos do FCO registrados no período, comparativamente à previsão inicial:



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

	(R\$ mil)		
Período	Previsto	Realizado	%
Janeiro	104.998	109.660	104,4
Fevereiro	96.184	113.104	117,6
Março	107.087	124.850	116,6
Abril	107.478	126.024	117,3
Maior	120.557	138.561	114,9
Junho	136.301	151.365	111,1
Exercício	672.604	763.564	113,5

Posição em 30.06.2010

Quadro 31 – Retornos de capital

Os retornos de capital são redistribuídos às Unidades Federativas e ao Pronaf-RA de acordo com os percentuais previstos na programação orçamentária do exercício. No período foram realizados 113,5% dos retornos previstos, o que contribuiu para o acréscimo na previsão orçamentária apresentada no item 3.2.1.

3.3.4. Situação dos Recursos

	DF	GO	MS	MT	TOTAL (R\$ mil)
1.RECURSOS	1.404.349	4.630.556	2.998.590	4.044.695	13.078.190
2.FINANCIAMENTOS	931.487	4.308.433	2.627.226	3.657.517	11.524.663
3.DISPONIBILIDADE FINANCEIRA.(1-2)	472.862	322.123	371.364	387.178	1.553.527
4. PARCELAS A LIBERAR	25.491	89.668	51.953	103.392	270.504
5. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA (3-4)	447.371	232.455	319.412	283.786	1.283.024

Obs.: Posição em 30.06.2010

Quadro 32 – Situação dos recursos por UF

O volume de recursos do FCO atingiu, em 30.06.2010, R\$ 13.078,2 milhões. Os saldos de recursos aplicados nos financiamentos aos setores produtivos da Região Centro-Oeste somaram R\$ 11.524,7 milhões, correspondentes a 88,1% da dotação do Fundo.

A disponibilidade financeira observada ao final do semestre é de R\$ 1.553,5 milhões, representando 11,9% do montante de recursos do FCO.

Considerando as parcelas pendentes de liberação de operações contratadas até 30.06.2010, a disponibilidade orçamentária encerrou o semestre em R\$ 1.283,0 milhões (9,8% do montante de recursos).



3.3.5. Remuneração dos Recursos Disponíveis

Enquanto não desembolsados pelo Banco do Brasil, os recursos do FCO são remunerados pela taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme o art. 4º da Lei 9.126, de 10.11.1995, com a redação dada pela Lei 10.177, de 12.01.2001.

O Banco do Brasil creditou ao Fundo, no 1º Semestre de 2010, o montante de R\$ 59,2 milhões, correspondente à remuneração das disponibilidades do período.

3.3.6. Remuneração dos Recursos Aplicados

Os recursos desembolsados em decorrência dos financiamentos concedidos aos beneficiários do Fundo são remunerados pelas taxas de juros pactuadas com os mutuários, deduzido o *del credere* do agente financeiro.

O FCO registrou, no período em exame, receitas da ordem de R\$ 123,2 milhões, relativas aos encargos financeiros das operações contratadas com recursos do Fundo (deduzido o *del credere* do agente financeiro), na forma estabelecida pelo art. 2º, da Lei 10.177, de 12.01.2001.

3.3.7. Situação da Carteira de Financiamentos

3.3.7.1. Financiamentos – Programa e Unidade Federativa

O quadro a seguir apresenta os saldos totais da carteira de operações do FCO, em 30.06.2010, distribuída por Programa e Unidade Federativa.

	(R\$ mil)				
PROGRAMAS	DF	GO	MS	MT	TOTAL
EMPRESARIAL	568.077	1.244.527	848.137	1.030.118	3.690.859
Industrial	137.125	672.612	475.346	459.423	1.744.506
Infra-estrutura	97.305	65.119	40.581	188.912	391.917
Turismo	31.241	57.444	58.510	60.634	207.829
Comércio Serviços	302.406	449.352	273.699	321.149	1.346.606
RURAL	374.961	3.058.196	1.778.879	2.621.769	7.833.804
Rural/Integração	308.605	2.228.708	1.389.615	1.633.022	5.559.950
PRONAF	33.209	721.902	162.613	589.774	1.507.498
PRONAF-RA	8.799	50.146	73.031	285.357	417.333
PAPRA	5.035	5.315	19.762	49.140	79.252
Pronatureza	17.441	45.713	123.499	54.597	241.251
Estocagem	-	1.104	-	3.946	5.050
Custeio	1.871	5.308	10.359	5.933	23.470
Total Geral	943.038	4.302.723	2.627.016	3.651.887	11.524.663

Posição em 30.06.2010

Quadro 33 – Saldos por programa e UF

Os saldos das operações rurais, com a soma de R\$ 7.833,8 milhões, correspondem a 68,0% da carteira de financiamentos do FCO. Os projetos do setor empresarial apresentam o montante de R\$ 3.690,9 milhões, equivalente a 32,0% dos financiamentos totais. No FCO Empresarial, as atividades do segmento industrial se destacam com saldos na ordem de R\$ 1.744,5 milhões,



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

enquanto no FCO Rural a carteira da linha de financiamento Rural/Integração encerrou o semestre com R\$ 5.559,9 milhões.

3.3.7.2. Financiamentos – Porte e Unidade Federativa

A distribuição dos saldos totais da carteira de financiamentos do FCO, em relação ao porte dos financiados, está demonstrada a seguir:

	(R\$ mil)				
PORTE	DF	GO	MS	MT	REGIÃO
Grande	340.887	1.083.864	1.158.059	1.281.302	3.864.112
Médio	211.268	1.368.221	587.290	776.742	2.943.521
Pequeno	324.087	1.209.460	633.651	1.115.927	3.283.125
Mini/Micro	59.949	503.437	212.861	389.942	1.166.190
Cooperativa	6.847	137.741	35.155	87.973	267.716
Total	943.038	4.302.723	2.627.016	3.651.887	11.524.663

Posição em 30.06.2010

Quadro 34 – Saldos por porte e UF

Os negócios dos mini, pequenos e médios produtores rurais e das micro, pequenas e médias empresas e de suas associações e cooperativas respondem por 66,5% dos saldos devedores registrados em 30.06.2010, atingindo a cifra de R\$ 7.660,5 milhões.

3.3.7.3. Financiamentos Alongados – Lei 9.138/1995 e 10.437/2002

A carteira de financiamento das operações objeto de alongamento nos termos da Lei 9.138/95 e 10.437/2002 (securitização I e II) apresentou saldos de R\$ 236,0 milhões ao final do 1º Semestre de 2010, conforme demonstra o quadro a seguir, por Unidade Federativa e Programa:

	(R\$ mil)				
Programas	DF	GO	MS	MT	REGIÃO
PAPRA	38	-	1.176	1.125	2.339
Custeio	8	-	392	-	400
Investimento	29	-	784	1.125	1.938
RURAL	61.268	64.316	50.590	57.458	233.632
Custeio	-	-	-	98	98
Investimento	61.268	64.316	50.590	57.369	233.534
Total	61.306	64.316	51.766	58.583	235.971

Posição em 30.06.2010

Quadro 35 - Securitização



3.3.7.4. Financiamentos Renegociados – PESA⁹

Aos titulares de operações rurais contratadas até 20.06.1995, em qualquer situação, ou contratadas entre 20.06.1995 e 31.12.1997, sujeitas a encargos financeiros pós-fixados, foi facultado renegociar os débitos nos moldes da Resolução CMN/BACEN n.º 2.471, de 26.02.1998, alternativamente às condições previstas no art. 3º da Lei 10.177, de 2001.

Trata-se de renegociação ao amparo do Programa Especial de Saneamento dos Ativos – PESA, em que o mutuário adquire Certificados do Tesouro Nacional – CTN e os oferece ao Banco credor como garantia de pagamento da dívida renegociada.

No 1º Semestre de 2010, os saldos das operações renegociadas ao abrigo do PESA somaram R\$ 58,7 milhões, conforme espelha o quadro a seguir:

UF	Saldos	(R\$ mil) (%)
Distrito Federal	4.253	7,2
Goiás	19.832	33,8
Mato Grosso do Sul	7.138	12,2
Mato Grosso	27.445	46,8
TOTAL	58.669	100,0

Posição em 30.06.2010

Quadro 36 - PESA

3.3.7.5. Financiamentos Renegociados – Lei 10.177/2001

A Lei 10.177, de 12.1.2001, permitiu a substituição dos encargos financeiros das operações em estoque para as novas taxas de juros prefixadas. Além disso, autorizou a renegociação, prorrogação e composição das dívidas realizadas com recursos do Fundo, contratadas até 31.12.1998.

A Lei autorizou que fossem acrescidos até 10 anos ao prazo final das operações, estabelecendo-se novo esquema de amortização, de acordo com a capacidade de pagamento do devedor. O prazo para formalização das renegociações estendeu-se até 30.10.2003, conforme art. 11 da Lei 10.696/2003, regulamentada pela Resolução BACEN n.º 3.115/2003.

Ao final do 1º Semestre de 2010, o saldo das operações renegociadas ao amparo da Lei 10.177/2001, foi de R\$ 116,5 milhões, correspondentes a 1,6 mil operações, conforme quadro a seguir, por programa e UF:

⁹ PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

(R\$ mil)						
UF	PRONAF	Rural	Industrial	Turismo	Infra-Estrutura	TOTAL
DF						
Quantidade	0	37	3	0	0	40
Valor	0	13.387	2.182	0	0	15.569
GO						
Quantidade	20	610	19	3	0	652
Valor	58	40.602	5.487	474	0	46.621
MS						
Quantidade	18	211	10	3	0	242
Valor	34	14.237	1.244	1.919	0	17.433
MT						
Quantidade	179	467	6	1	1	654
Valor	632	33.470	2.516	237	0	36.855
Total Geral	217	1.325	38	7	1	1.588
	724	101.695	11.428	2.630	0	116.477

Posição em 30.06.2010

Quadro 37 – Renegociações por UF e Programa

Do total de operações renegociadas, o setor rural, representado pela linha de financiamento de Desenvolvimento Rural e pelo Pronaf, apresentou a maior participação, com 1.542 operações, 97,1% da quantidade, e valor de R\$ 102,4 milhões, correspondentes a 87,9% dos saldos devedores das operações renegociadas.

Relativamente ao porte dos mutuários, os saldos das operações que tiveram alteração dos encargos financeiros ou foram renegociadas para taxa de juros prefixada estão apresentados no quadro a seguir:

(R\$ mil)					
UF	Grande	Médio	Pequeno	Mini/Micro	TOTAL
DF					
Quantidade	3	20	15	2	40
Valor	4.183	7.268	4.053	65	15.569
GO					
Quantidade	28	204	270	150	652
Valor	7.256	21.169	16.249	1.946	46.621
MS					
Quantidade	18	109	78	37	242
Valor	3.371	8.513	4.928	622	17.433
MT					
Quantidade	58	193	192	211	654
Valor	18.529	11.678	5.303	1.346	36.855
Total Geral	107	526	555	400	1.588
	33.339	48.628	30.533	3.978	116.477

Posição em 30.06.2010

Quadro 38 – Renegociações por UF e Porte

Em quantidade de contratos reformulados, destacou-se o Estado de Mato Grosso com 0,7 mil casos (41,2% da quantidade total reformulada) e, em volume de reformulações, o Estado de



Goiás, com saldo de operações renegociadas na ordem de R\$ 46,6 milhões (40,0% do valor total reformulado).

Em quantidade de operações, as renegociações estão concentradas com os mutuários de mini/micro e pequeno portes, representando 60,1% (955 operações).

3.3.7.6. Prorrogações Concedidas no 1º Semestre de 2010

No 1º Semestre de 2010, foram prorrogadas 7.821 operações contratadas com recursos do FCO Rural e 6 do FCO Empresarial, conforme autorização concedida pelo Condel no âmbito da Programação 2010, correspondendo ao volume de R\$ 435,4 milhões (R\$ 433,8 milhões no segmento rural e R\$ 1,6 milhão no empresarial).

	Prorrogações (R\$ mil)				TOTAL
	DF	GO	MS	MT	
Linha de Financiamento					
Desenvolvimento Rural	5.074	108.206	127.467	154.771	395.518
Pronaf	0	4.824	11.896	8.183	24.903
Pronaf RA	0	1.614	4.876	4.498	10.987
Comércio e Serviços	0	0	461	0	461
Desenvolvimento Industrial	0	0	0	94	94
Turismo regional	0	59	846	99	1.004
Escotagem	0	0	0	414	414
Pronatureza	0	96	54	866	1.018
Custeio	79	327	545	0	952
	5.154	115.128	146.145	168.924	435.352
Porte					
Grande	867	66.609	72.624	129.561	269.661
Médio	4.124	29.971	44.902	21.284	100.280
Pequeno	122	11.283	14.844	10.029	36.279
Mini/Micro	41	7.264	13.775	8.050	29.131
	5.154	115.128	146.145	168.924	435.352
Risco					
100% BB	5.154	110.534	133.764	155.246	404.698
100% FCO	0	4.172	12.075	12.832	29.079
Compartilhado	0	422	306	847	1.575
	5.154	115.128	146.145	168.924	435.352

Posição em 30/06/2010

Quadro 39 – Prorrogações do FCO

O Banco não apresentou, no 1º semestre de 2010, operações de risco integral do Fundo ou compartilhado liquidadas pelo equivalente financeiro do valor dos bens passíveis de penhora, na forma especificada pelos arts. 15-B e 15-C da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, com redação dada pela Lei nº 11.945, de 04.06.2009.



3.3.7.7. Financiamentos por Encargos Pactuados

Encargos Pactuados	Qtde	(R\$ mil)
		Total
2,00%	103.105	1.130.375
5,00%	67.715	1.082.230
6,75%	20.664	795.918
7,25%	17.653	2.232.156
8,25%	28.985	1.582.418
8,50%	2.964	1.624.650
9,50%	2.583	769.439
10,00%	1.217	1.746.238
Comissão de Permanência	14.377	153.664
IGPDI + 8%	4	212
TJLP	4.297	29.947
TJLP + 6%	13	389
VPM + 3%	19.839	376.700
IGPM	3	127
TOTAL	283.419	11.524.663

Posição em 30.06.2010

Quadro 40 – Financiamentos por Encargos Pactuados

3.3.7.8. Financiamentos – Risco Operacional

Com a edição da MP 2.196, de 2001, que dispôs sobre o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, o risco operacional dos financiamentos contratados até 30.11.1998 foi assumido pelo FCO. Em consequência, o *del credere* do agente financeiro ficou reduzido a zero. A legislação citada também facultou o repasse dos recursos do Fundo ao Banco Administrador para que este realize operações de financiamento em seu nome próprio e com risco exclusivo, com *del credere* limitado a 6% ao ano.

Em decorrência do disposto na MP 2.196/2001, a carteira de financiamentos do Fundo passou a apresentar quatro grupamentos de risco operacional, a saber: operações contratadas até 30.11.1998 – risco 100% FCO; operações contratadas entre 01.12.1998 e 30.06.2001 – risco compartilhado (50% FCO e 50% BB); operações contratadas a partir de 01.07.2001 – risco 100% BB e operações contratadas no Programa PAPRA – Risco Procerá.

O quadro a seguir apresenta resumo da classificação da carteira por modalidade de risco operacional:



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Risco Operacional	% do risco	Saldo das operações	(R\$ mil)
			Participação (%)
Banco do Brasil	100%	10.329.665	89,63
Compartilhado	50%	92.243	0,80
FCO	100%	1.023.502	8,88
PROCERA / PAPRA	100%	79.252	0,69
Total		11.524.663	100,0

Posição em 30.06.2010

Quadro 41 – Carteira por risco

Risco 100% Banco do Brasil

Diante da prerrogativa criada pela MP 2.196/2001, o Banco do Brasil passou a considerar os recursos do FCO que lhe foram repassados como Capital de Referência - Nível II. O risco das operações contratadas a partir de 1º de julho de 2001 é integralmente assumido pelo Banco do Brasil, que percebe *del credere* correspondente a 6% ao ano. A tabela seguinte apresenta a carteira de financiamentos contratados com risco 100% do Banco do Brasil, por programa e Unidade Federativa:

PROGRAMAS	DF	GO	MS	MT	(R\$ mil)
					TOTAL
Empresarial	562.970	1.229.802	841.390	1.027.276	3.661.438
Comércio e Serviços	302.406	449.352	273.699	321.149	1.346.606
Desenvolvimento do Turismo Regio	31.116	55.620	56.307	60.374	203.417
Desenvolvimento Industrial	132.142	659.711	471.147	456.842	1.719.842
Infraestrutura Econômica	97.305	65.119	40.237	188.912	391.573
Rural	262.734	2.806.363	1.564.756	2.034.374	6.668.227
Comercialização	-	1.104	-	3.946	5.050
Custeio	1.871	5.301	10.359	5.933	23.464
Desenvolvimento Rural	213.754	2.058.194	1.301.425	1.473.535	5.046.908
PRONAF	29.672	696.089	129.473	496.365	1.351.599
PRONATUREZA	17.436	45.675	123.499	54.595	241.206
Total Geral	825.704	4.036.165	2.406.146	3.061.651	10.329.665

Posição em 30.06.2010

Quadro 42 – Carteira com risco BB

Risco Compartilhado

Por força do disposto no art. 6º da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, o risco das operações contratadas a partir de 1º de dezembro de 1998 passou a ser compartilhado com o Fundo, à razão de 50%, e o *del credere* do agente financeiro reduzido para 3% ao ano. Os financiamentos do Pronaf – Reforma Agrária não se enquadram nessa regra, visto que o risco é integral do FCO, nos termos do art. 7º da Lei 9.126/95.

Os saldos da carteira de risco compartilhado totalizaram, ao final do semestre, R\$ 92,2 milhões, equivalentes a 1,0% do total de financiamentos do FCO.



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

O quadro a seguir apresenta o saldo da carteira de operações contratadas com risco compartilhado, por programa de financiamento e Unidade Federativa:

PROGRAMAS	DF	GO	MS	MT	TOTAL
(R\$ mil)					
Empresarial	637	3.238	585	33	4.493
Comércio e Serviços	0	0	0	0	0
Desenvolvimento do Turismo Regio	125	1.396	26	23	1.570
Desenvolvimento Industrial	512	1.843	542	10	2.907
Infraestrutura Econômica	0	0	16	0	16
Rural	6.194	44.477	11.978	25.101	87.750
Custeio	0	0	0	0	0
Desenvolvimento Rural	6.176	44.366	11.973	24.968	87.483
PRONAF	18	104	6	131	259
PRONATUREZA	0	7	0	2	9
Total Geral	6.831	47.716	12.563	25.133	92.243

Posição em 30.06.2010

Quadro 43 – Carteira com risco compartilhado

Risco 100% FCO

Por força da MP 2.196, de 2001, o risco das operações contratadas até 30.11.1998¹⁰ e aquelas contratadas no Programa Pronaf - Reforma Agrária é 100% do FCO. No período em exame, os saldos dos financiamentos de risco 100% do Fundo totalizaram R\$ 1.023,5 milhões. A tabela seguinte apresenta a carteira de financiamentos com risco 100% FCO, por programa e UF:

PROGRAMAS	DF	GO	MS	MT	TOTAL
(R\$ mil)					
Empresarial	4.470	11.487	6.162	2.809	24.928
Desenvolvimento do Turismo Regional	0	429	2.177	237	2.842
Desenvolvimento Industrial	4.470	11.058	3.657	2.572	21.757
Infraestrutura Econômica	0	0	328	0	328
Rural	100.998	202.040	182.382	513.154	998.574
Desenvolvimento Rural	88.674	126.148	76.217	134.519	425.559
PRONAF	3.519	25.709	33.134	93.278	155.640
PRONAF RA	8.799	50.146	73.031	285.357	417.333
PRONATUREZA	5	31	0	0	36
Custeio	0	6	0	0	6
Total Geral	105.468	213.527	188.544	515.963	1.023.502

Posição em 30.06.2010

Quadro 44 – Carteira com risco FCO

Do total de R\$ 1.023,5 milhões, R\$ 294,7 milhões representam os saldos das operações renegociadas ao amparo do Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (R\$ 58,7 milhões) e alongadas com base nas Leis 9.138/95 e 10.437/2002 (Securitização – R\$ 236,0), com risco 100% do FCO.

¹⁰ Exceto as operações realizadas ao abrigo do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária – PAPRA, cujo risco operacional é do PROCERA.



Risco de Terceiros - PROCERA

As operações no âmbito do PAPRA – Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária, contratadas com recursos do FCO, somam R\$ 79,3 milhões. O risco operacional desses financiamentos era suportado integralmente pelo PROCERA – Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária, conforme determina a Portaria Interministerial n.º 218, de 27.08.1992.

Conforme art. 23 da Lei n.º 11.775, de 17 de setembro de 2008, aplicam-se às operações ao amparo do PROCERA, medidas de incentivo à liquidação ou renegociação das operações, sendo os custos decorrentes dos benefícios concedidos, imputados aos Fundos Constitucionais de Financiamentos nas operações efetuadas com seus recursos.

3.3.7.9. Financiamentos da Reforma Agrária

O art. 7º da Lei 9.126, de 10.11.1995, com a redação dada pelas Leis 10.186, de 12.2.2001 e 12.249, de 11.06.2010, estabelece que o Banco Administrador destinará 10% dos recursos do Fundo para o financiamento a assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra e a beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra.

O dispositivo legal supracitado dispõe que os contratos de financiamento de projetos de estruturação inicial dos assentados, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras serão realizados com risco para o Fundo Constitucional, observadas as condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Com o advento da Resolução CMN/BACEN n.º 2.629, de 10.8.1999, os colonos e assentados beneficiários dos programas de assentamento, colonização e reforma agrária passaram a ser assistidos com recursos do FCO ao abrigo do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Grupo “A”, com risco operacional para o FCO.

Anteriormente à edição da Resolução acima citada, os financiamentos eram realizados ao amparo do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária – PAPRA, com risco do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – PROCERA.

A carteira de financiamentos dos programas oficiais de reforma agrária encerrou o semestre com saldos devedores na ordem de R\$ 496,6 milhões, sendo R\$ 79,3 milhões com o PAPRA e R\$ 417,3 milhões com o Pronaf Reforma Agrária.

3.3.7.10. Financiamentos – Vencimento

O estoque de financiamento do FCO, compreendendo as operações contratadas desde o início das atividades do Fundo, registrou, em 30.06.2010, saldos globais na ordem de R\$ 11.524,7 milhões.

Os demonstrativos a seguir apresentam os saldos das operações “em ser”, segregados em parcelas vencidas e vincendas ao final do semestre, por Unidade Federativa, atividade e risco:



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

(R\$ mil)									
Situação	DF	%	GO	%	MS	%	MT	%	TOTAL
Vincendo	887.567	94,1%	4.232.263	98,4%	2.558.656	97,4%	3.484.079	95,4%	11.162.564
Vencido	55.471	5,9%	70.460	1,6%	68.359	2,6%	167.808	4,6%	362.099
TOTAL	943.038	100%	4.302.723	100%	2.627.016	100%	3.651.887	100%	11.524.663

Posição em 30.06.2010

Quadro 45 – Saldos vincendos e vencidos

Os saldos das parcelas em situação de anormalidade atingiram R\$ 362,1 milhões, ao final do período. Proporcionalmente aos valores financiados em cada Unidade Federativa, o Distrito Federal e o Mato Grosso registraram os maiores percentuais de parcelas em atraso, 5,9% e 4,6%, respectivamente.

O Estado de Goiás, com 1,6% de parcelas vencidas, apresentou a menor proporção de saldos em atraso.

(R\$ mil)				
Modalidade	Vincendo	Vencido	Total	(%) Atraso
Empresarial	3.663.037	27.822	3.690.859	0,75
Rural	7.499.528	334.276	7.833.804	4,27
TOTAL	11.162.564	362.099	11.524.663	3,14

Posição em 30.06.2010

Quadro 46 – Inadimplência por modalidade

Da leitura do quadro anterior, nota-se que, proporcionalmente aos valores financiados, o segmento rural registra o maior percentual de parcelas em atraso, 4,27%.

(R\$ mil)				
Risco Operacional	Vincendo	Vencido	Total	(%) Atraso
Risco 100% do BB	10.252.482	77.184	10.329.665	0,75
Risco 100% do FCO	783.617	239.886	1.023.502	23,44
Risco Compartilhado	89.110	3.133	92.243	3,40
Risco PROCERA	37.356	41.896	79.252	52,86
TOTAL	11.162.564	362.099	11.524.663	3,14

Posição em 30.06.2010

Quadro 47 – Inadimplência por Risco

A inadimplência das operações realizadas com risco do PROCERA apresentou o maior percentual de parcelas em atraso (52,86%), seguida das operações com risco integral do FCO, com 23,44%, conforme está evidenciado no demonstrativo anterior.

Desconsiderada a inadimplência relativa ao PROCERA, a nova configuração da inadimplência na área de abrangência do FCO, por Unidade Federativa passa a ser a seguinte:



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

										(R\$ mil)
Situação	DF	%	GO	%	MS	%	MT	%	TOTAL	%
Vincendo	885.565	94,4%	4.228.630	98,4%	2.544.741	97,6%	3.466.273	96,2%	11.125.208	97,2%
Vencido	52.438	5,6%	68.778	1,6%	62.513	2,4%	136.474	3,8%	320.203	2,8%
TOTAL	938.003	100%	4.297.408	100%	2.607.254	100%	3.602.747	100%	11.445.411	100%
Posição em 30.06.2010										

Posição em 30.06.2010

Quadro 48 – Inadimplência sem o Procerá

No grupamento de risco 100% FCO estão incluídos os saldos das operações de PESA e Securitização, contratadas com recursos do Fundo.

Na nova configuração, o Distrito Federal continua sendo a Unidade com maior índice de operações com parcelas vencidas (5,6%) e o Estado de Goiás o de menor índice de inadimplimento (1,6%).

As parcelas vencidas dos financiamentos apresentaram o seguinte quadro por tempo de atraso:

(R\$ mil)		
Faixa de Vencimento	Saldos	(%)
01 a 30 dias	14.956	4,1
31 a 60 dias	14.471	4,0
61 a 90 dias	10.384	2,9
91 a 120 dias	4.188	1,2
121 a 150 dias	13.407	3,7
151 a 180 dias	5.948	1,6
Vencido acima de 180 dias	298.745	82,5
Total Geral	362.099	100,0

Posição em 30.06.2010

Quadro 49 – % de participação por faixa de vencimento

Observa-se que o maior volume de recursos se concentra na faixa de operações vencidas em prazo superior a 180 dias. De acordo com a Resolução 2.682/99 e a Portaria Interministerial n.º 11/2005, as operações com esse prazo de vencimento devem ser transferidas para prejuízo, com o correspondente débito da provisão, após decorridos seis meses da sua classificação nessa faixa, não sendo admitido o registro em período inferior.

Inadimplência por UF

O saldo de operações vencidas ao final do semestre totalizou R\$ 362,1 milhões, sendo o estado de Mato Grosso responsável por 46,3% desse montante, conforme demonstrado no quadro a seguir:



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

UF	(R\$ mil)	
	Operações Vencidas	
	Valor	%
DF	55.471	15,3
GO	70.460	19,5
MS	68.359	18,9
MT	167.808	46,3
Total Geral	362.098	100,0

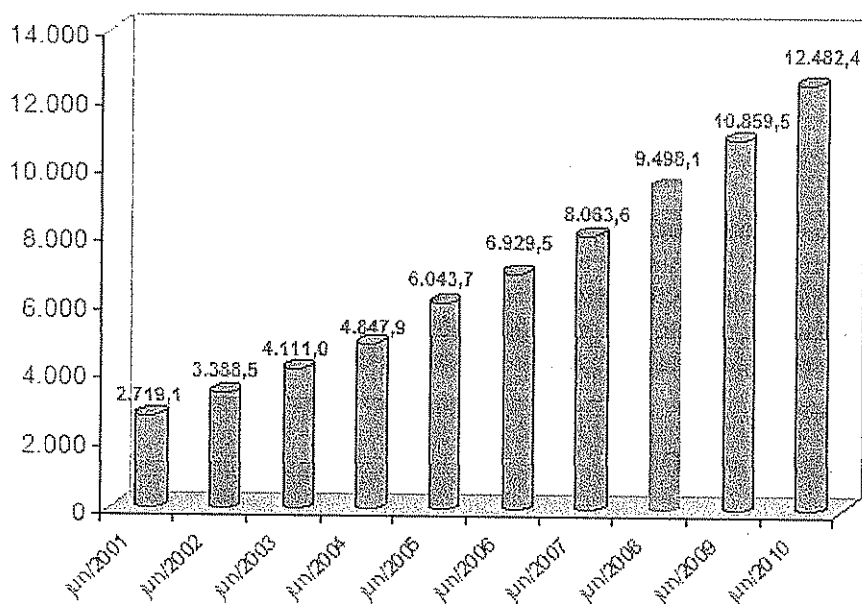
Posição em 30.06.2010

Quadro 50 – Inadimplência por UF

3.3.8. Patrimônio Líquido

Em 30.06.2010, o Patrimônio Líquido do FCO atingiu o montante de R\$ 12.482,4 milhões, apresentando um incremento de 14,9% se comparado ao mesmo período do ano anterior (R\$ 10.859,5 milhões em 30.06.2009). O patrimônio do Fundo compõe-se das transferências de exercícios anteriores (R\$ 9.589,1 milhões), do superávit acumulado até junho/2010 (R\$ 2.186,3 milhões) e das transferências deste exercício (R\$ 707,0 milhões).

Evolução Patrimonial (R\$ milhões)



Quadro 51 – Evolução Patrimonial



3.3.9. Legislação Editada no Período

Leis

- Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010. Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC; cria o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional - RECOMPE; prorroga benefícios fiscais; constitui fonte de recursos adicional aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante - FMM para financiamentos de projetos aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM; institui o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira - RETAERO; dispõe sobre a Letra Financeira e o Certificado de Operações Estruturadas; ajusta o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV; altera as Leis nos 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.484, de 31 de maio de 2007, 11.488, de 15 de junho de 2007, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.948, de 16 de junho de 2009, 11.977, de 7 de julho de 2009, 11.326, de 24 de julho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 5.615, de 13 de outubro de 1970, 9.126, de 10 de novembro de 1995, 11.110, de 25 de abril de 2005, 7.940, de 20 de dezembro de 1989, 9.469, de 10 de julho de 1997, 12.029, de 15 de setembro de 2009, 12.189, de 12 de janeiro de 2010, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 11.775, de 17 de setembro de 2008, os Decretos-Leis nos 9.295, de 27 de maio de 1946, 1.040, de 21 de outubro de 1969, e a Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga as Leis nos 7.944, de 20 de dezembro de 1989, 10.829, de 23 de dezembro de 2003, o Decreto-Lei no 423, de 21 de janeiro de 1969; revoga dispositivos das Leis nos 8.003, de 14 de março de 1990, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 5.025, de 10 de junho de 1966, 6.704, de 26 de outubro de 1979, 9.503, de 23 de setembro de 1997; e dá outras providências.

Resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN

- 3.840, de 25.02. 2010. Promove ajustes nas normas dos créditos de investimento do Pronaf.
- 3.868, de 17.06.2010. Altera as normas do Pronaf.

Resoluções do Conselho Deliberativo – CONDEL/FCO

- 383, de 04.03.2010. PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2010: Metas de desempenho do FCO para 2010;
- 384, de 04.03.2010. PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2010: Condições Gerais de Financiamento;
- 385, de 04.03.2010. PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2010: Condições de Financiamento; Encargos Financeiros; Bônus de adimplência;
- 386, de 04.03.2010. PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2010: Condições Gerais de Financiamento; Itens Não Financiáveis;
- 387, de 04.03.2010. PROGRAMAÇÃO DO FCO PARA 2010; Programa de FCO Rural; Linha de Financiamento de Conservação da Natureza; Finalidade
- 388, de 29.06.2010. Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) – Exercício de 2009;
- 389, de 29.06.2010. Programação do FCO para 2010; criação de Grupo de Trabalho;



- 390, de 29.06.2010. Calendário de Reuniões do Condel/FCO para 2010.

3.3.10. Remuneração do Banco Operador – *Del Credere*

A título de *del credere* do agente financeiro, em função do risco de crédito assumido nas operações, o Banco do Brasil recebeu no 1º Semestre de 2010 o valor de R\$ 264,7 milhões. A cobrança do *del credere* está regulamentada no § 4º, inciso II, do art. 9º-A, da Lei 7.827, de 27.09.1989 e no § 2º, do art. 1º, da Lei 10.177, de 12.01.2001.

3.3.11. Remuneração do Administrador

Na forma do art. 13 da MP 2.199-14, de 24.08.2001, caberia ao Banco do Brasil, como administrador do FCO, remuneração correspondente a 3% ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apropriada mensalmente e limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional.

A MP 2.196, de 2001, facultou ao Banco Administrador a utilização dos recursos do Fundo como Patrimônio de Referência – Nível II da Instituição. Nessa condição, as operações realizadas passam a ser contratadas com risco integral do agente financeiro. Ademais, diz o referido dispositivo legal que os valores utilizados deverão ser deduzidos do Patrimônio Líquido do Fundo para efeito de cálculo da taxa de administração. Uma vez que o Banco do Brasil optou por considerar os recursos do FCO como Patrimônio de Referência – Nível II, não se observou despesa com o pagamento da taxa de administração do Fundo no período.

3.3.12. Perdas

No período em exame, foram transferidos para perdas R\$ 414,1 milhões, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Risco Operacional	Saldo Transferido	R\$ mil	
		Saldo Assumido pelo BB	Saldo Assumido pelo FCO
Banco do Brasil - 100%	402.561	402.561	-
Compartilhado - 50%	7.060	3.530	3.530
FCO - 100%	4.462	-	4.462*
Total	414.083	406.091	7.992
Posição em 30.06.2010			

Quadro 52 – Perdas do Fundo

Do montante transferido para perdas, foram debitados ao FCO R\$ 8,0 milhões referentes às perdas por assunção do risco, sendo que os restantes R\$ 406,1 milhões foram reembolsados ao Fundo pelo BB, valores esses que integraram as disponibilidades para novas aplicações.

Durante o 1º semestre de 2010 foi recuperado para o Fundo o montante de R\$ 9.695 mil (1º semestre de 2009, R\$ 4.607 mil) referente a operações de risco FCO e 50% de risco compartilhado, já baixadas para prejuízo.

**3.3.13. Rebates / Bônus de Adimplência**

No 1º semestre, foram concedidos aos beneficiários que pagaram em dia suas prestações/parcelas, a título de rebates sobre os encargos financeiros ou bônus de adimplência, os valores correspondentes a R\$ 6,6 milhões e R\$ 39,4 milhões, respectivamente.

3.3.14. Geração de Empregos

No 1º Semestre 2010, estima-se que os financiamentos com recursos do FCO permitiram a criação ou manutenção de 201,59 mil postos de trabalho, sendo 75,77 mil diretos e 125,82 mil indiretos, conforme demonstra o quadro a seguir, por Unidade Federativa e programas de financiamento:

		(Quantidade)				
Programas	Empregos Gerados	DF	GO	MS	MT	TOTAL
EMPRESARIAL						
Industrial	Diretos	672	2.698	2.483	9.010	14.863
	Indiretos	985	4.447	2.859	15.684	23.975
Infraestrutura	Diretos	-	-	-	16	16
	Indiretos	-	-	-	16	16
Comércio Serviços	Diretos	2.495	3.730	1.908	1.887	10.020
	Indiretos	4.289	6.720	3.497	3.425	17.931
Turismo	Diretos	706	1.254	824	805	3.589
	Indiretos	609	1.042	692	643	2.986
Total Empresarial	Diretos	3.873	7.682	5.215	11.718	28.488
	Indiretos	5.883	12.209	7.048	19.768	44.908
RURAL						
Rural/Integração	Diretos	573	6.957	5.416	5.108	18.054
	Indiretos	1.048	13.196	9.710	9.156	33.110
PRONAF	Diretos	642	11.450	1.715	7.178	20.985
	Indiretos	951	17.214	2.595	10.697	31.457
Pronaf-RA	Diretos	451	1.029	3.782	2.282	7.544
	Indiretos	902	2.058	7.564	4.564	15.088
Pronatureza	Diretos	89	263	343	6	701
	Indiretos	160	480	608	10	1.258
Total Rural	Diretos	1.755	19.699	11.256	14.574	47.284
	Indiretos	3.061	32.948	20.477	24.427	80.913
TOTAL Geral	Diretos	5.628	27.381	16.471	26.292	75.772
	Indiretos	8.944	45.157	27.525	44.195	125.821
		14.572	72.538	43.996	70.487	201.593

Posição: jan a jun/2010

Quadro 53 – Geração de Empregos



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

As atividades do setor rural possibilitaram a geração ou manutenção de 128,2 mil postos de trabalho, equivalentes a 63,6% do total contabilizado no período. O Estado de Goiás, com 72,5 mil novos empregos diretos e indiretos, foi o que apresentou maior número dentre as Unidades Federativas, com 36,0% do total. Em seguida destaca-se o Estado de Mato Grosso, com 70,5 mil empregos no período.

O número de empregos diretos e indiretos gerados no 1º Semestre de 2010 aumentou 1,2% em relação ao total apurado no mesmo período de 2009 (199,1 mil). Verificou-se decréscimo no Distrito Federal, com índice de -16,3%, seguido do Estado de Goiás com -1,1%. Os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul apresentaram incremento de 3,0% e 10,1%, respectivamente.

O demonstrativo adiante apresenta a relação entre o valor financiado e a geração ou manutenção de empregos diretos na Região, por Unidade Federativa:

UF	(R\$ mil)		
	Valor Financiando (a)	Empregos Diretos (b)	Valor Médio (a/b)
DF	146.627	5.628	26,1
GO	631.621	27.381	23,1
MS	376.795	16.471	22,9
MT	587.563	26.292	22,3
Total	1.742.606	75.772	23,0

Posição em 30.06.2010

Quadro 54 – Valor financiado x Empregos gerados

O valor médio investido para geração ou manutenção de um emprego direto na Região situou-se em R\$ 23,0 mil. Por unidade da federação, a média mais elevada foi registrada no Distrito Federal (R\$ 26,1 mil), enquanto que o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul apresentaram os menores valores médios por aplicação para geração ou manutenção de um emprego (R\$ 22,3 mil e R\$ 22,9 mil, respectivamente).

3.3.15. Operações Ajuizadas

Conforme solicitação do Ministério da Integração Nacional, ofício nº 02/2008-FCO/SCO/MI, de 08.02.2008, o Administrador informa que a carteira de financiamentos do Fundo possui 240,0 mil operações em ser. No 1º Semestre de 2010, foram ajuizadas pela Diretoria Jurídica do Banco do Brasil 127 operações (cerca de R\$ 37,0 milhões).

3.3.16. Fiscalização, Controle e Auditoria

Fiscalização

A partir de 31.03.2009, o Banco do Brasil implantou o controle de operações com irregularidades em banco de dados padronizado, disponibilizado às Superintendências dos Estados do Centro-Oeste.



São objeto de fiscalização obrigatória do crédito rural, observados os critérios mínimos fixados pelo Banco Central do Brasil, todas as operações rurais “em ser” deferidas ao mesmo mutuário, quando a soma dos valores contratados ultrapassar R\$ 170 mil.

Quanto ao FCO empresarial, a fiscalização deve seguir as normas gerais de crédito do Banco do Brasil, ou seja, é obrigatória para operações de investimento e aquisição de bens, de valor igual ou superior a R\$ 90 mil, e dispensada para operações de capital de giro e de prestação de garantia sem vinculação de garantia real.

Tendo em vista o curto prazo desde a implementação desse sistema de controle e o tempo necessário para a adoção das ações regularizadoras pelas agências, ainda não há informações consolidadas das providências adotadas para cada operação.

No 1º semestre de 2010, foram realizados 5.188 serviços de fiscalização (obrigatórios, por amostragem e mediante agendamento manual) em 4.931 operações amparadas com recursos do Fundo, tendo sido apontadas 953 irregularidades. Destas, 288 foram atendidas e/ou regularizadas e 665 não tinham sido atendidas e/ou regularizadas em 30.06.2010. A tabela abaixo apresenta as irregularidades pendentes naquela data:

Apontamentos não atendidos	Rural	Empresarial	Total
Execução do Orçamento	35	11	46
Situação das Garantias	110	13	123
Atuação do Cliente	-	-	-
Aspectos Gerais	438	58	496
Total	583	82	665
Posição em 30.06.2010			

Quadro 56 – Irregularidades detectadas em fiscalização

A documentação e as demais informações referentes às fiscalizações efetuadas estão arquivadas nos dossiês das operações de financiamento, disponíveis nas agências do Banco do Brasil responsáveis pela sua contratação.

Esse controle é dinâmico: as ocorrências apontadas pela fiscalização são comunicadas às agências, que, por sua vez, comunicam os mutuários e solicitam a adoção de medidas visando sanar as irregularidades. As medidas adotadas são analisadas pela Agência e informadas às Superintendências, às quais cabe a manifestação conclusiva. O arquivo é atualizado mensalmente.



Controle

O Fundo tem Plano Contábil próprio, criado com o objetivo de disciplinar os registros dos atos e fatos a ele inerentes. Os recursos e as aplicações são identificados em rubricas específicas do sistema contábil do Banco do Brasil.

Com a publicação da Portaria Interministerial MI/MF n.º 1C, de 15.01.2005, alterada pela Portaria Interministerial MI/MF n.º 11, de 28.12.2005, além da obrigatoriedade de elaborar a contabilidade do FCO de acordo com a Lei 7.827/89 (prevê no art. 18 a adoção do sistema contábil da respectiva instituição financeira federal, ou seja, contabilidade comercial), o Banco do Brasil passou a elaborar, também, a contabilidade do Fundo em conformidade com a Lei 4.320/64 (dispõe sobre a contabilidade pública), utilizando o SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, para registro dos dados.

Auditagem

Em observância aos arts. 70 e 71 da Constituição Federal, arts. 19 e 20 da Lei 7.827/89 e instruções específicas, o Banco do Brasil promove:

- a) anualmente, a prestação de contas ao Tribunal de Contas da União, previamente auditada pela Secretaria Federal de Controle Interno – SFCI, vinculada à Controladoria Geral da União, Órgão da Presidência da República;
- b) a publicação semestral dos balanços, devidamente auditados por empresa de auditoria externa independente;
- c) a apresentação de relatório semestral circunstanciado ao Ministério da Integração Nacional e Conselho Deliberativo do Fundo sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

4. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

Repasse de Recursos a Outras Instituições Financeiras

O artigo 9º da Lei 7.827/89, com redação dada pela Lei 10.177/2001, prevê que “Observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, os bancos administradores poderão repassar recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com capacidade técnica comprovada e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das



Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

diretrizes e normas estabelecidas, programas de financiamento especificamente criados com essa finalidade.”

O Banco do Brasil firmou contrato com as instituições Banco de Brasília S.A.- BRB, Banco Cooperativo do Brasil - BANCOOB, Banco Cooperativo Sicredi S.A. e Agência de Fomento de Goiás S.A., iniciando-se as transferências de recursos em novembro/2008.

As contratações efetuadas por meio de repasse priorizam os segmentos de mini, micro e pequenos tomadores e abrangem os programas FCO Empresarial e FCO Rural, observada a Programação Anual de Financiamento.

As operações contratadas pelas instituições operadoras estão demonstradas a seguir:

Programas	(R\$ mil)											
	Bancoob		BRB		Goiás Fomento		Sicredi		MS		Total	
	GO		DF		GO		MT				Centro-Oeste	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
FCO Empresarial	-	-	-	-	1	90	6	692	2	350	9	1.132
Des. Industrial	-	-	-	-	-	-	3	434	-	-	3	434
Turismo Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	1	62	1	62
Comércio e Serviços	-	-	-	-	1	90	3	258	1	288	5	635
FCO Rural	51	2.790	-	-	-	-	53	3.264	20	1.477	124	7.530
FCO Rural (exceto Pronaf e Pronatureza)	51	2.790	-	-	-	-	53	3.264	19	1.410	123	7.463
Pronatureza	-	-	-	-	-	-	-	-	1	67	1	67
Total	51	2.790	-	-	1	90	59	3.955	22	1.827	133	8.662

Valores nominais. Posição 30.06.2010

Quadro 57 – Operações de Repasse

Embora o saldo ainda não seja significativo, representa a concretização de mais uma ação no sentido de expandir a aplicação de recursos do FCO na Região.

O Banco do Brasil renova sua disposição de buscar, continuamente, o aprimoramento dos procedimentos operacionais, de modo a fortalecer a posição do FCO como a principal ferramenta para alavancar os investimentos dos setores produtivos e, assim, contribuir para o crescimento e o desenvolvimento sócio-econômico da Região Centro-Oeste.

Brasília (DF), novembro de 2010

Diretoria de Governo


Sérgio Ricardo Miranda Nazaré
Diretor



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília, DF - Brasil
Caixa Postal 8723
70312-970 - Brasília, DF - Brasil

Central Tel 55 (61) 2104-2400
Fax 55 (61) 2104-2406
Internet www.kpmg.com.br

Parecer dos auditores independentes

Aos Administradores do
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
(Administrado pelo Banco do Brasil S.A.)
Brasília - DF

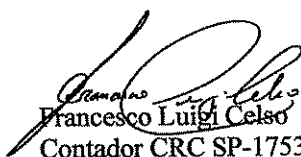
Examinamos os balanços patrimoniais do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) levantados em 30 de junho de 2010 e 2009 e as respectivas demonstrações dos superávits, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes aos semestres findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

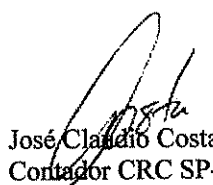
Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria brasileiras e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Fundo; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) em 30 de junho de 2010 e 2009, os superávits de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa, correspondentes aos semestres findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Brasília, 22 de outubro de 2010

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF


Francesco Luigi Celso
Contador CRC SP-175348/O-5 S-DF


José Cláudio Costa
Contador CRC SP-167720/O-1 S-DF

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE - FCO

Lei nº 7.827, de 27.09.89

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009
(em milhares de Reais)

DISCRIMINAÇÃO	30.06.2010	30.06.2009
ATIVO		
CIRCULANTE	4.051.598	3.295.359
DISPONIBILIDADES	1.553.527	583.664
BANCO - CONTA DE MOVIMENTO	1.553.527	583.664
DEVEDORES POR REPASSES	2.486.185	2.707.156
REPASSES AO BANCO DO BRASIL S.A.	2.486.185	2.707.156
Financiamentos (Nota 4.1)	2.665.103	2.958.566
Encargos a Capitalizar	126.168	113.074
Provisão para Rebates sobre Encargos (Nota 5.1 c)	(17.435)	(23.428)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 4.5)	(172.802)	(229.645)
Provisão para Bônus de Adimplência (Nota 5.1 d)	(41.327)	(42.632)
Provisão para Dispensa Cor. Monetária (Nota 5.1 e)	(73.522)	(68.779)
OUTROS CRÉDITOS	11.886	4.539
DEVEDORES DIVERSOS	11.886	4.539
NÃO CIRCULANTE	8.430.824	7.564.120
DEVEDORES POR REPASSES	8.430.824	7.564.120
REPASSES AO BANCO DO BRASIL S.A.	8.430.824	7.564.120
Financiamentos (Nota 4.1)	8.859.560	8.043.465
Encargos a Capitalizar	110.841	119.848
Provisão para Rebates sobre Encargos (Nota 5.1 c)	(140.657)	(173.544)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 4.5)	(122.132)	(155.020)
Provisão para Bônus de Adimplência (Nota 5.1 d)	(135.299)	(129.400)
Provisão para Dispensa Correção Monetária (Nota 5.1 e)	(141.489)	(141.229)
TOTAL	12.482.422	10.859.479
PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	5	4
CREDORES DIVERSOS	5	4
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 5)	12.482.417	10.859.475
TRANSFERÊNCIAS DO EXERCÍCIO	707.019	622.720
Participação em Impostos da União - Primeiro Semestre	707.019	622.720
TRANSFERÊNCIAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.589.133	8.355.238
SUPERÁVITS ACUMULADOS	2.186.265	1.881.517
Do Primeiro Semestre	108.521	12.926
De exercícios anteriores	2.077.744	1.868.591
TOTAL	12.482.422	10.859.479

Banco do Brasil S.A. - Administrador
CNPJ 00.000.000/0001-91

As notas explicativas do administrador são parte integrante das demonstrações contábeis

Francisco Edmilson de Oliveira
Diretoria de Governo
Gerente-Executivo

Maria Augusta de Figueiredo Mesiano
Diretoria de Governo
Gerente de Divisão

Lidiany Martins Mourão Dantas
Contadora-CRC DF-017013/O-3
CPF 539.996.811-87

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE - FCO

Lei nº 7.827, de 27.09.89

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009 (em milhares de Reais)

DISCRIMINAÇÃO		30.06.2010	30.06.2009
RECEITAS OPERACIONAIS		192.145	187.117
RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	(Nota 5.1 a)	132.952	161.074
Banco do Brasil S.A.....		123.257	156.467
Recuperações de Crédito	(Nota 4.6)	9.695	4.607
RENDAS SOBRE VALORES DISPONÍVEIS.....	(Nota 5.1 b)	59.193	26.043
Banco do Brasil S.A.....		59.193	26.043
DESPESAS OPERACIONAIS		(83.624)	(174.191)
RESULTADO COM PROVISÃO P/CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA.....	(Nota 4.6)	(16.144)	(10.805)
DESPESA COM PROVISÃO P/ CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA.....		(16.144)	(40.257)
REVERSÃO DE PROVISÃO P/ CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA.....		0	29.452
RESULTADO COM PROVISÃO P/REBATE SOBRE ENCARGOS.....	(Nota 5.1 c)	2.533	(22.192)
DESPESA COM PROVISÃO P/REBATES SOBRE ENCARGOS.....		(2.217)	(26.592)
REVERSÃO DE PROVISÃO P/ REBATES SOBRE ENCARGOS		4.750	4.400
RESULTADO COM PROVISÃO P/BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA.....	(Nota 5.1 d)	(43.937)	(75.955)
DESPESA COM PROVISÃO P/BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA.....		(43.937)	(75.955)
RESULTADO COM PROVISÃO P/DISPENSA DE CORREÇÃO MONETÁRIA.....	(Nota 5.1 e)	(26.020)	(65.187)
DESPESA COM PROVISÃO P/DISPENSA DE CORREÇÃO MONETÁRIA.....		(26.020)	(68.503)
REVERSÃO DE PROVISÃO P/ DISPENSA DE CORREÇÃO MONETÁRIA.....		0	3.316
OUTRAS DESPESAS / RECEITAS OPERACIONAIS		(56)	(52)
Despesas com Auditorias Externas.....		(56)	(52)
SUPERÁVITS DO SEMESTRE		108.521	12.926

Francisco Edmilson de Oliveira
Diretoria de Governo
Gerente-Executivo

Maria Augusta de Figueiredo Mesiano
Diretoria de Governo
Gerente de Divisão

Uilanny Martins Mourão Dantas
Contadora-CRC-DF 017013/O-3
CPF 539.996.811-37

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE - FCO

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	TRANSFERÊNCIAS EXERCÍCIO ANTERIOR	TRANSFERÊNCIAS DO EXERCÍCIO	SUPERÁVITS ACUMULADOS	TOTAL
Saldo em 31/12/2008	<u>7.044.786</u>	<u>1.310.452</u>	<u>1.868.591</u>	<u>10.223.829</u>
Incorporação do Resultado	1.310.452	(1.310.452)	-	-
Transferências do Tesouro Nacional	-	622.720	-	622.720
Superávits/ Défis do Semestre	-	-	12.926	12.926
SALDO EM 30/06/2009	<u>8.355.238</u>	<u>622.720</u>	<u>1.881.517</u>	<u>10.859.475</u>
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	1.310.452	(687.732)	12.926	635.646
Saldo em 31/12/2009	<u>8.355.238</u>	<u>1.233.895</u>	<u>2.077.744</u>	<u>11.666.877</u>
Incorporação do Resultado	1.233.895	(1.233.895)	-	-
Transferências do Tesouro Nacional	-	707.019	-	707.019
Superávits/ Défis do Semestre	-	-	108.521	108.521
SALDO EM 30/06/2010	<u>9.589.133</u>	<u>707.019</u>	<u>2.186.265</u>	<u>12.482.417</u>
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	<u>1.233.895</u>	<u>(526.876)</u>	<u>108.521</u>	<u>815.540</u>

BANCO DO BRASIL S.A. - ADMINISTRADOR

CNPJ 00.000.000/0001-91

As notas explicativas do administrador são parte integrante das demonstrações contábeis

Francisco Edmilson de Oliveira
Diretoria de Governo
Gerente-Executivo

Maria Augusta de Figueiredo Mesiano
Diretoria de Governo
Gerente de Divisão

Sidiane Martins Moura Dantas
Contadora-CRC-DF 017013/O-3
CPF 539.996.811-87

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE - FCO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009
(Em milhares de Reais)

30/06/2010

30/06/2009

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Rendimentos s/ valores disponíveis	57.349	28.694
Recebimentos de Operações de Crédito	763.564	646.701
Perdas - Risco Banco do Brasil	406.090	101.066
Pagamentos a Auditoria Externa	(56)	(52)
Transferência para Recursos Aplicados - Operações de Crédito	(1.525.160)	(1.221.943)
Recuperações de Crédito - Risco Banco do Brasil	(223.565)	(56.096)

Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais (521.777) (501.630)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS

Transferência do Tesouro Nacional	707.019	622.720
-----------------------------------	---------	---------

Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos 707.019 622.720

Aumento líquido de caixa e equivalentes da caixa 185.242 121.090

Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.368.286	462.574
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.553.527	583.664

BANCO DO BRASIL S.A. - ADMINISTRADOR

CNPJ 00.000.000/0001-91

As notas explicativas do administrador são parte integrante das demonstrações contábeis

Francisco Edmilson Oliveira
Diretoria de Governo
Gerente-Executivo

Maria Augusta de Figueiredo Mesiano
Diretoria de Governo
Gerente de Divisão

Lidiany Martins Mourgo Dantas
Contadora-CRC-DF 017013/O-3
CPF 539.996.811-87

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE (FCO)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), instituído pelo artigo 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal e regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com alterações das Leis nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001 e nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, é administrado pelo Banco do Brasil S. A., com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamentos aos setores produtivos, em consonância com o Plano Regional de Desenvolvimento.

São beneficiários dos recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste os produtores e empresas, pessoas físicas e jurídicas, além das cooperativas de produção que desenvolvam atividades produtivas nos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial e realizem empreendimentos não governamentais de infra-estrutura, comerciais e de serviços na região Centro-Oeste.

A Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, alterada pelo Decreto nº 6.367, de 30 de janeiro de 2008, modificou os encargos financeiros das operações contratadas com recursos do FCO, que passaram a ser entre 5% e 10% ao ano, conforme a atividade econômica e o porte do tomador.

O artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, inserido pelo artigo 14 da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, estabeleceu que o risco de crédito das operações contratadas até 30 de novembro de 1998 é integral do Fundo, sendo que, em contrapartida, os encargos financeiros daquelas operações, por força da desobrigação do risco do agente financeiro, passaram a constituir receitas integrais do FCO. O mesmo dispositivo legal estabeleceu que nas operações contratadas entre 1º de dezembro de 1998 e 29 de junho de 2001, o risco de crédito é compartilhado entre as instituições financeiras e o Fundo, na proporção de 50%. Já nas operações contratadas a partir de 1º de julho de 2001, o risco passou a ser exclusivo do agente financeiro.

A Medida Provisória, com o Ofício Bacen/Diret nº 2001/1602, autorizou ainda, o Banco administrador a utilizar os recursos do Fundo como Capital de Referência nível II, devendo o valor utilizado ser excluído da base de cálculo da taxa de administração. Em função desse critério, nos semestres findos em 30 de junho de 2010 e de 2009, não houve encargo para o Fundo, com taxa de administração.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária, normas e instruções do Banco Central do Brasil, e demais normativos aplicados ao Fundo.

A Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e a Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, alteraram, revogaram e introduziram diversos dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), com vigência em 1º de janeiro de 2008. A nova Lei e Medida Provisória trouxeram importantes alterações em

regras de reconhecimento e mensuração de itens patrimoniais, bem como de apresentação das demonstrações contábeis.

Os referidos normativos do Fundo impactaram somente na obrigatoriedade da elaboração e divulgação das demonstrações dos fluxos de caixa em substituição à demonstração das origens e aplicações de recursos. Não houve nenhum efeito no resultado e no patrimônio líquido do Fundo em função da adoção desses normativos.

A conclusão da elaboração das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria de Governo em 22.10.2010.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) O regime contábil é o de competência.
- b) Os direitos, representados pelo grupo Devedores por Repasses, são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias incorridas.
- c) A provisão para Rebates sobre Encargos é constituída com base nos saldos devedores das operações do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária – PAPRA (capital e encargos financeiros), cujos rebates correspondem a 50%. Para as operações do Grupo “A” do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), cujos beneficiários são os agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, a provisão corresponde a 40% sobre os saldos devedores de capital desses financiamentos.
- d) A provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa foi constituída em consonância com os critérios estabelecidos no art. 3º, parágrafo único, da Portaria Interministerial MF/MI nº 11, de 28 de dezembro de 2005, publicada no DOU de 23 de janeiro de 2006. Tais critérios são os mesmos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, que considera a classificação das operações de acordo com o risco e as faixas de vencimento. Também são utilizados os critérios da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, para reconhecimento de prejuízo e recuperação de créditos.
- e) A provisão para Bônus de Adimplência, concedida a mutuários que efetuem o pagamento da parcela da dívida até a data do respectivo vencimento, é constituída com base nos saldos de encargos financeiros relativos às operações contratadas, renegociadas ou repactuadas com os encargos prefixados estabelecidos na MP nº 2.035-28, de 21 de dezembro de 2000, convertida na Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.
- f) A provisão para Dúvida de Correção Monetária é constituída com base nos saldos das rubricas de encargos a capitalizar das operações renegociadas com base na Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002. Os encargos dessas operações são capitalizados e exigíveis anualmente. Corresponde a um desconto relativo à variação do preço mínimo do produto vinculado à operação.
- g) As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridas e deduzidas as correspondentes despesas a apropriar, quando aplicável.
- h) As Rendas de Operações de Crédito são provenientes da carteira de operações de crédito/financiamento e são reconhecidas *pro rata temporis*. Não se incluem as rendas de operações em atraso há mais de 60 dias, conforme estipulado pela

Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 (rendas a apropriar sobre operações em atraso). A receita apropriada no Fundo refere-se somente à parcela pertencente ao Fundo, ou seja, não computada a remuneração que cabe ao agente financeiro Banco do Brasil S.A. (*Del Credere*).

- i) Para fins de elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa, consideram-se "Caixa e Equivalentes de Caixa" as disponibilidades em moeda nacional.
- j) As Rendas sobre Valores Disponíveis são oriundas da remuneração sobre as disponibilidades financeiras, calculadas com base na variação da Taxa Extra-Mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme previsto na legislação.
- k) A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração do Fundo use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. O cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e demais provisões está sujeito à utilização de premissas e estimativas, e as perdas efetivas poderão resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de apuração da referida provisão. A Administração do Fundo revisa as estimativas e premissas, no mínimo semestralmente.
- l) Conforme o disposto no art. 8º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o Fundo goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de quaisquer tributos ou contribuições.

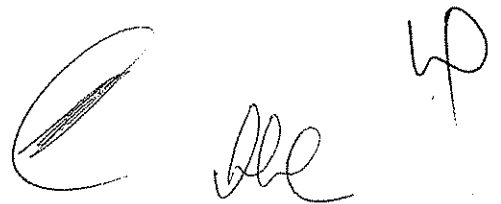
4. DEVEDORES POR REPASSES - CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS

Representa os valores aplicados pelo Banco do Brasil S.A. e por outras instituições autorizadas, junto aos setores produtivos da região, de acordo com a programação anual de financiamentos. Os recursos ainda não aplicados pelas instituições estão registrados na rubrica "Banco Conta Movimento" e as rendas sobre a sua atualização, representadas pela variação da Taxa Extra-Mercado (Bacen), estão registradas no resultado, na rubrica "Rendas sobre Valores Disponíveis".

O artigo 6º da Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, autorizou a reclassificação das operações contratadas ao abrigo da Linha Especial de Crédito FAT Integrar, de que trata a Lei nº 11.011, de 20 de dezembro de 2004, para o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO. Em 2008 foram incorporadas ao Fundo 775 operações, no valor de R\$ 380.936 mil e passaram a integrar a sua carteira de financiamentos. No exercício de 2009, foram incorporadas 133 operações no valor de R\$ 58.654 mil e no 1º semestre de 2010 houve reclassificação.

4.1 Composição da carteira de financiamento por atividade

A composição da carteira de operações de financiamento, por atividade, está distribuída conforme a seguir:



(R\$ mil)

Descrição	Saldo de Financiamento			
	jun/10	%	jun/09	%
Comércio e Serviços	1.343.493	11,7	1.324.056	12,0
Desenvolvimento do Turismo	207.347	1,8	168.160	1,5
Industrial / Agroindustrial	1.743.933	15,1	1.421.709	12,9
Infra-estrutura	391.917	3,4	320.292	2,9
Rural Custeio	29.331	0,3	498.707	4,5
Rural Investimento	5.537.005	48,0	5.544.805	50,5
Rural Pronaf	1.507.498	13,1	929.298	8,4
RURAL - Reforma Agrária	496.585	4,3	626.469	5,7
Pronatureza	241.050	2,1	161.766	1,5
Repasse	26.504	0,2	6.769	0,1
Total	11.524.663	100,0	11.002.031	100,0
Curto Prazo	2.665.103	23,1	2.958.566	26,9
Longo Prazo	8.859.560	76,9	8.043.465	73,1

*O art 9º da lei nº 7.827/89 estabeleceu a possibilidade de repasse de recursos do FCO a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As instituições que firmaram contrato com o Banco do Brasil S.A. para esse fim foram: Banco de Brasília, Banco Cooperativo do Brasil S.A., Banco Cooperativo Sicredi S.A e Agência de Fomento de Goiás S.A. As transferências de recursos do fundo iniciaram-se em novembro de 2008.

A composição da Carteira de Financiamentos, referente ao saldo devedor financeiro acrescido dos encargos a capitalizar no montante de R\$ 237.009 mil (R\$ 232.922 mil no 1º semestre de 2009), está demonstrada no Balanço Patrimonial das seguintes formas:

4.2 Composição da Carteira de Financiamentos por Faixa de Risco

(R\$ mil)

Faixa de Risco	Saldo de Financiamento e Encargos a Capitalizar em 30.06.2010	Proporção %	Saldo de Financiamento e Encargos a Capitalizar em 30.06.2009	Proporção %
*AA	10.482.088	89,1	9.871.198	87,8
A	360.449	3,1	432.643	3,9
B	328.024	2,8	199.259	1,8
C	63.186	0,5	46.913	0,4
D	163.843	1,4	241.186	2,1
E	21.930	0,2	30.706	0,3
F	6.607	0,1	19.372	0,2
G	5.472	0,0	1.520	0,0
H	330.072	2,8	392.156	3,5
TOTAL	11.761.673	100,0	11.234.953	100,0

*Encontram-se classificadas em AA aquelas operações, no montante de R\$ 10.356 mil (R\$ 9.749.258 mil no 1º semestre de 2009) cujo risco é assumido pelo agente financeiro, Banco do Brasil conforme definido na Medida Provisória 2.196-1 (vide item 4.3)

4.3 Composição da Carteira de Financiamentos por Risco de Crédito

A Medida Provisória 2.196-1, de 28 de junho de 2001, em seu art. 14, parágrafo 10, estabelece que o risco de crédito das operações contratadas até 30 de novembro de 1998 é de responsabilidade exclusiva do Fundo. Nas operações contratadas no período de 1º de dezembro de 1998 a 29 de junho de 2001, o risco de crédito é compartilhado entre as instituições financeiras e o Fundo, na proporção de 50%. Já nas operações contratadas a partir de 1º de julho de 2001, o risco de crédito passou a ser exclusivamente da instituição financeira.

Abaixo está sendo apresentada a segregação do risco de crédito da carteira entre o Fundo e as instituições financeiras:

R\$ mil

RISCO	Risco Fundo %	Risco Banco do Brasil %	Saldo de Financiamento e Encargos a Capitalizar em 30.06.2010	Saldo de Financiamento e Encargos a Capitalizar em 30.06.2009
Risco Procera	0	0	82.795	82.757
Risco Compartilhado	50	50	92.482	141.514
Risco FCO	100	0	1.230.037	1.261.423
Risco Banco do Brasil	0	100	10.356.359	9.749.258
TOTAL			11.761.673	11.234.953

4.4 Composição da Carteira de Financiamentos por Faixa de Risco e de Vencimento

a) Parcelas Vincendas

R\$ mil

RISCO	Até 30 Dias	De 31 a 60	De 61 a 90	De 91 a 180	De 181 a 360	Acima de 360	Saldo de Financiamento e Encargos a Capitalizar em 30.06.2010	Saldo de Financiamento e Encargos a Capitalizar em 30.06.2009
AA	160.473	173.723	176.919	565.801	903.114	8.283.952	10.263.982	9.675.241
A	2.502	2.517	3.237	23.601	27.087	301.129	360.073	431.811
B	5.417	13.735	18.531	82.626	73.979	131.519	325.808	194.060
C	1.864	3.125	4.845	16.292	12.278	24.124	62.528	44.811
D	1.035	2.164	1.754	12.148	6.205	137.988	161.295	229.953
E	382	358	538	1.908	2.094	13.840	19.120	27.994
F	41	92	27	673	128	4.058	5.019	15.936
G	84	104	46	190	160	3.129	3.712	1.056
H	1.218	1.354	549	4.601	3.483	69.834	81.038	115.480
TOTAL	173.015	197.171	206.445	707.840	1.028.528	8.969.573	11.282.574	10.736.342

b) Parcelas Vencidas

R\$ mil

RISCO	Até 30 Dias	De 31 a 60	De 61 a 90	De 91 a 180	De 181 a 360	Acima de 360	Saldo de Financiamento e Encargos a Capitalizar em 30.06.2010	Saldo de Financiamento e Encargos a Capitalizar em 30.06.2009
AA	9.662	10.176	7.771	17.706	47.889	124.172	217.376	196.957
A	401	-	-	-	-	12	413	832
B	1.268	1.447	-	-	-	27	2.742	5.199
C	137	208	400	2	-	1	748	2102
D	267	511	988	742	-	79	2.587	11.233
E	697	178	157	1.676	107	-	2.814	2.712
F	115	211	65	526	679	-	1.596	3.436
G	20	102	88	179	1.374	-	1.763	464
H	2.408	1.642	925	2.730	211.863	29.490	249.059	276.676
TOTAL	14.975	14.477	10.394	23.550	261.912	153.781	479.098	498.611

4.5. Composição da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, segregada por faixa de risco, é a seguinte:

PCLD em 30.06.2010

R\$ mil

Risco	Saldo de Financiamento e Encargos a Capitalizar em 30.06.2010					Valor da Provisão	%
	Risco BB	Risco FCO	Risco Compartilhado	Risco Procera*	% da Provisão		
AA	10.326.743	509.297	3.319	0	0	-	0,0
A		354.889	8.246	0	0,5%	1.795	0,6
B		168.410	16.449	0	1%	1.766	0,6
C		10.319	23.031	0	3%	655	0,2
D		187.028	15.532	0	10%	19.479	6,7
E		11.469	7.310	0	30%	4.537	1,5
F		6.895	90	0	50%	3.371	1,1
G		2.857	737	0	70%	2.258	0,8
H		187.244	15.357	73.501*	100%	261.074	88,6
Total		1.438.208	90.071	73.501		294.935	100,0
Curto Prazo						233.143	79,05
Longo Prazo						61.792	20,95

* Com referencia às operações cujo risco pertence ao Procera, as provisões são calculadas considerando desconto de 90%, conforme apurado por meio do art. 23 da lei 11.775, de 17 de setembro de 2008, em substituição ao Bônus de adimplência, às operações ao amparo do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária. De acordo com o parágrafo único do referido artigo, os custos decorrentes desse benefício seriam imputados aos Fundos Constitucionais quando as operações fossem efetuadas com recursos do Fundo.

PCLD em 30.06.2009

R\$ mil

Risco	Saldo de Financiamento e Encargos a Capitalizar em 30.06.2009					Valor da Provisão	%
	Risco BB	Risco FCO	Risco Compartilhado	Risco Procera*	% da Provisão		
AA	9.711.482	32.253	5.299	0	0	-	0,0
A	0	434.494	9.752	0	0,5%	2.197	0,6
B	0	193.202	33.017	0	1%	2.097	0,5
C	0	16.491	30.239	0	3%	948	0,2
D	0	248.880	32.542	0	10%	26.515	6,9
E	0	20.328	10.539	0	30%	7.679	2,0
F	0	20.441	660	0	50%	10.386	2,7
G	0	199	1.239	0	70%	573	0,1
H	0	259.918	15.837	73.814	100%	334.270	87,0
Total	9.711.482	1.226.206	139.124	73.814		384.665	100,0
Curto Prazo						229.645	59,70
Longo Prazo						155.020	40,30

A base de cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa está representada pelo saldo devedor das operações, incluídos os encargos a capitalizar e excluídas as rendas a apropriar de operações em atraso que supera 60 dias, cujo valor não está registrado nas demonstrações contábeis. Essa forma de cálculo está em conformidade com o disposto na Resolução CMN nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999.

4.6 Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

(R\$ mil)

	30.06.2010	30.06.2009
Saldo inicial	286.783	380.746
Constituição/Reversão	16.144	10.805
Transferência para Prejuízo – Risco FCO	(7.992)	(6.886)
Saldo final	294.935	384.665

No 1º semestre de 2010, foram transferidos para perdas R\$ 414.083 mil (R\$ 107.100 mil no 1º semestre de 2009), conforme demonstrado no quadro comparativo a seguir:

R\$ mil				
Período	Risco Operacional	Saldo Transf.	Saldo Assumido pelo BE	Saldo Assumido pelo FCO
1º Semestre de 2010	Banco do Brasil	402.561	402.561	-
	Compartilhado	7.060	3.530	3.530
	FCO	4.462	-	4.462*
	TOTAL	414.083	406.091	7.992
Período	Risco Operacional	Saldo Transf.	Saldo Assumido pelo BE	Saldo Assumido pelo FCO
1º Semestre de 2009	Banco do Brasil	99.360	99.360	-
	Compartilhado	1.707	854	853
	FCO	6.033*	-	6.033*
	TOTAL	107.100	100.214	6.886

*Compõem o saldo assumido pelo Fundo, relativamente ao Risco FCO, as operações com prazo de vigência superior a 36 meses, vencidas há mais de 540 dias, baixadas como prejuízo em atendimento a Resolução 2.682/99.

Durante o 1º semestre de 2010 foi recuperado para o Fundo o montante de R\$ 9.695 mil (1º semestre de 2009, R\$ 4.607 mil) referente a operações de risco FCO e 50% de risco compartilhado, já baixadas para prejuízo.

O valor das operações registradas como perda com risco do Banco do Brasil e a metade de risco compartilhado são ressarcidos mensalmente ao Fundo, com crédito na conta de recursos disponíveis. O valor restituído no 1º semestre de 2010 está apresentado na nota 6.

5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido corresponde ao saldo do exercício anterior acrescido das transferências do Tesouro Nacional e do Superávit do período. De acordo com o art. 6º, inciso I, da Lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989, os repasses do Tesouro Nacional aos Fundos Constitucionais de Financiamento são provenientes de 3% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados, na forma do art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal, cabendo ao FCO o percentual de 0,6% daquele montante arrecadado.

O quadro abaixo demonstra o Patrimônio Líquido do Fundo:

(R\$ mil)		
Patrimônio Líquido	30.06.2010	30.06.2009
Transferências do Exercício	707.019	622.720
Superávit / Déficit do Exercício	108.521	12.926
Transferências de Exercícios Anteriores	9.589.133	8.355.238
Superávit de Exercícios Anteriores	2.077.744	1.868.591
Total	12.482.417	10.859.475

5.1. Demonstração das rubricas de resultado

a) Rendas com Operações de Crédito

Representam os encargos financeiros, no montante de R\$ 123.257 mil (R\$ 156.467 mil em 30 de junho de 2009), calculados em consonância com a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, alterada pelo Decreto nº 6.367, de 30 de janeiro de 2008, o qual modificou os encargos financeiros das operações contratadas com recursos do

FCO, que passaram de 5% a 11,5% para 5% a 10% ao ano, conforme atividade econômica e o porte do tomador.

b) Rendas sobre valores disponíveis

Valores referentes à remuneração dos recursos ainda não desembolsados pelo administrador (Banco do Brasil), calculados com base na taxa "extra-mercado" divulgada pelo Banco Central do Brasil, em consonância com a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001. Em 30 de junho de 2010, o valor total das rendas sobre valores disponíveis era de R\$ 59.193 mil (R\$ 26.043 mil em 30 de junho de 2009).

c) Provisão para rebates sobre encargos

A provisão para Rebates sobre Encargos foi calculada em consonância com normativos do Conselho Monetário Nacional, com base nos saldos devedores das operações do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária – PAPRA e operações do Grupo "A" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), cujos rebates correspondem a 50% e 40%, respectivamente, aplicados sobre os saldos devedores desses financiamentos. Em 30 de junho de 2010, o valor total da provisão era de R\$ 158.092 mil (R\$ 196.972 mil em 30 de junho de 2009), e os respectivos valores registrados no resultado foram de R\$ 2.534 mil (R\$ 22.192 mil em 30 de junho de 2009), conforme demonstrado abaixo:

	30.06.2010	30.06.2009
Saldo inicial	167.254	188.768
Despesas efetivas	(6.628)	(13.988)
Complemento/Reversão	(2.534)	22.192
Saldo final	158.092	196.972

d) Provisão para bônus de adimplência

Os bônus de adimplência foram calculados com base no disposto na Lei nº 10.177, a qual prevê que sejam concedidos bônus de adimplência de vinte e cinco por cento para mutuários que desenvolvem suas atividades na região do semi-árido nordestino e de quinze por cento para mutuários das demais regiões, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento. O valor total da provisão em 30 de junho de 2010 era de R\$ 176.626 mil (R\$ 172.032 mil em 30 de junho de 2009), e os respectivos valores registrados no resultado foram de R\$ 43.937 mil (R\$ 75.955 mil em 30 de junho de 2009), como segue:

	30.06.2010	30.06.2009
(R\$ mil)		
Saldo inicial	172.061	134.458
Despesas efetivas	(39.372)	(38.381)
Complemento/Reversão	43.937	75.955
Saldo final	176.626	172.032

e) Provisão para dispensa de correção monetária

Corresponde ao desconto relativo à variação do preço mínimo do produto vinculado à operação, calculado sobre os saldos das rubricas de encargos a capitalizar das operações renegociadas com base na Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002. O valor total da provisão para dispensa de correção monetária, caso o pagamento fosse realizado de acordo com o prazo contratual da operação, em 30 de junho de 2010 era de R\$ 215.010 mil (R\$ 210.008 mil em 30 de junho de 2009), e os respectivos valores registrados no resultado foram de R\$ 26.020 mil (R\$ 65.187 mil em 30 de junho de 2009).

	(R\$ mil)	
	30.06.2010	30.06.2009
Saldo inicial	191.731	152.116
Despesas efetivas	(2.741)	(7.295)
Complemento/Reversão	26.020	65.187
Saldo final	215.010	210.008

6. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

Foram classificados como partes relacionadas, o Tesouro Nacional (patrocinador), o Administrador do Fundo (Banco do Brasil) e os Agentes Financeiros. Nesse contexto, as principais transações com partes relacionadas estão relacionadas conforme abaixo:

a) Banco do Brasil

Em decorrência do disposto na MP 2.196/2001, a carteira de financiamentos do Fundo passou a apresentar quatro grupamentos de risco operacional, a saber: operações contratadas até 30.11.1998 – risco 100% FCO; operações contratadas entre 01.12.1998 e 30.06.2001 – risco compartilhado (50% FCO e 50% BB); operações contratadas a partir de 01.07.2001 – risco 100% BB e operações contratadas no Programa PAPRA – Risco Procera.

Nas operações realizadas no Banco do Brasil com risco do FCO, o *del credere* devido ao agente financeiro é de 0%, nas de risco compartilhado de 3% aa e nas de risco Banco do Brasil de 6% aa.

a.1) Del Credere

A cobrança do *del credere* está regulamentada no § 4º, inciso II, do art. 9º-A, da Lei 7.827, de 27.09.1989.

O quadro abaixo demonstra os valores recebidos pelas instituições financeiras a título de *del credere*:

	(R\$ mil)	
	30.06.2010	30.06.2009
Banco do Brasil	265.037	221.374
Total	265.037	221.374

a.2) Ressarcimento de operações Risco Banco do Brasil

No 1º semestre de 2010 foram ressarcidos ao Fundo R\$ 406.090 mil (R\$ 101.066 mil no mesmo período de 2009). Deste total, R\$ 402.561 mil foram decorrentes de operações com risco exclusivo do Banco do Brasil (R\$ 100.212 mil no 1º semestre de 2009) e R\$ 3.529 referente a 50% do risco compartilhado (R\$ 854 mil no 1º semestre de 2009), parte que cabe ao Banco honrar.

b) Tesouro Nacional

Conforme mencionado da Nota 5, o Tesouro Nacional é responsável pelos repasses de recursos ao FCO, provenientes de 3% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados, na forma do art. 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal, cabendo ao FCO o percentual de 0,6% daquele montante arrecadado.

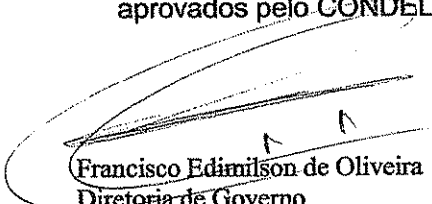
No 1º semestre de 2010, o FCO recebeu a título de transferência do Tesouro Nacional o montante de R\$ 707.019 mil (R\$ 622.720 mil no 1º semestre de 2009).

7. SITUAÇÃO DOS RECURSOS

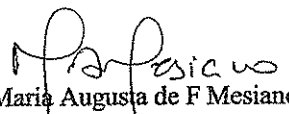
O volume de recursos do FCO atingiu, em 30 de junho de 2010, o montante de R\$ 13.078.190 mil (R\$ 11.585.695 mil em 30 de junho de 2009).

Os saldos financeiros de recursos aplicados nos financiamentos aos setores produtivos da Região Centro-Oeste somaram R\$ 11.524.663 mil (R\$ 11.002.031 mil em 30 de junho de 2009), correspondentes a 88,1% da dotação do Fundo (95,0% em 30 de junho de 2009). Incluída nesse valor, está a carteira de financiamentos dos programas voltados para o público da Reforma Agrária, que atingiu, no final do semestre, o saldo de R\$ 496.585 mil (R\$ 626.469 mil em 30 de junho de 2009).

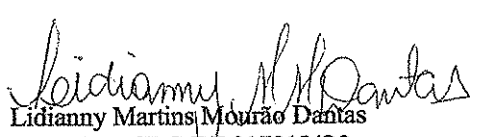
As disponibilidades totalizaram R\$ 1.553.527 mil em 30 de junho de 2010 (R\$ 583.664 mil em 30 de junho de 2009), e representam apenas 11,9 % do montante de recursos do FCO (5,0 % em 30 de junho de 2009). Estes recursos disponíveis estão distribuídos às Unidades Federativas da Região Centro-Oeste de acordo com os percentuais aprovados pelo CONDEL/FCO na Programação Anual.



Francisco Edmilson de Oliveira
Diretoria de Governo
Gerente Executivo



Maria Augusta de F Mesiano
Diretoria de Governo
Gerente de Divisão



Lidianny Martins Mourão Dantas
Contadora-CRC-DF 017013/O3
CPF 539.996.811-87

FCO

FUNDO CONSTITUCIONAL DE
FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE

**RELATÓRIO DE GESTÃO
1º SEMESTRE DE 2010**



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE**

**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO
DO CENTRO-OESTE (FCO)**

RELATÓRIO DE GESTÃO

1º SEMESTRE DE 2010

PARECER-CONJUNTO N.º 17/2010-SDR/SCO, DE 29.11.2010

ÍNDICE

1.	APRESENTAÇÃO	4
2.	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	4
3.	PROGRAMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2010.....	5
3.1.	DIRETRIZES, ORIENTAÇÕES GERAIS E PRIORIDADES	5
3.2.	PROGRAMAS E LINHAS DE FINANCIAMENTO.....	5
4.	PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2010.....	6
4.1.	RECURSOS PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2010	6
4.2.	DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO POR UF E SETOR	7
4.3.	DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO POR UF, PORTE, SETOR E LINHA	8
5.	PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O 1º SEMESTRE DE 2010.....	8
5.1.	RECURSOS PREVISTOS PARA O 1º SEMESTRE DE 2010.....	8
5.2.	DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O 1º SEMESTRE POR UF E SETOR	9
5.3.	DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O 1º SEMESTRE POR UF, PORTE, SETOR E LINHA	9
6.	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO 1º SEMESTRE DE 2010.....	10
6.1.	ORÇAMENTOS PREVISTO E REALIZADO	10
6.2.	REPASSES DO TESOURO NACIONAL	11
6.3.	RETORNOS DE FINANCIAMENTOS	11
6.4.	RESULTADO OPERACIONAL.....	11
6.5.	RECURSOS COMPROMETIDOS COM PARCELAS A LIBERAR.....	11
6.6.	DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO REALIZADO POR UF E SETOR	11
7.	DESEMPENHO OPERACIONAL NO 1º SEMESTRE DE 2010.....	11
7.1.	CONTRATAÇÕES POR UF.....	12
7.1.1.	Contratações no DF.....	13
7.1.2.	Contratações no Estado de GO.....	14
7.1.3.	Contratações no Estado de MS.....	14
7.1.4.	Contratações no Estado de MT.....	15
7.2.	CONTRATAÇÕES POR PORTE	16
7.2.1.	Contratações com mini, micro e pequenos tomadores.....	16
7.2.2.	Contratações com médios e grandes tomadores.....	18
7.3.	CONTRATAÇÕES POR SETOR	18
7.3.1.	Contratações com o setor empresarial	18
7.3.2.	Contratações com o setor rural	19
7.4.	CONTRATAÇÕES POR LINHA DE FINANCIAMENTO.....	19
7.5.	CONTRATAÇÕES PARA CUSTEIO E AQUISIÇÃO DE INSUMOS E/OU MATÉRIA-PRIMA	21
7.6.	CONTRATAÇÕES SEGUNDO A TIPOLOGIA DOS MUNICÍPIOS	22
7.7.	CONTRATAÇÕES POR ESPAÇO PRIORITÁRIO.....	23
7.7.1.	Contratações na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE).....	23
7.7.2.	Contratações na Mesorregião de Águas Emendadas	23
7.7.3.	Contratações na Faixa de Fronteira.....	23
7.8.	CONTRATAÇÕES COM NOVOS BENEFICIÁRIOS	23
7.9.	CONTRATAÇÕES COM VALOR SUPERIOR A R\$ 10 MILHÕES	24
7.10.	CONTRATAÇÕES POR INSTITUIÇÃO OPERADORA (IO).....	24
7.11.	SITUAÇÃO DA DEMANDA	26
8.	ATENDIMENTO DOS INDICADORES E METAS	28
8.1.	INDICADORES DE DESEMPENHO.....	28
8.2.	METAS DE DESEMPENHO E RESULTADOS ALCANÇADOS	29
8.2.1.	Índice de Incremento de Contratações (IIC).....	29
8.2.2.	Índice de Contratações com Menor Porte (ICMP)	29
8.2.3.	Índice de Inadimplência (II).....	30

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2010

8.2.4.	Índice de Cobertura de Contratações no Exercício (ICCE)	30
8.2.5.	Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual (ICNB).....	30
8.2.6.	Índice de Aplicação (IA).....	30
8.2.7.	Índice de Contratações por UF (ICUF)	30
8.2.8.	Índice de Contratações por Setor (ICS)	31
8.2.9.	Índice de Tempo Médio de Contratação (ITM).....	31
8.2.10.	Índice de Originação de Demanda (IOD).....	31
9.	ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES, ORIENTAÇÕES GERAIS E PRIORIDADES.....	31
9.1.	PRIORIDADES GERAIS	32
9.2.	PRIORIDADES SETORIAIS.....	34
9.3.	PRIORIDADES ESPACIAIS	36
10.	SITUAÇÃO DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS.....	37
10.1.	SALDO DE FINANCIAMENTOS POR UF, PORTE, SETOR E LINHA	37
10.2.	SALDO DOS FINANCIAMENTOS A LONGOS PRAZOS NOS TERMOS DAS LEIS N.º 9.138 E 10.437.....	38
10.3.	SALDO DOS FINANCIAMENTOS RENEGOCIADOS NO ÂMBITO DO PESA	38
10.4.	SALDO DOS FINANCIAMENTOS RENEGOCIADOS NOS TERMOS DA LEI N.º 10.177.....	38
10.5.	PRORROGAÇÕES CONCEDIDAS NO 1º SEMESTRE DE 2010.....	39
10.6.	SALDO DE FINANCIAMENTOS POR ENCARGOS PACTUADOS	39
10.7.	SALDO DE FINANCIAMENTOS POR RISCO OPERACIONAL.....	40
10.7.1.	Risco 100% ou exclusivo do Banco do Brasil	41
10.7.2.	Risco Compartilhado.....	41
10.7.3.	Risco 100% ou integral do Fundo.....	42
10.7.4.	Risco de Terceiros	42
10.8.	SALDO DE FINANCIAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA	42
10.9.	SALDOS DE FINANCIAMENTOS VINCENDOS E VENCIDOS – ÍNDICES DE INADIMPLÊNCIA	42
11.	OUTROS ASPECTOS	44
11.1.	SITUAÇÃO DOS RECURSOS	44
11.2.	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS.....	44
11.3.	REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS	44
11.4.	REMUNERAÇÃO DO BANCO OPERADOR	44
11.5.	REMUNERAÇÃO DO BANCO ADMINISTRADOR.....	45
11.6.	REBATES E BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA	45
11.7.	OPERAÇÕES LEVADAS A PERDA OU PREJUÍZO	45
11.8.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	46
11.9.	OPERAÇÕES AJUIZADAS.....	46
11.10.	FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E AUDITAGEM.....	46
11.10.1.	Fiscalização.....	47
11.10.2.	Controle.....	47
11.10.3.	Auditagem.....	48
11.11.	AUDITORIA EXTERNA	48
12.	ANÁLISE ECONÔMICA E SOCIAL.....	48
13.	LEGISLAÇÃO EDITADA NO PERÍODO.....	49
13.1.	LEIS	49
13.2.	RESOLUÇÕES DO CMN/BACEN	50
13.3.	RESOLUÇÕES DO CONDEL/FCO	50
14.	AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL.....	51
15.	SÍNTESE DAS OBSERVAÇÕES	52
16.	PARECER E RECOMENDAÇÕES.....	54

1. APRESENTAÇÃO

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) foi criado pela Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento.

Sua principal fonte de recursos é constituída pelo repasse, efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, de 0,6% (seis décimos por cento) do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados (alínea “c” do inciso I do art. 159 da Constituição Federal e inciso I do parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 7.827).

A área de abrangência do FCO está restrita à Região Centro-Oeste, integrada pelo Distrito Federal e pelos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. De acordo com os registros do IBGE, a Região conta com 466 municípios.

Desde sua criação, o FCO tem sido um importante e eficiente instrumento a serviço da política pública de redução das desigualdades intra e interregionais de desenvolvimento econômico e social na Região Centro-Oeste. Com isso, o Fundo tornou-se um dos principais instrumentos na implementação das ações de fomento às atividades produtivas desenvolvidas na Região, previstas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

O presente Parecer resulta do trabalho conjunto da Secretaria de Política de Desenvolvimento Regional (SDR) e da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO) do Ministério da Integração Nacional (MI), realizado com o objetivo de avaliar o Relatório de Atividades Desenvolvidas e de Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FCO, no primeiro semestre de 2010, elaborado pelo Banco do Brasil S.A.

Com esse propósito, aborda os financiamentos concedidos por setores econômicos, portes de beneficiários, Unidades Federativas e áreas prioritárias, entre outras variáveis, além de suas repercussões nos ambientes econômicos e sociais da Região. São examinados, outrossim, a movimentação financeira e a situação dos recursos, observando-se as aplicações realizadas, a situação patrimonial e os elementos de natureza operacional e financeira.

2. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O acompanhamento do desempenho operacional do FCO e a avaliação dos resultados obtidos são realizados tendo por base o Relatório Anual sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO que o Banco do Brasil S.A. apresenta ao Ministério da Integração Nacional em cumprimento ao que dispõe o art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com a redação dada pela Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, acompanhado dos seguintes documentos: balancetes e balanços patrimoniais; relatório e parecer de auditores independentes; mapas estatísticos de operações contratadas por programa, por porte de tomadores e por Unidade Federativa; dados gerenciais sobre a situação dos recursos etc.

Cabe ao Ministério da Integração Nacional encaminhar o referido Relatório ao Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (Condel/FCO), juntamente com sua apreciação, com vistas à avaliação dos resultados obtidos e à determinação

das medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas.

3. PROGRAMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2010

A Programação do FCO para 2010 foi elaborada pelo Banco do Brasil, avaliada pelo Ministério da Integração Nacional (MI) e aprovada pelo Conselho Deliberativo do Fundo (Condel/FCO), em consonância com as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo MI, com as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Condel/FCO e, ainda, com as contribuições originadas de discussões em reuniões com a participação de representantes das Unidades Federativas da Região e das classes produtoras e trabalhadoras, interessados na aplicação dos recursos do Fundo.

3.1. Diretrizes, Orientações Gerais e Prioridades

De acordo com atribuição prevista no art. 14-A da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, incluído pela Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, o Ministério da Integração Nacional estabeleceu, por meio da Portaria n.º 369, de 03.09.2009, as diretrizes e orientações gerais para a formulação da proposta de Programação e a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2010.

O Condel/FCO, por sua vez, em conformidade com o art. 10 da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, estabeleceu, por meio da Resolução n.º 379, de 11.12.2009, as diretrizes e prioridades para aplicação dos recursos do Fundo no exercício de 2010.

As ações desenvolvidas para cumprir essas diretrizes, orientações gerais e prioridades e os resultados alcançados serão abordados no item “9. Atendimento às Diretrizes, Orientações Gerais e Prioridades”.

3.2. Programas e Linhas de Financiamento

A Programação do FCO para 2010 foi aprovada pelo Conselho Deliberativo do Fundo (Condel/FCO) por meio da Resolução n.º 379, de 11.12.2009, contendo os seguintes programas e linhas de financiamento:

Programa de FCO Empresarial de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (MPE):

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MPE;
- Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MPE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE; e
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE.

Programa de FCO Empresarial para Médias e Grandes Empresas (MGE):

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MGE;
- Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MGE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MGE;
- e
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MGE.

Programa de FCO Rural:

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Irrigação e Drenagem;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir;
- Linha de Financiamento de Integração Lavoura-Pecuária;
- Linha de Financiamento de Conservação da Natureza;
- Linha de Financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira;
- Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura;
- Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca; e
- Linha Especial de Financiamento para Adequação do Sistema de Produção Pecuário na Região de Fronteira.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf):

- Pronaf; e
- Pronaf – Reforma Agrária (Planta Brasil).

Programa de FCO Empresarial para Repasse:

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MPE;
- Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MPE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE; e
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE.

Programa de FCO Rural para Repasse:

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Irrigação e Drenagem;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir;
- Linha de Financiamento de Integração Lavoura-Pecuária;
- Linha de Financiamento de Conservação da Natureza;
- Linha de Financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira;
- Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura; e
- Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca.

4. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2010

4.1. Recursos previstos para o exercício de 2010

De acordo com a Programação do FCO para 2010, aprovada pela Resolução Condrel/FCO n.º 379, de 11.12.2009, o montante de recursos previstos para aplicação no exercício de 2010 é de R\$ 4.156,0 milhões.

As principais fontes de recursos são os repasses do Tesouro Nacional provenientes da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, os retornos e resultados das aplicações, o resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados e as disponibilidades verificadas ao final do exercício anterior:

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2010

Tabela 1: Recursos previstos para o exercício de 2010

Origem	RS Milhões
Repasse do Tesouro Nacional (1)	1.484,8
Retornos de financiamentos (2)	1.432,3
Resultado operacional (3)	153,2
Disponibilidades ao final do exercício anterior (4)	1.368,3
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores (5)	(282,6)
Total	4.156,0

Notas:

(1) Corresponde à previsão de repasses do Tesouro Nacional.

(2) Corresponde à previsão de retornos de parcelas de financiamentos (amortizações/liquidações).

(3) Corresponde à previsão de receitas e despesas do Fundo.

(4) Corresponde às disponibilidades apuradas em 31.12.2009.

(5) Corresponde às parcelas de operações contratadas em exercícios anteriores, ainda pendentes de liberação.

Fonte: Programação do FCO para 2010, aprovada pela Resolução Condel/FCO n.º 379, de 11.12.2009, p. 6.

4.2. Distribuição dos recursos previstos para o exercício por UF e Setor

De acordo com a Programação para 2010, os recursos do Fundo foram distribuídos às Unidades Federativas do Centro-Oeste, de acordo com os seguintes percentuais: DF – 19,0%, GO – 29,0%, MS – 23,0% e MT – 29,0%, totalizando 100%.

Em cada Unidade Federativa, os recursos foram distribuídos, ainda, entre os setores empresarial e rural, segundo os seguintes percentuais por elas definidos:

Tabela 2: Percentuais de distribuição dos recursos por UF e Setor

	DF	GO	MS	MT	Região
Empresarial	15,2	14,5	11,5	14,5	55,7
%	80,0%	50,0%	50,0%	50,0%	55,7%
Rural	3,8	14,5	11,5	14,5	44,3
%	20,0%	50,0%	50,0%	50,0%	44,3%
Total	19,0	29,0	23,0	29,0	100,0
%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Programação do FCO para 2010, aprovada pela Resolução Condel/FCO n.º 379, de 11.12.2009, p. 7.

Com base nesses percentuais, os recursos previstos para o exercício de 2010 por UF e Setor são os seguintes:

Tabela 3: Distribuição dos recursos previstos para o exercício por UF e Setor

	DF	GO	MS	MT	Região
Empresarial	631.705	602.613	477.935	602.613	2.314.866
%	15,2	14,5	11,5	14,5	55,7
Rural	157.926	602.613	477.935	602.613	1.841.087
%	3,8	14,5	11,5	14,5	44,3
Total	789.631	1.205.226	955.869	1.205.226	4.155.953
%	19,0	29,0	23,0	29,0	100,0

Fonte: Programação do FCO para 2010, aprovada pela Resolução Condel/FCO n.º 379, de 11.12.2009, pp. 7-8., e Relatório de Gestão do BB, p. 61.

Cumprir registrar que os recursos distribuídos para o Distrito Federal são aplicados na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto nos municípios localizados no Estado de Minas Gerais.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão 1º Semestre de 2010

4.3. Distribuição dos recursos previstos para o exercício por UF, Porte, Setor e Linha

Os recursos previstos para o exercício de 2010 foram distribuídos não só por UF e setor, mas também por porte de beneficiário e linha de financiamento, considerando-se as disposições das Resoluções Condel/FCO n.º 197, de 20.06.2003, e 215, de 08.06.2004, as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Condel/FCO e, ainda, os percentuais de distribuição por setor/linha definidos pelas Unidades Federativas da Região:

Tabela 4: Distribuição dos recursos previstos para o exercício por UF, Porte, Setor e Linha

	DF	GO	MS	MT	Região	RS Mil %
Mini, Micro e Pequenos Tomadores						
FCO Empresarial	322.170	307.333	243.747	307.333	1.180.582	28,4
Industrial	79.085	134.985	77.755	46.100	337.925	
Infraestrutura	85.000	30.733	17.209	46.100	179.042	
Turismo	79.085	30.733	17.794	92.200	219.811	
Comércio e Serviços	79.000	110.881	130.989	122.933	443.803	
FCO Rural	80.542	307.333	243.747	307.333	938.955	22,6
Pronaf-RA e Pronaf Demais	78.963	184.400	95.587	282.333	641.282	
Demais Rurais	1.579	122.933	148.160	25.000	297.672	
Subtotal	402.712	614.665	487.493	614.665	2.119.536	51,0
Médios e Grandes Tomadores						
FCO Empresarial	309.535	295.280	234.188	295.280	1.134.284	27,3
Industrial	72.805	106.301	145.899	59.056	384.061	
Infraestrutura	85.000	29.408	15.456	59.056	188.920	
Turismo	72.805	29.408	12.648	59.056	173.916	
Comércio e Serviços	78.926	130.164	60.184	118.112	387.387	
FCO Rural	77.384	295.280	234.188	295.280	902.133	21,7
Subtotal	386.919	590.561	468.376	590.561	2.036.417	49,0
Resumo Geral						
FCO Empresarial	631.705	602.613	477.935	602.613	2.314.866	55,7
Industrial	151.889	241.286	223.654	105.156	721.986	
Infraestrutura	170.000	60.141	32.665	105.156	367.962	
Turismo	151.889	60.141	30.442	151.256	393.728	
Comércio e Serviços	157.926	241.045	191.174	241.045	831.191	
FCO Rural	157.926	602.613	477.935	602.613	1.841.087	44,3
Pronaf-RA e Pronaf Demais	78.963	184.400	95.587	282.333	641.282	
Demais Rurais	78.963	418.214	382.348	320.280	1.199.805	
Total	789.631	1.205.226	955.869	1.205.226	4.155.953	100,0

Fonte: Programação do FCO para 2010, aprovada pela Resolução Condel/FCO n.º 379, de 11.12.2009, p. 8.

5. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O 1º SEMESTRE DE 2010

5.1. Recursos previstos para o 1º semestre de 2010

De acordo com o Ofício Digov/Genef/Dinef II – 2010/016.354, de 28.07.2010, do Banco do Brasil S.A., e com a Resolução Condel/FCO n.º 403, de 30.07.2010, o montante de recursos previstos para aplicação no 1º semestre de 2010 era de R\$ 2.676,7 milhões:

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2010

Tabela 5: Recursos previstos para o 1º semestre de 2010

Origem	RS Milhões
Repasse do Tesouro Nacional (1)	722,6
Retornos de financiamentos (2)	672,6
Resultado operacional (3)	82,7
Disponibilidades ao final do exercício anterior (4)	1.368,3
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores (5)	(169,5)
Total	2.676,7

Notas:

(1) Corresponde à previsão de repasses do Tesouro Nacional.

(2) Corresponde à previsão de retornos de parcelas de financiamentos (amortizações/liquidações).

(3) Corresponde à previsão de receitas e despesas do Fundo.

(4) Corresponde às disponibilidades apuradas em 31.12.2009.

(5) Corresponde às parcelas de operações contratadas em exercícios anteriores, ainda pendentes de liberação.

Fonte: Ofício Digov/Genef/Dinef II - 2010/016.354, de 28.07.2010, do Banco do Brasil S.A., e Resolução Condel/FCO n.º 403, de 30.07.2010.

5.2. Distribuição dos recursos previstos para o 1º semestre por UF e Setor

De acordo com a Programação do FCO para 2010, os recursos do Fundo foram distribuídos às Unidades Federativas do Centro-Oeste, de acordo com os seguintes percentuais: DF – 19,0%, GO – 29,0%, MS – 23,0% e MT – 29,0%, totalizando 100%.

Em cada Unidade Federativa, os recursos foram distribuídos, ainda, entre os setores empresarial e rural, segundo os percentuais por elas definidos (Tabela 2).

Com base nesses percentuais, os recursos previstos para o 1º semestre de 2010 por UF e Setor eram os seguintes:

Tabela 6: Distribuição dos recursos previstos para o 1º semestre por UF e Setor

	DF	GO	MS	MT	RS Mil
Empresarial	406.855	388.119	307.818	388.119	1.490.911
%	15,2	14,5	11,5	14,5	55,7
Rural	101.714	388.119	307.818	388.119	1.135.769
%	3,8	14,5	11,5	14,5	44,3
Total	508.569	776.237	615.636	776.237	2.676.680
%	19,0	29,0	23,0	29,0	100,0

Fonte: Ofício Digov/Genef/Dinef II - 2010/016.354, de 28.07.2010, do Banco do Brasil S.A., e Resolução Condel/FCO n.º 403, de 30.07.2010.

Cabe lembrar que os recursos distribuídos para o Distrito Federal são aplicados na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto nos municípios localizados no Estado de Minas Gerais.

5.3. Distribuição dos recursos previstos para o 1º semestre por UF, Porte, Setor e Linha

Os recursos previstos para o 1º semestre de 2010 foram distribuídos não só por UF e setor, mas também por porte de beneficiário e linha de financiamento, considerando-se as disposições das Resoluções Condel/FCO n.º 197, de 20.06.2003, e 215, de 08.06.2004, as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo MI, as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Condel/FCO e, ainda, os percentuais de distribuição por setor/linha definidos pelas Unidades Federativas da Região:

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão 1º Semestre de 2010

Tabela 7: Distribuição dos recursos previstos para o 1º semestre por UF, Porte, Setor e Linha

	DF	GO	MS	MT	Região	R\$ Mil %
Mini, Micro e Pequenos Tomadores						
FCO Empresarial	207.496	197.941	156.987	197.941	760.365	28,4
Industrial	50.935	86.939	50.079	29.691	217.644	
Infraestrutura	54.745	19.794	11.083	29.691	115.313	
Turismo	50.935	19.794	11.460	59.382	141.572	
Comércio e Serviços	50.881	71.414	84.365	79.176	285.836	
FCO Rural	51.874	197.941	156.987	197.941	604.742	22,6
Pronaf-RA e Pronaf Demais	50.857	118.764	61.564	181.839	413.024	
Demais Rurais	1.017	79.176	95.424	16.101	191.718	
Subtotal	259.370	395.881	313.975	395.881	1.365.107	51,0
Médios e Grandes Tomadores						
FCO Empresarial	199.359	190.178	150.831	190.178	730.546	27,3
Industrial	46.890	68.464	93.968	38.036	247.358	
Infraestrutura	54.745	18.940	9.955	38.036	121.676	
Turismo	46.890	18.940	8.146	38.036	112.012	
Comércio e Serviços	50.833	83.834	38.762	76.071	249.500	
FCO Rural	49.840	190.178	150.831	190.178	581.027	21,7
Subtotal	249.199	380.356	301.662	380.356	1.311.573	49,0
Resumo Geral						
FCO Empresarial	406.855	388.119	307.818	388.119	1.490.911	55,7
Industrial	97.826	155.403	144.047	67.727	465.002	
Infraestrutura	109.490	38.734	21.038	67.727	236.989	
Turismo	97.826	38.734	19.606	97.418	253.584	
Comércio e Serviços	101.714	155.247	123.127	155.247	535.336	
FCO Rural	101.714	388.119	307.818	388.119	1.185.769	44,3
Pronaf-RA e Pronaf Demais	50.857	118.764	61.564	181.839	413.024	
Demais Rurais	50.857	269.354	246.255	206.280	772.745	
Total	508.569	776.237	615.636	776.237	2.676.680	100,0

Fonte: Ofício Digov/Genef/Dinef II - 2010/016.354, de 28.07.2010, do Banco do Brasil S.A., e Resolução Condel/FCO n.º 403, de 30.07.2010.

6. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO 1º SEMESTRE DE 2010

6.1. Orçamentos previsto e realizado

O orçamento realizado no 1º semestre de 2010 (R\$ 2.856,1 milhões) representou 106,7% do previsto (R\$ 2.676,7 milhões), uma vez que houve superação das previsões iniciais das fontes “retornos de financiamentos” e “resultado operacional”:

Tabela 8: Orçamento - Previsto X Realizado

Origem	Previsto (a)	Realizado (b)	R\$ Milhões % (b/a)
Repasse do Tesouro Nacional	722,6	707,0	97,8
Retornos de financiamentos	672,6	763,6	113,5
Resultado operacional	82,7	106,2	128,4
Disponibilidades ao final do exercício anterior	1.368,3	1.368,3	100,0
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	(169,5)	(89,0)	52,5
Total	2.676,7	2.856,1	106,7

Posição: 30.06.2010.

Fonte: Ofício Digov/Genef/Dinef II - 2010/016.354, de 28.07.2010, do Banco do Brasil S.A., e Relatório de Gestão do BB, p. 60.

6.2. Repasses do Tesouro Nacional

Os repasses do Tesouro Nacional, provenientes da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, totalizaram R\$ 707,0 milhões no 1º semestre de 2010, montante 2,2% inferior ao previsto (R\$ 722,6 milhões) e 13,5% superior ao realizado no 1º semestre de 2009 (R\$ 622,7 milhões).

6.3. Retornos de financiamentos

Os pagamentos efetuados pelos clientes para amortizar ou liquidar saldos devedores de financiamentos superaram em 13,5% o montante inicialmente previsto, passando de R\$ 672,6 milhões para R\$ 763,6 milhões, em razão principalmente da Lei n.º 11.775, de 17.10.2008, que instituiu medidas de estímulo à liquidação e/ou regularização de dívidas.

6.4. Resultado operacional

O resultado operacional, correspondente às receitas e despesas do Fundo, foi de R\$ 106,2 milhões no 1º semestre de 2010, montante 28,4% superior ao previsto (R\$ 82,7 milhões) e 65,7% superior ao realizado no 1º semestre de 2009 (R\$ 64,1 milhões).

6.5. Recursos comprometidos com parcelas a liberar

Complementando os desempenhos positivos das fontes “retornos de financiamentos” e “resultado operacional”, a redução de 47,5% verificada na utilização dos “recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores” igualmente contribuiu para a superação do orçamento inicialmente previsto.

6.6. Distribuição do orçamento realizado por UF e Setor

Distribuindo-se o orçamento realizado (R\$ 2.856,1 milhões) por UF e Setor, segundo os percentuais definidos na Programação do FCO para 2010 (Tabela 2), tem-se o seguinte resultado:

Tabela 9: Distribuição do Orçamento Realizado por UF e Setor

					R\$ Mil
	DF	GO	MS	MT	Região
Empresarial	434.123	414.130	328.448	414.130	1.590.831
%	15,2	14,5	11,5	14,5	55,7
Rural	108.531	414.130	328.448	414.130	1.265.239
%	3,8	14,5	11,5	14,5	44,3
Total	542.653	828.260	656.896	828.260	2.856.069
%	19,0	29,0	23,0	29,0	100,0

Posição: 30.06.2010.

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 60.

7. DESEMPENHO OPERACIONAL NO 1º SEMESTRE DE 2010

As contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2010 atingiram R\$ 1.742,6 milhões, montante 7,5% superior ao observado no mesmo período de 2009 (R\$ 1.620,6 milhões):

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)

Relatório de Gestão - 1º Semestre de 2010

**Tabela 10: Contratações por Setor/Linha de Financiamento
Comparativo 1º Semestre de 2009 X 1º Semestre de 2010**

R\$ Mil

	1º Semestre de 2009		1º Semestre de 2010		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	7.926	693.381	8.028	951.092	1,3	37,2
Industrial	934	156.910	981	439.404	5,0	180,0
Infraestrutura	5	101.811	3	68.395	(40,0)	(32,8)
Turismo	1.107	52.992	1.310	67.350	18,3	27,1
Comércio e Serviços	5.880	381.668	5.734	375.944	(2,5)	(1,5)
Rural	21.935	927.171	21.533	791.514	(1,8)	(14,6)
Pronaf-RA	2.149	28.147	1.622	24.016	(24,5)	(14,7)
Pronaf Demais	16.453	278.237	15.992	301.847	(2,8)	8,5
Demais Rurais	3.333	620.788	3.919	465.651	17,6	(25,0)
Total	29.861	1.620.552	29.561	1.742.606	(1,0)	7,5

Posição: 30.06.2010.

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 23.

Esse montante de R\$ 1.742,6 milhões corresponde a 65,1% do montante de recursos previstos para o semestre (R\$ 2.676,7 milhões) e a 61,0% do montante de recursos efetivamente distribuídos no período para aplicação (R\$ 2.856,1 milhões):

Tabela 11: Orçamentos Previsto e Realizado X Contratações por Setor

R\$ milhões

Setor	Orçamento Previsto	Orçamento Realizado	Contratações	%	%	% Contratações X Totais	
	(a)	(b)	(c)	(c/a)	(c/b)	Total 1 (c/d)	Total 2 (c/e)
Empresarial	1.490,9	1.590,8	951,1	63,8	59,8	35,5	33,3
Rural	1.185,8	1.265,2	791,5	66,8	62,6	29,6	27,7
Total	2.676,7	2.856,1	1.742,6	65,1	61,0	65,1	61,0
	(d)	(e)					

Posição: 30.06.2010

Fonte: Ofício Digov/Genef/Dinef II - 2010/016.354, de 28.07.2010, do Banco do Brasil S.A., e Relatório de Gestão do BB, pp. 23 e 60.

7.1. Contratações por UF

Das contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2010 (R\$ 1.742,6 milhões), R\$ 146,6 milhões (8,4%) beneficiaram o DF; R\$ 631,6 milhões (36,3%) o Estado de GO; R\$ 376,8 milhões (21,6%) o Estado de MS; e R\$ 587,6 milhões (33,7%) o Estado de MT:

Tabela 12: Contratações por UF e Setor/Linha de Financiamento

R\$ Mil

	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	1.213	119.658	3.249	277.188	1.968	201.276	1.598	352.970	8.028	951.092
Industrial	132	23.337	519	91.892	189	124.393	141	199.781	981	439.404
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	3	68.395	3	68.395
Turismo	205	12.485	430	23.752	384	14.628	291	16.484	1.310	67.350
Comércio e Serviços	876	83.835	2.300	161.545	1.395	62.254	1.163	68.310	5.734	375.944
Rural	681	26.969	12.512	354.433	2.827	175.519	5.513	234.593	21.533	791.514
Pronaf-RA	74	1.393	245	3.334	672	11.757	631	7.532	1.622	24.016
Pronaf Demais	485	9.208	9.820	167.854	1.505	23.448	4.182	101.337	15.992	301.847
Demais Rurais	122	16.368	2.447	183.245	650	140.314	700	125.724	3.919	465.651
Total	1.894	146.627	15.761	631.621	4.795	376.795	7.111	587.563	29.561	1.742.606

Posição: 30.06.2010

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 62.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2010

7.1.1. Contratações no DF

No Distrito Federal, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2010 atingiram R\$ 146,6 milhões, valor 32,9% inferior ao observado no mesmo período de 2009 (R\$ 218,4 milhões).

Desse montante de R\$ 146,6 milhões, R\$ 119,7 milhões (81,7%) foram destinados ao setor empresarial e apenas R\$ 26,9 milhões (18,3%) ao setor rural, devido, principalmente, às características não rurais predominantes nas atividades econômicas do Distrito Federal:

Tabela 12.a: Contratações por Setor/Linha de Financiamento no DF
Comparativo 1º Semestre de 2009 X 1º Semestre de 2010

Setor/Linha	1º Semestre de 2009		1º Semestre de 2010		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	1.465	191.353	1.213	119.658	(17,2)	(37,5)
Industrial	117	21.230	132	23.337	12,8	9,9
Infraestrutura	2	60.186	-	-	(100,0)	(100,0)
Turismo	143	6.810	205	12.485	43,4	83,3
Comércio e Serviços	1.203	103.126	876	83.835	(27,2)	(18,7)
Rural	619	27.029	681	26.969	10,0	(0,2)
Pronaf-RA	47	487	74	1.393	57,4	186,3
Pronaf Demais	422	5.868	485	9.208	14,9	56,9
Demais Rurais	150	20.674	122	16.368	(18,7)	(20,8)
Total	2.084	218.381	1.894	146.627	(9,1)	(32,9)

Posição: 30.06.2010

Fonte: Relatórios de Gestão do BB referentes ao 1º Semestre de 2009 (p. 40) e ao 1º Semestre de 2010 (p. 62).

No setor empresarial, destacaram-se as contratações realizadas ao amparo da Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional, que passaram de R\$ 6,8 milhões no 1º semestre de 2009 para R\$ 12,5 milhões no 1º semestre de 2010 (incremento de 83,3%).

Destacaram-se, ainda, as contratações realizadas ao amparo da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços, que atingiram R\$ 83,8 milhões, o que representa 70,0% do montante contratado junto ao setor empresarial (R\$ 119,7 milhões) e 57,2% do contratado no Distrito Federal (R\$ 146,6 milhões).

No setor rural, destacaram-se as contratações realizadas ao amparo do Pronaf, que passaram de R\$ 5,9 milhões no 1º semestre de 2009 para R\$ 9,2 milhões no 1º semestre de 2010 (incremento de 56,9%), e do Pronaf – Reforma Agrária, que saltaram de R\$ 487 mil para R\$ 1.393 mil (incremento de 186,3%).

Acrescente-se que o montante de recursos contratados no Distrito Federal durante o 1º semestre de 2010 (R\$ 146,6 milhões) representou somente 28,8% do seu orçamento previsto para o período (R\$ 508,6 milhões – Tabela 6), 27,0% de sua dotação pelo orçamento realizado no período (R\$ 542,7 milhões – Tabela 9) e 8,4% do total contratado na Região (R\$ 1.742,6 milhões – Tabela 12).

À vista desse desempenho, caberia recomendar ao Banco incrementar as contratações no Distrito Federal, de forma a atingir o percentual definido pelo Condol/FCO.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão 1º Semestre de 2010

7.1.2. Contratações no Estado de GO

No Estado de Goiás, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2010 atingiram R\$ 631,6 milhões, montante 0,7% inferior ao observado no mesmo período de 2009 (R\$ 636,0 milhões):

Tabela 12.b: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em GO
Comparativo 1º Semestre de 2009 X 1º Semestre de 2010

Setor/Linha	1º Semestre de 2009		1º Semestre de 2010		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	3.413	297.696	3.249	277.188	(4,8)	(6,9)
Industrial	514	84.047	519	91.892	1,0	9,3
Infraestrutura	2	39.533	-	-	(100,0)	(100,0)
Turismo	447	21.451	430	23.752	(3,8)	10,7
Comércio e Serviços	2.450	152.665	2.300	161.545	(6,1)	5,8
Rural	11.472	338.310	12.512	354.433	9,1	4,8
Pronaf-RA	306	2.104	245	3.334	(19,9)	58,5
Pronaf Demais	9.521	138.239	9.820	167.854	3,1	21,4
Demais Rurais	1.645	197.967	2.447	183.245	48,8	(7,4)
Total	14.885	636.006	15.761	631.621	5,9	(0,7)

Posição: 30.06.2010

Fonte: Relatórios de Gestão do BB referentes ao 1º Semestre de 2009 (p. 40) e ao 1º Semestre de 2010 (p. 62).

No setor empresarial, destacaram-se as contratações realizadas ao amparo da Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional, que passaram de R\$ 21,5 milhões no 1º semestre de 2009 para R\$ 23,8 milhões no 1º semestre de 2010 (incremento de 10,7%), e da Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial, que passaram de R\$ 84,0 milhões para R\$ 91,9 milhões (incremento de 9,3%).

Sobressaíram-se, também, as contratações realizadas ao amparo da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços, que atingiram R\$ 161,5 milhões, o que representa 58,3% do montante contratado junto ao setor empresarial no Estado (R\$ 277,2 milhões).

No setor rural, destacaram-se as contratações realizadas ao amparo do Pronaf – Reforma Agrária, que passaram de R\$ 2,1 milhões no 1º semestre de 2009 para R\$ 3,3 milhões no 1º semestre de 2010 (incremento de 58,5%), e do Pronaf, que saltaram de R\$ 138,2 milhões para R\$ 167,9 milhões (incremento de 21,4%).

Cabe ressaltar que o montante de recursos contratados no Estado de Goiás durante o 1º semestre de 2010 (R\$ 631,6 milhões) representou 81,4% do seu orçamento previsto para o período (R\$ 776,2 milhões – Tabela 6), 76,3% de sua dotação pelo orçamento realizado no período (R\$ 828,3 milhões – Tabela 9) e 36,3% do total contratado na Região (R\$ 1.742,6 milhões – Tabela 12).

7.1.3. Contratações no Estado de MS

No Estado de Mato Grosso do Sul, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2010 atingiram R\$ 376,8 milhões, montante 22,9% superior ao observado no mesmo período de 2009 (R\$ 306,5 milhões):

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2010

Tabela 12.c: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em MS
Comparativo 1º Semestre de 2009 X 1º Semestre de 2010

R\$ Mil

Setor/Linha	1º Semestre de 2009		1º Semestre de 2010		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	1.402	88.050	1.968	201.276	40,4	128,6
Industrial	138	19.790	189	124.393	37,0	528,6
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-
Turismo	251	11.014	384	14.628	53,0	32,8
Comércio e Serviços	1.013	57.245	1.395	62.254	37,7	8,7
Rural	2.769	218.427	2.827	175.519	2,1	(19,6)
Pronaf-RA	516	9.520	672	11.757	30,2	23,5
Pronaf Demais	1.341	18.791	1.505	23.448	12,2	24,8
Demais Rurais	912	190.116	650	140.314	(28,7)	(26,2)
Total	4.171	306.477	4.795	376.795	15,0	22,9

Posição: 30.06.2010

Fonte: Relatórios de Gestão do BB referentes ao 1º Semestre de 2009 (p. 40) e ao 1º Semestre de 2010 (p. 62).

No setor empresarial, destacaram-se as contratações realizadas ao amparo da Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial, que saltaram de R\$ 19,8 milhões no 1º semestre de 2009 para R\$ 124,4 milhões no 1º semestre de 2010 (incremento de 528,6%).

No setor rural, sobressaíram-se as contratações realizadas ao amparo do Pronaf, que passaram de R\$ 18,8 milhões no 1º semestre de 2009 para R\$ 23,4 milhões no 1º semestre de 2010 (incremento de 24,8%), e do Pronaf – Reforma Agrária, que saltaram de R\$ 9,5 milhões para R\$ 11,8 milhões (incremento de 23,5%).

Registre-se que o montante de recursos contratados no Estado de Mato Grosso do Sul durante o 1º semestre de 2010 (R\$ 376,8 milhões) representou 61,2% do seu orçamento previsto para o período (R\$ 615,6 milhões – Tabela 6), 57,4% de sua dotação pelo orçamento realizado no período (R\$ 656,9 milhões – Tabela 9) e 21,6% do total contratado na Região (R\$ 1.742,6 milhões – Tabela 12).

7.1.4. Contratações no Estado de MT

No Estado de Mato Grosso, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2010 atingiram R\$ 587,6 milhões, montante 27,8% superior ao observado no mesmo período de 2009 (R\$ 459,7 milhões):

Tabela 12.d: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em MT
Comparativo 1º Semestre de 2009 X 1º Semestre de 2010

R\$ Mil

Setor/Linha	1º Semestre de 2009		1º Semestre de 2010		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	1.646	116.282	1.598	352.970	(2,9)	203,5
Industrial	165	31.843	141	199.781	(14,5)	527,4
Infraestrutura	1	2.092	3	68.395	200,0	3.170,1
Turismo	266	13.716	291	16.484	9,4	20,2
Comércio e Serviços	1.214	68.631	1.163	68.310	(4,2)	(0,5)
Rural	7.075	343.406	5.513	234.593	(22,1)	(31,7)
Pronaf-RA	1.280	16.036	631	7.532	(50,7)	(53,0)
Pronaf Demais	5.169	115.340	4.182	101.337	(19,1)	(12,1)
Demais Rurais	626	212.030	700	125.724	11,8	(40,7)

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)

Relatório de Gestão 1º Semestre de 2010

Total	8.721	459.688	7.111	587.563	(18,5)	27,8
-------	-------	---------	-------	---------	--------	------

Posição: 30.06.2010

Fonte: Relatórios de Gestão do BB referentes ao 1º Semestre de 2009 (p. 40) e ao 1º Semestre de 2010 (p. 62).

No setor empresarial, destacaram-se as contratações realizadas ao amparo da Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica, que saltaram de R\$ 2,1 milhões no 1º semestre de 2009 para R\$ 68,4 milhões no 1º semestre de 2010 (incremento de 3.170,1%), e da Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial, que passaram de R\$ 31,8 milhões para R\$ 199,8 milhões (incremento de 527,4%).

No setor rural, as contratações atingiram R\$ 234,6 milhões, montante 31,7% inferior ao observado no mesmo período de 2009 (R\$ 343,4 milhões).

Cabe registrar que o montante de recursos contratados no Estado de Mato Grosso durante o 1º semestre de 2010 (R\$ 587,6 milhões) representou 75,7% do seu orçamento previsto para o período (R\$ 776,2 milhões – Tabela 6), 70,9% de sua dotação pelo orçamento realizado no período (R\$ 828,3 milhões – Tabela 9) e 33,7% do total contratado na Região (R\$ 1.742,6 milhões – Tabela 12).

7.2. Contratações por Porte

7.2.1. Contratações com mini, micro e pequenos tomadores

A Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, ao criar os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, estabeleceu como diretriz, que deve ser observada na aplicação dos recursos, o “tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e miniprodutores rurais e pequenas e microempresas [...]” (inciso III do art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989).

Com o intuito de garantir esse tratamento preferencial e reverter a tendência de concentração de recursos em favor dos médios e grandes tomadores, que vinha sendo observada, o Condel/FCO determinou, por meio da Resolução n.º 197, de 20.06.2003, que, no mínimo, 51,0% dos recursos do FCO fossem aplicados em operações com mini, micro e pequenos tomadores.

No 1º semestre de 2010, as contratações com esse segmento de menor porte atingiram o montante de R\$ 881,3 milhões, o que representa 50,6% do total contratado na Região (R\$ 1.742,6 milhões) e um incremento de 7,6% em relação ao volume observado no 1º semestre de 2009 (R\$ 818,9 milhões):

Tabela 13: Contratações por UF, Porte e Setor/Linha de Financiamento

R\$ Mil

Setor/Linha	DF		GO		MS		MT		Região	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Mini, Micro e Pequenos Tomadores										
Empresarial	68.670	46,8	160.046	25,3	80.904	21,5	85.721	14,6	395.342	22,7
Industrial	8.583	5,9	24.320	3,9	8.704	2,3	8.638	1,5	50.245	2,9
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	892	0,2	892	0,1
Turismo	12.485	8,5	22.242	3,5	14.176	3,8	14.671	2,5	63.575	3,6
Comércio e Serviços	47.602	32,5	113.484	18,0	58.024	15,4	61.520	10,5	280.629	16,1
Rural	14.592	10,0	262.454	41,6	66.826	17,7	142.098	24,2	485.968	27,9
Pronaf-RA e Pronaf Demais	10.601	7,2	171.189	27,1	35.205	9,3	108.869	18,5	325.863	18,7
Demais Rurais	3.990	2,7	91.265	14,4	31.621	8,4	33.229	5,7	160.105	9,2

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2010

Subtotal	83.262	56,8	422.500	66,9	147.729	39,2	227.819	38,8	881.310	50,6
----------	--------	------	---------	------	---------	------	---------	------	---------	------

Médios e Grandes Tomadores										
Empresarial	50.988	34,8	117.142	18,5	120.372	31,9	267.249	45,5	555.750	31,9
Industrial	14.754	10,1	67.571	10,7	115.689	30,7	191.144	32,5	389.159	22,3
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	67.502	11,5	67.502	3,9
Turismo	-	-	1.509	0,2	453	0,1	1.813	0,3	3.775	0,2
Comércio e Serviços	36.234	24,7	48.061	7,6	4.230	1,1	6.789	1,2	95.315	5,5
Rural	12.378	8,4	91.980	14,6	108.693	28,8	92.495	15,7	305.546	17,5
Subtotal	63.365	43,2	209.121	33,1	229.065	60,8	359.744	61,2	861.296	49,4

Resumo Geral										
Empresarial	119.658	81,6	277.188	43,9	201.276	53,4	352.970	60,1	951.092	54,6
Industrial	23.337	15,9	91.892	14,5	124.393	33,0	199.781	34,0	439.404	25,2
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	68.395	11,6	68.395	3,9
Turismo	12.485	8,5	23.752	3,8	14.628	3,9	16.484	2,8	67.350	3,9
Comércio e Serviços	83.835	57,2	161.545	25,6	62.254	16,5	68.310	11,6	375.944	21,6
Rural	26.969	18,4	354.433	56,1	175.519	46,6	234.593	39,9	791.514	45,4
Pronaf-RA e Pronaf Demais	10.601	7,2	171.189	27,1	35.205	9,3	108.869	18,5	325.863	18,7
Demais Rurais	16.368	11,2	183.245	29,0	140.314	37,2	125.724	21,4	465.651	26,7
Total	146.627	100,0	631.621	100,0	376.795	100,0	587.563	100,0	1.742.606	100,0

Posição: 30.06.2010

Fonte: Relatórios de Gestão do BB referentes ao 1º Semestre de 2009 (pp. 40-43) e ao 1º Semestre de 2010 (pp. 62-65).

O número de operações foi de 28.074, o que representa 95,0% do número contratado na Região (29.561).

Goiás foi o Estado que apresentou o melhor desempenho, aplicando R\$ 422,5 milhões em benefício de mini, micro e pequenos tomadores, correspondentes a 66,9% do total contratado no Estado (R\$ 631,6 milhões) e a 47,9% do total contratado na Região em benefício desse segmento (R\$ 881,3 milhões).

Os tomadores de menor porte do Distrito Federal, por sua vez, absorveram R\$ 83,3 milhões ou 56,8% do total contratado na UF (R\$ 146,6 milhões). Ao contrário, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, os tomadores de menor porte absorveram R\$ 227,8 milhões e R\$ 147,7 milhões, correspondentes a 38,8% e 39,2% do total contratado no próprio Estado (R\$ 587,6 milhões e R\$ 376,8 milhões, respectivamente).

Considerando, ainda, que a determinação do Condel é no sentido de que o Agente Financeiro aplique, no mínimo, 51,0% dos recursos do Fundo em operações com tomadores de menor porte, as contratações com esse segmento (R\$ 881,3 milhões) representaram apenas 30,9% do orçamento realizado no 1º semestre de 2010 (R\$ 2.856,1 milhões):

**Tabela 14: Contratações com mini, micro e pequenos tomadores
2003 a 2010**

R\$ Milhões			
Exercício	Orçamento Realizado	Contratações	%
2003	1.276,6	197,7	15,5
2004	1.403,6	529,6	37,7
2005	1.800,6	657,4	36,5
2006	2.219,7	641,4	28,9
2007	2.783,6	796,0	28,6
2008	3.748,7	1.564,8	41,7
2009	3.080,1	1.626,4	52,8
1º Semestre de 2010	2.856,1	881,3	30,9

Sob essa ótica, os tomadores de menor porte no DF absorveram R\$ 83,3 milhões ou 15,3% de sua dotação pelo orçamento realizado no período (R\$ 542,7 milhões – Tabela 9); em GO, R\$ 422,5 milhões ou 51,0% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 828,3 milhões – Tabela 9); em MS, R\$ 147,7 milhões ou 22,5% de sua dotação (R\$ 656,9 milhões – Tabela 9); e em MT, R\$ 227,8 milhões ou 27,5% de sua dotação (R\$ 828,3 milhões – Tabela 9).

À vista desses resultados, caberia recomendar ao Banco incrementar as contratações com mini, micro e pequenos tomadores, especialmente no Distrito Federal e nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, de forma a atingir o percentual definido pela Resolução Condrel/FCO n.º 197, de 20.06.2003.

7.2.2. Contratações com médios e grandes tomadores

No 1º semestre de 2010, as contratações com médios e grandes tomadores atingiram o montante de R\$ 861,3 milhões, o que representa 49,4% do total contratado na Região (R\$ 1.742,6 milhões) e um incremento de 7,4% em relação ao volume observado no 1º semestre de 2009 (R\$ 801,6 milhões).

O número de operações foi de 1.487, o que representa 5,0% do número contratado na Região (29.561).

Desses R\$ 861,3 milhões, R\$ 609,7 milhões (70,8%) foram destinados a grandes tomadores e R\$ 251,6 milhões (29,2%) a médios tomadores.

O setor empresarial consumiu R\$ 555,8 milhões, correspondentes a 64,5% do total contratado na Região em benefício desse segmento (R\$ 861,3 milhões), com destaque para o desempenho da Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial (R\$ 389,2 milhões).

Cabe registrar que as contratações com esse segmento (R\$ 861,3 milhões) representaram 30,2% do orçamento realizado no 1º semestre de 2010 (R\$ 2.856,1 milhões):

**Tabela 15: Contratações com médios e grandes tomadores
2003 a 2010**

Exercício	Orçamento Realizado	Contratações	%
2003	1.276,6	724,1	56,7
2004	1.403,6	642,5	45,8
2005	1.800,6	811,2	45,1
2006	2.219,7	803,0	36,2
2007	2.783,6	1.177,9	42,3
2008	3.748,7	1.905,3	50,8
2009	3.080,1	1.557,0	50,5
1º Semestre de 2010	2.856,1	861,3	30,2

7.3. Contratações por Setor

7.3.1. Contratações com o setor empresarial

No 1º semestre de 2010, as contratações junto ao setor empresarial atingiram R\$ 951,1 milhões, correspondentes a 63,8% dos recursos inicialmente previstos para o setor (R\$ 1.490,9 milhões –

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2010

Tabela 6). 59,8% do orçamento realizado para o setor (R\$ 1.590,8 milhões – Tabela 9) e 54,6% do total contratado na Região (R\$ 1.742,6 milhões – Tabelas 12 e 13).

Comparativamente aos orçamentos totais do Fundo (previsto e realizado), o montante contratado no 1º semestre de 2010 junto ao setor empresarial correspondeu a 35,5% do previsto (R\$ 2.676,7 milhões) e a 33,3% do realizado (R\$ 2.856,1 milhões), conforme Tabela 11.

Em relação ao 1º semestre de 2009, houve acréscimo tanto na quantidade de operações realizadas (1,3%) quanto no volume de recursos aplicados (37,2%), consoante Tabela 10. No 1º semestre de 2009, foram contratadas 7.926 operações, no montante de R\$ 693,4 milhões. Já, no 1º semestre de 2010, foram contratadas 8.028 operações, no montante de R\$ 951,1 milhões.

7.3.2. Contratações com o setor rural

No período de janeiro a junho de 2010, as contratações junto ao setor rural atingiram R\$ 791,5 milhões, correspondentes a 66,7% dos recursos inicialmente previstos para o setor (R\$ 1.185,8 milhões – Tabela 6), 62,6% do orçamento realizado para o setor (R\$ 1.265,3 milhões – Tabela 9) e 45,4% do total contratado na Região (R\$ 1.742,6 milhões – Tabelas 12 e 13).

Comparando-se aos orçamentos totais do Fundo (previsto e realizado), o montante contratado no 1º semestre de 2010 junto ao setor rural correspondeu a 29,6% do previsto (R\$ 2.676,7 milhões) e a 27,7% do realizado (R\$ 2.856,1 milhões), conforme Tabela 11.

Em relação ao 1º semestre de 2009, houve decréscimo tanto na quantidade de operações realizadas (-1,8%) quanto no volume de recursos aplicados (-14,6%), consoante Tabela 10. No 1º semestre de 2009, foram contratadas 21.935 operações, no montante de R\$ 927,2 milhões, ao passo que, no 1º semestre de 2010, foram contratadas 21.533 operações, no volume de R\$ 791,5 milhões.

7.4. Contratações por Linha de Financiamento

Tabela 16: Contratações por UF e Setor/Linha de Financiamento

R\$ Mil

	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	1.213	119.658	3.249	277.188	1.968	201.276	1.598	352.970	8.028	951.092
Industrial	132	23.337	519	91.892	189	124.393	141	199.781	981	439.404
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	3	68.395	3	68.395
Turismo	205	12.485	430	23.752	384	14.628	291	16.484	1.310	67.350
Comércio e Serviços	876	83.835	2.300	161.545	1.395	62.254	1.163	68.310	5.734	375.944
Rural	681	26.969	12.512	354.433	2.827	175.519	5.513	234.593	21.533	791.514
Pronaf-RA	74	1.393	245	3.334	672	11.757	631	7.532	1.622	24.016
Pronaf Demais	485	9.208	9.820	167.854	1.505	23.448	4.182	101.337	15.992	301.847
Des. Rural	113	14.210	2.404	176.767	612	122.392	692	123.100	3.821	436.468
Des. de Irrigação e Drenagem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Des. de Sist. de Integr. Rural – Convir	-	-	-	-	5	6.866	1	1.284	6	8.149
Integração Lavoura-Pecuária	-	-	-	-	1	427	-	-	1	427
Conservação da Natureza	9	2.158	43	6.478	20	8.244	1	141	73	17.021
Ret. de Matrizes na Plan. Pantaneira	-	-	-	-	2	1.049	6	1.200	8	2.249
Apoio ao Des. da Aquicultura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Apoio ao Des. da Pesca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)

Relatório de Gestão 1º Semestre de 2010

Adeq. Sist. Prod. Pec. na Reg. de Front.	-	-	-	-	10	1.336	-	-	10	1.336
Total	1.894	146.627	15.761	631.621	4.795	376.795	7.111	587.563	29.561	1.742.606

Posição: 30.06.2010

Fonte: Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 24.

No 1º semestre de 2010, as contratações realizadas no âmbito da Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial totalizaram R\$ 439,4 milhões, representando 46,2% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 951,1 milhões), 25,2% do volume aplicado na Região (R\$ 1.742,6 milhões) e 180,0% de incremento em relação ao observado no mesmo período de 2009 (R\$ 156,9 milhões).

As aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços também tiveram um bom desempenho, totalizando R\$ 375,9 milhões, correspondentes a 39,5% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 951,1 milhões) e a 21,6% do volume aplicado na Região (R\$ 1.742,6 milhões).

As aplicações das Linhas de Financiamento de Infraestrutura Econômica e de Desenvolvimento do Turismo Regional, por sua vez, totalizaram R\$ 68,4 milhões e R\$ 67,4 milhões, respectivamente.

No 1º semestre de 2010, as contratações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) ultrapassaram R\$ 301,8 milhões em 15.992 operações, o que representa um incremento de 8,5% em relação ao montante observado no mesmo período do exercício anterior (R\$ 278,2 milhões em 16.453 operações). O Estado de Goiás destacou-se pelo maior volume de recursos financiados a esse público (R\$ 167,9 milhões) e pelo maior número de operações (9.820).

Já o Pronaf – Reforma Agrária teve decréscimo tanto na quantidade de operações (-24,5%) quanto no volume de recursos aplicados (-14,7%). A quantidade de operações passou de 2.149 no 1º semestre de 2009 para 1.622 no 1º semestre de 2010 e o volume de recursos aplicados de R\$ 28,1 milhões para R\$ 24,0 milhões. Ressalte-se que houve incremento no volume de recursos aplicados no Distrito Federal (186,3%), no Estado de Goiás (58,5%) e no Estado de Mato Grosso do Sul (23,5%). Somente no Estado de Mato Grosso houve decréscimo (-53,0%) em relação ao 1º semestre de 2009.

Cabe registrar que as aplicações no Pronaf – Reforma Agrária não dependem somente do Agente Financeiro, vez que, além da aprovação ou reconhecimento dos projetos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), cabe aos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Sustentável (CEDRS), por meio de suas Câmaras Técnicas de Crédito Rural (CTCR), definir:

- os Projetos de Assentamento do Incra ou os Projetos Estaduais e Municipais de Assentamento por ele reconhecidos; e
- as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário do Governo Federal, inclusive do “Fundo de Terras e da Reforma Agrária”, do “Cédula da Terra” e do “Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural”, aptas a receber os financiamentos.

As demais Linhas de Financiamento do FCO Rural (Desenvolvimento Rural; Desenvolvimento de Irrigação e Drenagem; Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir; Integração

Lavoura-Pecuária; Conservação da Natureza; Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira; Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura; Apoio ao Desenvolvimento da Pesca; e Adequação do Sistema de Produção Pecuária na Região de Fronteira) absorveram juntas R\$ 465,7 milhões, o que representa 58,8% do total aplicado junto ao setor rural (R\$ 791,5 milhões), 26,7% do total aplicado na Região (R\$ 1.742,6 milhões) e 25,0% de decréscimo em relação ao observado no mesmo período de 2009 (R\$ 620,8 milhões).

7.5. Contratações para custeio e aquisição de insumos e/ou matéria-prima

De acordo com a Programação do FCO para 2010¹, vigente no 1º semestre de 2010, a assistência aos mini, micro e pequenos tomadores de financiamento de custeio, nas Linhas de Financiamento do FCO Rural, excetuados a Linha de Financiamento de Conservação da Natureza e o Pronaf, e de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas, nas Linhas de Financiamento do FCO Empresarial, ficou limitada, naquele período, ao montante contratado de financiamentos de investimentos com esse segmento de mini, micro e pequenos tomadores, em cada Unidade Federativa, respeitado o teto de 15% dos recursos previstos para o exercício²:

Tabela 17: Limites/tetos para custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas
R\$ Mil

UF	Limite (1)	Teto (2)	Limite/Teto a ser observado (3)					
			Total		Rural		Empresarial	
			Valor	%	Valor	%	Valor	%
DF	40.765	118.445	40.765	100	8.153	20	32.612	80
GO	230.645	180.784	180.784	100	90.392	50	90.392	50
MS	77.671	143.380	77.671	100	23.301	30	54.370	70
MT	128.939	180.784	128.939	100	64.470	50	64.470	50
Total	478.020	623.393	428.159		186.316		241.843	

Notas:

(1) Corresponde ao montante de financiamentos de investimentos contratados com mini, micro e pequenos tomadores, em cada UF.

(2) Corresponde a 15% do montante de recursos previstos para o exercício (R\$ 4.155.953 mil), em cada UF.

(3) Na UF em que o limite for superior ao teto, observa-se o teto.

Fonte: 1ª Edição da Programação do FCO para 2010, p. 7, e Deliberação CEIF/FCO n.º 129/2010, de 27.04.2010.

No 1º semestre de 2010, os financiamentos de custeio ultrapassaram R\$ 119,7 milhões, consumindo 64,3% do limite/teto disponível para contratação no período.

Já os financiamentos de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas atingiram R\$ 277,3 milhões, atingindo 114,7% do limite/teto disponível para contratação no período:

¹ Nota 5 do Quadro “Previsão de alocação dos recursos por UF e setor” do Item “Distribuição dos Recursos” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2010.

² A Programação do FCO, vigente no 1º semestre de 2010, não permitia a contratação de operações com médios e grandes tomadores para o financiamento de custeio, nas Linhas de Financiamento do FCO Rural, e de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas, nas Linhas do FCO Empresarial.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão 1º Semestre de 2010

Tabela 18: Contratações para custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas

R\$ Mil

UF	Rural			Empresarial		
	Limite/Teto	Contratações	% de Ating.	Limite/Teto	Contratações	% de Ating.
DF	8.153	3.131	38,4	32.612	39.743	121,9
GO	90.392	72.431	80,1	90.392	117.074	129,5
MS	23.301	8.836	37,9	54.370	60.184	110,7
MT	64.470	35.346	54,8	64.470	60.274	93,5
Total	186.316	119.743	64,3	241.843	277.274	114,7

Posição: 30.06.2010

Fonte: Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 24.

À vista desse resultado, caberia recomendar ao Banco observar, para o financiamento de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e de formação de estoques para vendas, nas Linhas de Financiamento do FCO Empresarial, os limites/tetos definidos na Programação do FCO.

7.6. Contratações segundo a Tipologia dos Municípios

Os municípios integrantes de microrregiões de tipologia estagnada e dinâmica, segundo a classificação da PNDR, absorveram R\$ 633,5 milhões e R\$ 352,2 milhões, correspondentes a 36,4% e 20,2% do total contratado na Região (R\$ 1.742,6 milhões), respectivamente.

Os municípios integrantes de microrregiões classificadas como de alta renda, por sua vez, absorveram R\$ 756,9 milhões, correspondentes a 43,4% do total contratado na Região (R\$ 1.742,6 milhões).

O Distrito Federal e o Estado de Goiás concentraram as aplicações em municípios de alta renda (72,9% e 63,7%, respectivamente), o Estado de Mato Grosso em municípios de economia dinâmica (39,0%) e o Estado de Mato Grosso do Sul em municípios de economia estagnada (74,9%):

Tabela 19: Contratações segundo a Tipologia dos Municípios

R\$ Mil

	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Alta Renda	1.088	106.857	8.093	402.315	1.070	52.887	1.206	194.842	11.457	756.901
%	57,4	72,9	51,3	63,7	22,3	14,0	17,0	33,2	38,8	43,4
Dinâmica	-	-	2.470	81.541	1.070	41.592	4.132	229.060	7.672	352.193
%	-	-	15,7	12,9	22,3	11,0	58,1	39,0	26,0	20,2
Estagnada	806	39.771	5.198	147.765	2.655	282.315	1.773	163.661	10.432	633.512
%	42,6	27,1	33,0	23,4	55,4	74,9	24,9	27,9	35,3	36,4
Total	1.894	146.627	15.761	631.621	4.795	376.795	7.111	587.563	29.561	1.742.606
%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Posição: 30.06.2010

Fonte: Relatório de Gestão do BB, pp. 73-74.

Cumprir registrar que os recursos distribuídos para o Distrito Federal são aplicados também nos municípios do Entorno, ou seja, nos 19 municípios de Goiás que integram a RIDE. Assim, das 1.894 operações formalizadas com recursos do DF, 1.088 foram contratadas no DF (tipologia: alta renda) e 806 nos municípios do Entorno (tipologia: estagnada).

À vista desses resultados, caberia recomendar ao Banco incrementar as contratações em municípios de tipologia estagnada e dinâmica, especialmente no Entorno do Distrito Federal e no Estado de Goiás.

7.7. Contratações por Espaço Prioritário

De acordo com o art. 3º da Portaria MI n.º 369, de 03.09.2009, que estabeleceu as diretrizes e as orientações gerais para aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2010, são considerados prioritários e devem ter tratamento diferenciado e favorecido os seguintes espaços:

- Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE);
- Mesorregião de Águas Emendadas; e
- Faixa de Fronteira.

7.7.1. Contratações na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE)

Na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto nos municípios localizados no Estado de Minas Gerais, ou seja, no Distrito Federal e nos 19 municípios de Goiás que integram a RIDE foram formalizadas 1.894 operações no montante de R\$ 146,6 milhões. Desse montante, 1.088 operações no valor de R\$ 106,8 milhões beneficiaram o DF e 806 operações no valor de R\$ 39,8 milhões beneficiaram o Entorno.

7.7.2. Contratações na Mesorregião de Águas Emendadas

Nos 76 municípios do Estado de Goiás que compõem a Mesorregião de Águas Emendadas, foram formalizadas 4.251 operações no montante de R\$ 159,5 milhões, o que representa 73,2% do previsto para o exercício (R\$ 217,8 milhões) e um incremento de 16,6% em relação ao observado no 1º semestre de 2009 (R\$ 136,8 milhões).

7.7.3. Contratações na Faixa de Fronteira

As aplicações nos 72 municípios da Faixa de Fronteira (44 de Mato Grosso do Sul e 28 de Mato Grosso) saltaram de R\$ 216,2 milhões no 1º semestre de 2009 para R\$ 433,9 milhões no 1º semestre de 2010, o que representa um incremento de 100,7%. Já a quantidade de operações passou de 5.977 para 4.826, ou seja, teve um decréscimo de 19,3%.

7.8. Contratações com Novos Beneficiários

No 1º semestre de 2010, 8.870 pessoas físicas e jurídicas obtiveram financiamentos com recursos do FCO pela primeira vez, absorvendo R\$ 822,1 milhões. Esses números representam 30,0% do total de contratos formalizados (29.561) e 47,2% do total de recursos aplicados (R\$ 1.742,6 milhões), no período:

Tabela 20: Beneficiários que Obtiveram Financiamentos pela 1ª Vez

	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Mini e Micro	243	7.596	1.631	48.876	1.003	24.888	876	25.184	3.753	106.544
Pequeno	662	44.252	2.121	116.548	812	50.069	1.115	73.435	4.710	284.305

RS Mil

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)

Relatório de Gestão 1º Semestre de 2010

Médio	32	12.683	170	39.304	101	19.052	68	23.029	371	94.067
Grande	6	27.504	13	30.088	8	109.099	9	170.471	36	337.162
Total	943	92.036	3.935	234.815	1.924	203.108	2.068	292.119	8.870	822.078

Posição: 30.06.2010

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 67.

Os mini, micro e pequenos tomadores foram favorecidos com R\$ 390,9 milhões em 8.463 operações, correspondentes a 47,5% dos recursos aplicados (R\$ 822,1 milhões) e a 95,4% das operações formalizadas (8.870) com novos beneficiários.

Os médios e grandes tomadores foram beneficiados com R\$ 431,2 milhões em 407 operações, correspondentes a 52,5% dos recursos aplicados e a 4,6% das operações formalizadas com novos beneficiários.

Destacaram-se os Estados de Goiás, com 3.935 contratos formalizados e R\$ 234,8 milhões aplicados, e de Mato Grosso, com 2.068 contratos formalizados e R\$ 292,1 milhões aplicados junto a novos beneficiários.

7.9. Contratações com valor superior a R\$ 10 milhões

A tabela abaixo sintetiza as operações contratadas no 1º semestre de 2010, com valor superior a R\$ 10 milhões, e informadas, mensalmente, à Secretaria-Executiva do Condel, conforme item 2-b da Resolução Condel/FCO n.º 127, de 05.12.2001:

Tabela 21: Contratações com valor superior a R\$ 10 milhões

	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Industrial	-	-	1	15.305	2	113.282	5	187.266	8	315.853
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	1	62.490	1	62.490
Comércio e Serviços	1	24.998	-	-	-	-	-	-	1	24.998
Desenvolvimento Rural	-	-	-	-	1	42.783	-	-	1	42.783
Total	1	24.998	1	15.305	3	156.065	6	249.756	11	446.125

Posição: 30.06.2010

Fonte: Fonte: Relatório de Gestão do BB, pp. 67-73.

Em relação ao 1º semestre de 2009, houve acréscimo tanto na quantidade de operações realizadas (22,2%) quanto no volume de recursos aplicados (76,3%). No 1º semestre de 2009, foram contratadas 9 operações, no montante de R\$ 253,0 milhões, ao passo que, no 1º semestre de 2010, foram contratadas 11 operações, no volume de R\$ 446,1 milhões.

As informações relativas a essas 11 operações estão registradas no Relatório de Gestão do Banco do Brasil S.A., pp. 67-73.

7.10. Contratações por Instituição Operadora (IO)

O art. 9º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, prevê a possibilidade de repasse de recursos pelo banco administrador do Fundo, ou seja, pelo Banco do Brasil a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2010

A Portaria MI n.º 616, de 26.05.2003, estabelece as normas para esse repasse, no tocante à aplicação e retorno de recursos, risco operacional, remuneração, prestação de contas e fiscalização das operações.

Desde o início das atividades do FCO, as aplicações eram realizadas com exclusividade pelo BB. Entretanto, diversas instituições manifestaram interesse em operar com recursos do Fundo.

A partir daí, o Ministério da Integração Nacional passou a incluir, dentre as diretrizes e prioridades para a aplicação dos recursos, a orientação de repasse a outras instituições, sobretudo para aquelas especializadas no atendimento de mini e pequenos produtores rurais e micro e pequenas empresas.

À vista disso, o Banco do Brasil, em dezembro de 2007, assinou contratos de repasse de recursos do FCO com outras instituições, para atuação exclusivamente junto a mini, micro e pequenos tomadores:

- Banco de Brasília (BRB), para atuação no Distrito Federal e nos 19 municípios de Goiás integrantes da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE);
- Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob) e Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento), para atuação no Estado de Goiás, exceto nos municípios integrantes da RIDE; e
- Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), para atuação nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Essas instituições realizaram suas primeiras operações em novembro de 2008. A tabela abaixo apresenta seu desempenho nos exercícios de 2008 e 2009, bem como no 1º semestre de 2010:

Tabela 22: Contratações com outras Instituições Operadoras (IO)

R\$ mil

2008	BRB		Bancoob		GO Fomento		Sicredi						Total	
	DF		GO		GO		MT		MS		Subtotal		Centro-Oeste	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	6	500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	500
Industrial	3	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	40
Turismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comércio e Serviços	3	460	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	460
Rural	-	-	6	252	-	-	-	-	1	22	1	22	7	274
Total	6	500	6	252	-	-	-	-	1	22	1	22	13	774

2009	BRB		Bancoob		GO Fomento		Sicredi						Total	
	DF		GO		GO		MT		MS		Subtotal		Centro-Oeste	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	5	857	-	-	3	780	16	989	5	316	21	1.305	29	2.942
Industrial	-	-	-	-	-	-	2	137	-	-	2	137	2	137
Turismo	1	200	-	-	1	250	-	-	-	-	-	-	2	450
Comércio e Serviços	4	658	-	-	2	530	14	852	5	316	19	1.168	25	2.355
Rural	-	-	139	9.586	-	-	70	3.884	16	1.157	86	5.041	225	14.628
Total	5	857	139	9.586	3	780	86	4.873	21	1.473	107	6.346	254	17.570

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão - 1º Semestre de 2010

1º semestre de 2010	BRB		Bancoob		GO Fomento		Sicredi						Total	
	DF		GO		GO		MT		MS		Subtotal		Centro-Oeste	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	-	-	-	-	1	90	6	692	2	350	8	1.042	9	1.132
Industrial	-	-	-	-	-	-	3	434	-	-	3	434	3	434
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Turismo	-	-	-	-	-	-	-	-	1	62	1	62	1	62
Comércio e Serviços	-	-	-	-	1	90	3	258	1	288	4	545	5	635
Rural	-	-	51	2.790	-	-	53	3.264	20	1.477	73	4.741	124	7.530
Total	-	-	51	2.790	1	90	59	3.955	22	1.827	81	5.783	133	8.662

Posição: 30.06.2010

Fonte: Fonte: Relatório de Gestão do BB, pp. 96-97.

Observa-se que do total de 29.561 operações no valor de R\$ 1.742.606 mil contratadas no 1º semestre de 2010, 29.428 operações no valor de R\$ 1.733.944 mil foram formalizadas pelo Banco do Brasil e 133 no valor de R\$ 8.662 mil pelas instituições operadoras do repasse (BRB, Bancoob, Goiás Fomento e Sicredi).

Ainda que o montante de recursos contratados pelas instituições operadoras não seja significativo, faz-se necessária a continuidade dos repasses com vistas a dinamizar ainda mais as aplicações com os tomadores de menor porte.

7.11. Situação da Demanda

No 1º semestre de 2010, das 32.996 propostas existentes no Banco do Brasil no valor de R\$ 6.386,1 milhões, 29.561 no valor de R\$ 1.742,6 milhões foram contratadas e 3.435 no valor de R\$ 4.643,5 milhões não foram:

Tabela 23: Situação da Demanda - Propostas contratadas X não atendidas

	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Contratadas	1.894	146.627	15.761	631.621	4.795	376.795	7.111	587.563	29.561	1.742.606
Não contratadas	46	275.622	1.976	2.345.751	585	911.806	828	1.110.365	3.435	4.643.544
Total	1.940	422.249	17.737	2.977.372	5.380	1.288.600	7.939	1.697.928	32.996	6.386.150

Posição: 30.06.2010

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 74.

Das 3.435 propostas não atendidas no valor de R\$ 4.643,5 milhões, 438 no valor de R\$ 2.860,5 milhões são de médias e grandes empresas; 612 no valor de R\$ 428,1 milhões são de micro e pequenas empresas; 1.581 no valor de R\$ 1.198,0 milhões são de médios e grandes produtores rurais; 804 no valor de R\$ 156,9 milhões são de mini e pequenos produtores rurais:

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2010

Gráfico 1 - Qtde. de propostas não atendidas por setor e porte

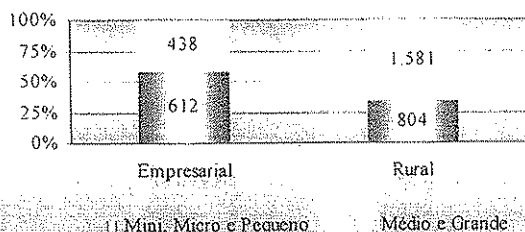
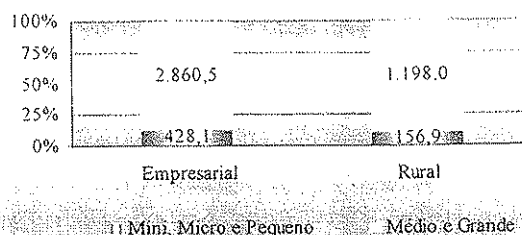


Gráfico 2 - Valor das propostas não atendidas por setor e porte (R\$ milhões)



Ainda das 3.435 propostas não atendidas no valor de R\$ 4.643,5 milhões, 3.270 no valor de R\$ 4.472,1 restaram pendentes de contratação e 165 no valor de R\$ 171,4 milhões foram indeferidas ou canceladas:

Gráfico 3 - Qtde. de propostas não atendidas por motivo



Pendentes de contratação

Indeferidas ou canceladas

Gráfico 4 - Valor das propostas não atendidas por motivo (R\$ milhões)



Pendentes de contratação

Indeferidas ou canceladas

Cabe registrar que, a partir de outubro de 2008, o Banco do Brasil passou a controlar os principais motivos de não atendimento de propostas, especialmente os de indeferimento ou cancelamento. Os resultados obtidos estão registrados na tabela a seguir:

Tabela 24: Situação da Demanda - Propostas não atendidas por motivo

R\$ Milhões

	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Carta-consulta em análise	2	2.089	376	294.388	70	192.877	79	22.402	527	511.756
Projeto em elaboração	17	159.172	979	1.302.367	187	274.753	118	97.046	1.301	1.833.338
Projeto em análise	16	46.666	333	407.834	109	147.423	273	532.143	731	1.134.066
Pendente de documentação	4	5.543	224	240.376	169	272.741	240	317.339	637	835.999
Em contratação	5	60.010	40	85.219	27	10.414	2	1.359	74	157.002
Indeferidas/canceladas	2	2.141	24	15.567	23	13.598	116	140.077	165	171.383
Carta-consulta indeferida	-	-	2	1.013	3	2.157	-	-	5	3.170
Cadastro/limite de crédito	-	-	-	-	-	-	1	150	1	150
Documentação incompleta	-	-	1	141	-	-	1	230	2	370
Cancelamento/desistência do cliente	-	-	12	4.437	18	6.601	3	415	33	11.453
Proposta/projeto indeferido	-	-	3	4.910	2	4.840	2	202	7	9.952
Outros	2	2.141	6	5.066	-	-	109	139.080	117	146.288
Total	46	275.622	1.976	2.345.751	585	911.806	828	1.110.365	3.435	4.643.544

Posição: 30.06.2010

Fonte: Relatório de Gestão do BB, pp. 75-77.

8. ATENDIMENTO DOS INDICADORES E METAS

8.1. Indicadores de Desempenho

O Condel/FCO, por meio da Resolução n.º 319, de 14.09.2007, aprovou a criação dos seguintes indicadores de desempenho, com vistas a aprimorar e monitorar a gestão do Fundo:

a) **Índice de Incremento de Contratações**

$$IIC = \frac{VCE}{VCEA} \quad \begin{array}{l} \text{Valor Contratado no Exercício Atual} \\ \text{Valor Contratado no Exercício Anterior} \end{array}$$

b) **Índice de Contratações com Menor Porte**

$$ICMP = \frac{VCMP}{VCT} \quad \begin{array}{l} \text{Valor Contratado com Tomadores de Menor Porte no Exercício Atual} \\ \text{Valor Contratado Total no Exercício Atual} \end{array}$$

c) **Índice de Inadimplência**

$$II = \frac{SPV}{SDT} \quad \begin{array}{l} \text{Saldo Devedor das Parcelas Vencidas (Risco 100\% BB)} \\ \text{Saldo Devedor Total das Operações de Crédito (Risco 100\% BB)} \end{array}$$

d) **Índice de Cobertura das Contratações no Exercício**

$$ICCE = \frac{MOC}{MR} \quad \begin{array}{l} \text{Municípios com Operações Contratadas} \\ \text{Municípios da Região Centro-Oeste} \end{array}$$

e) **Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual**

$$ICNB = \frac{VCNB}{VCT} \quad \begin{array}{l} \text{Quantidade de Operações com Novos Beneficiários} \\ \text{Quantidade de Operações Contratadas Total} \end{array}$$

f) **Índice de Aplicação**

$$IA = \frac{VCT}{VDE} \quad \begin{array}{l} \text{Valor Contratado Total} \\ \text{Valor Distribuído no Exercício} \end{array}$$

g) **Índice de Contratações por UF**

$$ICUF = \frac{VCUF}{VCT} \quad \begin{array}{l} \text{Valor Contratado nas Unidades Federativas} \\ \text{Valor Contratado Total} \end{array}$$

h) **Índice de Contratações por Setor**

$$ICS = \frac{VCS}{VCT} \quad \begin{array}{l} \text{Valor Contratado por Setor (Empresarial ou Rural)} \\ \text{Valor Contratado Total} \end{array}$$

i) **Índice de Tempo Médio de Contratação**

$$ITM = \frac{TME}{TMEA} \quad \begin{array}{l} \text{Tempo médio de atendimento das propostas no exercício atual} \\ \text{Tempo médio de atendimento das propostas no exercício anterior} \end{array}$$

j) **Índice de Originação de Demanda**

$$IOD = \frac{VOE}{VOEA} \quad \begin{array}{l} \text{Valor total da demanda originada no exercício atual} \\ \text{Valor total da demanda originada no exercício anterior} \end{array}$$

8.2. Metas de Desempenho e Resultados Alcançados

O Condel/FCO estabeleceu, por meio da Resolução n.º 383, de 04.03.2010, as metas de desempenho para o exercício de 2010. A tabela seguinte sintetiza as metas definidas pelo Conselho para o exercício e os resultados alcançados no 1º semestre:

Tabela 25: Indicadores e Metas - Resultados Alcançados no 1º Semestre de 2010

Alineia	Indicador	Meta	Resultado
a)	Índice de Incremento de Contratações (IIC)	11,0%	7,5%
b)	Índice de Contratações com Menor Porte (ICMP)	51,0%	50,6%
c)	Índice de Inadimplência (II)	2,0%	0,75%
d)	Índice de Cobertura de Contratações no Exercício (ICCE)	100,0%	97,6%
e)	Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual (ICNB)	25,0%	30,0%
f)	Índice de Aplicação (IA)	85,0%	59,2%
g)	Índice de Contratações por UF (ICUF)	DF	19,0%
		GO	8,4%
		MS	36,3%
		MT	21,6%
h)	Índice de Contratações por Setor (ICS)	Empresarial	29,0%
		Rural	33,7%
i)	Índice de Contratações por Setor (ICS)	Empresarial	55,7%
		Rural	44,3%
j)	Índice de Tempo Médio de Contratação (ITM)	40 dias	28 dias
j)	Índice de Originação de Demanda (IOD)	11,0%	133,0%

Posição: 30.06.2010.

Fonte: Resolução Condel/FCO n.º 383, de 04.03.2010, e Relatório de Gestão do BB, pp. 48-56.

Para a definição da meta de incremento de contratações, considerou-se a meta de aplicação/contratação de 85% dos recursos inicialmente previstos para 2010 (85% de R\$ 4.155.953 mil = R\$ 3.532.560 mil), o que representaria um incremento de 11% em relação ao montante contratado em 2009 (R\$ 3.183.419 mil).

Para a definição das demais metas foram utilizados como parâmetros os números referentes ao exercício de 2009, os indicadores de desempenho criados pela Resolução n.º 319, as metas estabelecidas pelas Resoluções n.º 340 e 375 e os percentuais de distribuição (por UF, Setor e Porte) definidos na Programação do FCO para 2010.

8.2.1. Índice de Incremento de Contratações (IIC)

No 1º semestre de 2010, as contratações realizadas com recursos do FCO atingiram R\$ 1.742,6 milhões, montante 7,5% superior ao observado no mesmo período de 2009 (R\$ 1.620,6 milhões), portanto inferior à meta de 11,0% definida pelo Condel.

8.2.2. Índice de Contratações com Menor Porte (ICMP)

As contratações com mini e pequenos produtores rurais e micro e pequenas empresas atingiram o montante de R\$ 881,3 milhões, o que representa 50,6% do total contratado na Região (R\$ 1.742,6 milhões), resultado muito próximo da meta de 51,0% estabelecida pelo Condel.

Representa, ainda, um incremento de 7,6% em relação ao volume observado no 1º semestre de 2009 (R\$ 818,9 milhões).

8.2.3. Índice de Inadimplência (II)

O índice de inadimplência das operações contratadas com risco exclusivo do Banco (relação entre as parcelas vencidas e o saldo devedor das operações), observado no final do 1º semestre de 2010, foi de 0,75%, tendo sido atendida a meta estabelecida pelo Condel (até 2,0%). Esse índice de 0,75% foi, também, inferior ao observado no 1º semestre do exercício anterior (1,5%).

8.2.4. Índice de Cobertura de Contratações no Exercício (ICCE)

No 1º semestre de 2010, dos 466 municípios existentes na Região Centro-Oeste, 455 (97,6%) contaram com operações de FCO. Somente 11 municípios não tiveram operações contratadas no período: Novo Gama e Santo Antônio de Goiás, do Estado de GO; Ladário, do Estado de MS; e Bom Jesus do Araguaia, Feliz Natal, Itanhangá, Rondolândia, Santa Carmem, Santa Rita do Trivelato, Serra Nova Dourada e União do Sul, do Estado de MT.

Não obstante, o Banco do Brasil, o Ministério da Integração Nacional e os Governos do DF e dos Estados de GO, MS e MT vêm envidando esforços no sentido de atender à meta estabelecida pelo Condel de contratar operações do FCO em 100% dos municípios da Região (Resolução n.º 383, de 04.03.2010), bem como à recomendação do Condel de estender os benefícios do FCO a todos os municípios da Região (Resoluções n.º 378 e 388, de 10.12.2009 e 29.06.2010, respectivamente). Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se os Seminários FCO Itinerante.

8.2.5. Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual (ICNB)

Do total de 29.561 operações contratadas no 1º semestre de 2010, 8.870 (30,0%) foram formalizadas com novos beneficiários, atendendo assim à meta de 25,0% estabelecida pelo Condel.

8.2.6. Índice de Aplicação (IA)

As contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2010 atingiram R\$ 1.742,6 milhões, ou seja, 59,2% do montante de recursos distribuídos no período para aplicação (2.945,1 milhões – aí somados os R\$ 89,0 milhões comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores), portanto inferior à meta de 85,0% definida pelo Condel.

Com essas contratações, a carteira de financiamentos do FCO, atingiu o saldo total de R\$ 11.524,7 milhões, 4,8% superior à posição registrada no final do 1º semestre de 2009 (R\$ 11.002,0 milhões).

8.2.7. Índice de Contratações por UF (ICUF)

Como metas para as contratações em cada Unidade Federativa foram estabelecidos os percentuais utilizados na distribuição dos recursos orçamentários, definidos na Programação do FCO para 2010, a saber: DF – 19,0%, GO – 29,0%, MS – 23,0% e MT – 29,0%.

O Estado de Goiás liderou com R\$ 631,6 milhões contratados, equivalentes a 36,3% do montante observado na Região (R\$ 1.742,6 milhões), seguido pelo Mato Grosso com R\$ 587,6 milhões (33,7%), Mato Grosso do Sul com R\$ 376,8 milhões (21,6%) e Distrito Federal com R\$ 146,6 milhões (8,4%).

Destaca-se o desempenho do Estado de Mato Grosso, cujas contratações saltaram de R\$ 459,7 milhões no 1º semestre de 2009 para R\$ 587,6 milhões no 1º semestre de 2010 (incremento de 27,8%) e cuja participação passou de 28,4% para 33,7%.

Segundo o Banco do Brasil, o Distrito Federal só não teve um desempenho melhor uma vez que a demanda por recursos concentra-se principalmente nos setores comercial e de serviços, para os quais os recursos são limitados por dispositivo legal e, portanto, escassos.

Outro fator que comprometeu o desempenho das aplicações no DF está relacionado à apresentação de garantias, no tocante à comprovação da titularidade tanto dos imóveis rurais quanto dos urbanos.

8.2.8. Índice de Contratações por Setor (ICS)

Como metas para as contratações por setor (empresarial e rural) foram estabelecidos os percentuais utilizados na distribuição dos recursos orçamentários, definidos na Programação do FCO para 2010, a saber: empresarial – 55,7% e rural – 44,3%.

Do montante de R\$ 1.742,6 milhões, R\$ 951,1 milhões (54,6%) foram contratados com o setor empresarial e R\$ 791,5 milhões (45,4%) com o setor rural.

8.2.9. Índice de Tempo Médio de Contratação (ITM)

No 1º semestre de 2010, verificou-se o mesmo resultado apresentado no exercício de 2009, ou seja, o tempo médio de contratação de operações rurais foi de 22 dias e de operações empresariais de 31 dias. Com isso, o tempo médio de contratação apurado no período foi de 28 dias.

8.2.10. Índice de Originação de Demanda (IOD)

A demanda originada passou de R\$ 1.078,5 milhões no 1º semestre de 2009 para R\$ 2.512,5 milhões no 1º semestre de 2010, o que representa um incremento de 133,0%, percentual superior à meta estabelecida pelo Condrel/FCO de 11,0%.

À vista dos resultados registrados nos itens 8.2.1 a 8.2.10 acima, caberia recomendar ao Banco desenvolver ações com vistas ao cumprimento das metas estabelecidas nas alíneas “a”, “b”, “d”, “f”, “g” (DF e MS) e “h” (Empresarial) da Resolução Condrel/FCO n.º 383, de 04.03.2010.

9. ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES, ORIENTAÇÕES GERAIS E PRIORIDADES

Conforme já foi mencionado, o Ministério da Integração Nacional, conforme atribuição prevista no art. 14-A da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, incluído pela Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, estabeleceu, por meio da Portaria n.º 369, de 03.09.2009, as diretrizes e orientações gerais para a formulação da proposta de Programação do FCO para 2010.

O Banco do Brasil S.A., por sua vez, formulou a proposta de Programação em consonância não só com as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo MI em sua Portaria n.º 369, mas também com as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei n.º 7.827, a Política Nacional de

Desenvolvimento Regional (PNDR), o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PDCO) e as contribuições dos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal (CDE).

A referida proposta foi aprovada pelo Conselho Deliberativo do Fundo (Condel/FCO), por meio da Resolução n.º 379, de 11.12.2009, com base nas atribuições previstas nos incisos I e II do art. 14 da Lei n.º 7.827.

Por fim, o Condel/FCO, em conformidade com o art. 14, inciso I, da Lei n.º 7.827, e o art. 10 da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, estabeleceu, por meio também da Resolução n.º 379, ou seja, por ocasião da aprovação da proposta de Programação, as prioridades para a aplicação dos recursos do Fundo no exercício de 2010.

As ações desenvolvidas para atendimento dessas prioridades e os resultados alcançados no 1º semestre de 2010 encontram-se comentados a seguir:

9.1. Prioridades Gerais

- a) **projetos de apoio à agricultura familiar, incluídos os beneficiários da Política de Reforma Agrária, aos mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas, suas cooperativas e associações:**

No 1º semestre de 2010, as contratações com mini, micro e pequenos tomadores atingiram o montante de R\$ 881,3 milhões (R\$ 395,3 milhões no setor empresarial e R\$ 486,0 milhões no setor rural), o que representa 32,9% do montante de recursos previstos (R\$ 2.676,7 milhões), 30,9% do orçamento realizado (R\$ 2.856,1 milhões) e 50,6% do total contratado na Região (R\$ 1.742,6 milhões).

Representa, ainda, um incremento de 7,6% em relação ao volume observado no 1º semestre de 2009 (R\$ 818,9 milhões).

Do montante de R\$ 881,3 milhões, R\$ 301,8 milhões foram contratados no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, o que representa um incremento de 8,5% em relação ao montante contratado no 1º semestre de 2009 (R\$ 278,2 milhões).

Ainda do montante de R\$ 881,3 milhões, R\$ 24,0 milhões foram contratados no âmbito do Pronaf – Reforma Agrária. Qualquer incremento nesse número depende de ações em etapas nas quais o Banco e o Ministério da Integração Nacional não têm participação (criação dos assentamentos, escolha dos colonos, emissão das Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP, elaboração dos projetos etc.). Além disso, as demandas ao amparo do Pronaf – RA, originadas pelos órgãos competentes (Incra e Unidades Técnicas Estaduais – UTE's), que se enquadram nas normas regulamentares, são integralmente atendidas pelo Banco.

Já a quantidade de operações com mini, micro e pequenos tomadores atingiu 28.074, o que representa 95,0% da quantidade de operações contratadas no período (29.561).

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Qtde.	Valor
28.074	R\$ 881,3 milhões

- b) **projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária que contribuam para a dinamização do mercado local:**

De acordo com os dados informados pelos proponentes dos projetos financiados com recursos do FCO, estima-se em 201,6 mil o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região (75,8 mil diretos e 125,8 mil indiretos), no 1º semestre de 2010.

Merecem destaque os Estados de Goiás e Mato Grosso, onde foram gerados e/ou mantidos 72,5 mil e 70,5 mil, respectivamente (70,9% do total de empregos gerados e/ou mantidos na Região).

Se considerado o período de 1989 a 2010 (1º semestre), o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região, em decorrência das aplicações com recursos do FCO, ultrapassa 2.820,7 mil.

Números que evidenciam o atendimento à prioridade

Qtde. de operações	Valor aplicado	Qtde. de empregos gerados e/ou mantidos
29.561	R\$ 1.742,6 milhões	201.593

No item 2.4.1.4. Diretrizes e Prioridades do Relatório de Gestão do Banco, pp. 34-36, estão relacionadas algumas operações que permitiram a geração e/ou manutenção de número relevante de empregos diretos e indiretos.

- c) **projetos voltados para a preservação e recuperação do meio ambiente, em especial, para reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas:**

Criada com o objetivo de incentivar projetos voltados à conservação e à proteção do meio ambiente, à recuperação de áreas degradadas ou alteradas e ao desenvolvimento de atividades sustentáveis, a Linha de Financiamento de Conservação da Natureza teve, no 1º semestre de 2010, R\$ 17,0 milhões de recursos contratados, o que representa decréscimo de 99,6% em relação ao observado no 1º semestre de 2009 (R\$ 48,2 milhões).

O Estado de MS liderou em volume de contratações com R\$ 8,2 milhões, equivalentes a 48,2% do montante observado na Região, seguido do Estado de GO com R\$ 6,5 milhões (38,2%).

Já o Estado de GO liderou em quantidade de contratações, com 43 ou 58,9% do total (73), seguido do Estado de MS com 20 ou 27,4%.

Cabe registrar que a prioridade dos produtores rurais em conduzir empreendimentos que gerem receitas em curto prazo vem dificultando o incremento das contratações no âmbito da Linha.

Não obstante, o Banco do Brasil, o Governo Federal e os Governos do DF e dos Estados vêm envidando esforços no sentido de atender à presente prioridade, bem como à recomendação do Condel de incrementar os financiamentos no âmbito da Linha (Resoluções n.º 378 e 388, de 10.12.2009 e 29.06.2010, respectivamente). Dentre as ações desenvolvidas, destaca-se a alteração das condições da Linha, admitindo o financiamento dos serviços e custos relacionados à regularização ambiental dos imóveis rurais (Resolução n.º 387, de 04.03.2010).

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Qtde.	Valor
73	R\$ 17,0 milhões

- d) **projetos que utilizam tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário:**

No item 2.4.1.4. Diretrizes e Prioridades do Relatório de Gestão do Banco, pp. 37-38, estão relacionadas algumas operações que evidenciam o atendimento à prioridade em tela.

9.2. Prioridades Setoriais

- a) **projetos voltados para a industrialização e/ou beneficiamento de matérias-primas, commodities e produtos primários produzidos na Região:**

No item 2.4.1.4. Diretrizes e Prioridades do Relatório de Gestão do Banco, pp. 38-39, estão relacionadas algumas operações que evidenciam o atendimento à prioridade em tela.

- b) **turismo em suas diversas modalidades, especialmente os projetos para implantação, expansão e modernização de empreendimentos turísticos nas cidades-sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e áreas de influência:**

No 1º semestre de 2010, foram contratados R\$ 67,4 milhões no âmbito da Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional, o que representa um incremento de 27,1% em relação ao observado no mesmo período do exercício anterior (R\$ 53,0 milhões).

Do montante de R\$ 67,4 milhões, R\$ 63,6 milhões (94,4%) foram aplicados junto a micro e pequenas empresas.

O Estado de GO liderou em volume de contratações com R\$ 23,8 milhões, equivalentes a 35,3% do montante observado na Região (R\$ 67,4 milhões), e em número de contratações com 430, correspondentes a 32,8% do total (1.310).

Cabe registrar que o Conselho Deliberativo do Fundo – Condel/FCO, com o objetivo de incrementar ainda mais as contratações no âmbito da Linha, especialmente nas cidades-sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014, aprovou, por meio da Resolução n.º 379, de 11.12.2009, o seguinte:

- a priorização do turismo em suas diversas modalidades, especialmente dos projetos para implantação, expansão e modernização de empreendimentos turísticos nas cidades-sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e áreas de influência;
- a ampliação da assistência máxima de R\$ 10 milhões para R\$ 100 milhões no caso de financiamentos a empreendimentos turísticos nas cidades-sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e áreas de influência;
- a ampliação do público-alvo: meios de hospedagem; agências de turismo; organizadoras de eventos; parques temáticos; acampamentos turísticos; restaurantes, cafeterias, bares e similares; centros de convenções; parques aquáticos; empreendimentos dotados de equipamentos de entretenimento e lazer; estruturas de apoio ao turismo náutico; casas de espetáculos/ equipamentos de animação turística;

- prestadoras de serviços de infraestrutura para eventos; e prestadoras especializadas em segmentos turísticos; e
- a ampliação do prazo no caso de financiamentos a meios de hospedagem de até 15 anos para até 20 anos.

As informações registradas acima evidenciam o atendimento da prioridade em tela, bem como da recomendação do Condel, constante das Resoluções n.º 378 e 388, de 10.12.2009 e 29.06.2010, respectivamente, de incrementar os financiamentos no âmbito da Linha.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Qtde.	Valor
1.310	R\$ 67,4 milhões

c) projetos dos setores previstos na Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MPE e para MGE:

No 1º semestre de 2010, foram contratadas 3 operações no montante de R\$ 68,4 milhões ao amparo da Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica, todas no Estado de MT.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Qtde.	Valor
3	R\$ 68,4 milhões

d) recursos naturais: recuperação de áreas degradadas e em degradação, no conceito de microbacias hidrográficas; conservação e correção do solo; recuperação, renovação e manejo de pastagens:

Vide item “9.1. Prioridades Gerais”, alínea “c” retro.

e) projetos agropecuários de produção integrada (aviários e outros):

Destinada a financiar empreendimentos de implantação, ampliação ou modernização de atividades conduzidas em regime de integração, cujo processo produtivo esteja direcionado às necessidades da unidade integradora, a Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir teve, no 1º semestre de 2010, R\$ 8,1 milhões de recursos contratados, sendo R\$ 6,8 milhões em MS e R\$ 1,3 milhão em MT.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Qtde.	Valor
6	R\$ 8,1 milhões

No item 2.4.1.4. Diretrizes e Prioridades do Relatório de Gestão do Banco, pp. 41-42, estão relacionadas algumas operações que evidenciam o atendimento à prioridade em tela.

f) projetos de exploração de culturas permanentes e de florestamento e reflorestamento:

Vide item “9.1. Prioridades Gerais”, alínea “c” retro.

- g) empreendimentos dos setores de saúde, indústrias gráficas e de Tecnologia da Informação e Comunicação:

No item 2.4.1.4. Diretrizes e Prioridades do Relatório de Gestão do Banco, pp. 43-45, estão relacionadas algumas operações que evidenciam o atendimento à prioridade em tela.

9.3. Prioridades Espaciais

- a) projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais, sobretudo os estruturantes e os vinculados a arranjos produtivos locais, nas seguintes áreas:
- de menor nível de desenvolvimento, com indicadores sociais e econômicos abaixo da média da Região, segundo os critérios da PNDR;
 - de fronteiras com países limítrofes, vulneráveis do ponto de vista econômico, social e ambiental, em especial na cidade de Ponta Porã (MS);
 - estagnadas ou com problemas de declínio das atividades econômicas; e
 - potencialmente dinâmicas ou com vantagens potenciais inexploradas.

As aplicações em municípios de economia estagnada ou dinâmica saltaram de R\$ 803,0 milhões no 1º semestre de 2009 para R\$ 985,7 milhões no 1º semestre de 2010, o que representa um incremento de 22,8%.

Já as aplicações em municípios da Faixa de Fronteira saltaram de R\$ 216,2 milhões no 1º semestre de 2009 para R\$ 433,9 milhões no 1º semestre de 2010, o que representa um incremento de 100,7%. Desse montante, R\$ 6,7 milhões foram contratados no município de Ponta Porã (MS).

Dentre as principais ações que influenciaram esse desempenho, podem ser citadas a expansão da estratégia de negócios do Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS pelo Banco do Brasil aos beneficiários do FCO e os Seminários FCO Itinerante.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Espaços Prioritários	Qtde.	Valor
Municípios de economia estagnada ou dinâmica	18.104	R\$ 985,7 milhões
Municípios da Faixa de Fronteira	4.826	R\$ 433,9 milhões
Município de Ponta Porã (MS)	203	R\$ 6,7 milhões

- b) financiamentos de projetos localizados na Mesorregião de Águas Emendadas e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE (exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários dos recursos do FCO):

As contratações na Mesorregião de Águas Emendadas atingiram R\$ 159,5 milhões em 4.251 operações no 1º semestre de 2010, o que representa 73,2% do previsto para o exercício (R\$ 217,8 milhões) e um incremento de 16,6% em relação ao observado no 1º semestre de 2009 (R\$ 136,8 milhões).

Desses R\$ 159,5 milhões, R\$ 123,9 milhões (77,7%) foram contratados com produtores rurais, ratificando a forte vocação da Região Centro-Oeste para o Agronegócio, e R\$ 129,3 milhões

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2010

(81,1%) foram contratados com tomadores de menor porte, atendendo, assim, à prioridade estabelecida pelo Condel.

Na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (exceto nos municípios localizados no Estado de Minas Gerais), foram formalizadas 1.894 operações no montante de R\$ 146,6 milhões. Desse montante, 1.088 operações no valor de R\$ 106,8 milhões beneficiaram o DF e 806 operações no valor de R\$ 39,8 milhões beneficiaram o Entorno.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Espaços Prioritários	Qtde.	Valor
Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas	4.251	R\$ 159,5 milhões
Municípios da RIDE (DF e Entorno)	1.894	R\$ 146,6 milhões

10. SITUAÇÃO DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS

10.1. Saldo de Financiamentos por UF, Porte, Setor e Linha

A carteira de financiamentos do FCO registrou, em 30.06.2010, saldo de R\$ 11.524,7 milhões, o que representa incremento de 4,8% em relação ao observado em 30.06.2009 (R\$ 11.002,0 milhões):

Tabela 26: Saldo de Financiamentos por UF, Porte, Setor e Linha

	DF	GO	MS	MT	Região
Mini, Micro e Pequenos Tomadores					
FCO Empresarial	236.682	474.253	315.277	356.960	1.383.172
Industrial	37.070	116.139	40.228	55.324	248.760
Infraestrutura	393	1.409	1.632	4.640	8.073
Turismo	23.854	47.653	51.611	48.631	171.749
Comércio e Serviços	175.366	309.053	221.806	248.365	954.590
FCO Rural	154.200	1.376.384	566.391	1.236.883	3.333.858
Pronaf-RA e Pronaf Demais	42.008	772.047	235.643	875.132	1.924.831
Demais Rurais	112.192	604.337	330.748	361.751	1.409.027
Subtotal	390.882	1.850.637	881.668	1.593.843	4.717.030
Médios e Grandes Tomadores					
FCO Empresarial	331.395	770.274	532.861	673.158	2.307.687
Industrial	100.055	556.473	435.119	404.099	1.495.746
Infraestrutura	96.912	63.711	38.949	184.272	383.844
Turismo	7.387	9.791	6.900	12.003	36.080
Comércio e Serviços	127.041	140.299	51.893	72.784	392.017
FCO Rural	220.761	1.681.812	1.212.488	1.384.886	4.499.946
Subtotal	552.156	2.452.085	1.745.348	2.058.044	6.807.633
Resumo Geral					
FCO Empresarial	568.077	1.244.527	848.137	1.030.118	3.690.859
Industrial	137.125	672.612	475.346	459.423	1.744.506
Infraestrutura	97.305	65.119	40.581	188.912	391.917
Turismo	31.241	57.444	58.510	60.634	207.829
Comércio e Serviços	302.406	449.352	273.699	321.149	1.346.606
FCO Rural	374.961	3.058.196	1.778.879	2.621.769	7.833.804
Pronaf-RA e Pronaf Demais	42.008	772.047	235.643	875.132	1.924.831
Demais Rurais	332.953	2.286.148	1.543.235	1.746.637	5.908.973
Total	943.038	4.302.723	2.627.016	3.651.887	11.524.663

Posição: 30.06.2010

Fonte: Relatório de Gestão do BB, pp. 79-80.

A carteira de financiamentos rurais atingiu o montante de R\$ 7.833,8 milhões, o que representa 68,0% do total (R\$ 11.524,7 milhões) e incremento de 0,9% em relação à posição registrada em 30.06.2009 (R\$ 7.766,1 milhões). A carteira de financiamentos empresariais, por sua vez, atingiu o montante de R\$ 3.690,9 milhões, o que representa 32,0% do total e incremento superior a 14,0% em relação à posição registrada em 30.06.2009 (R\$ 3.235,9 milhões).

O saldo de financiamentos com mini, micro e pequenos tomadores alcançou R\$ R\$ 4.717,0 milhões, correspondentes a 40,9% do saldo total (R\$ 11.524,7 milhões), enquanto o saldo com médios e grandes tomadores totalizou R\$ 6.807,7 milhões, correspondentes a 59,1% do total.

O Estado de Goiás manteve-se na liderança, com saldo de R\$ 4.302,7 milhões (37,3%), seguido do Estado de Mato Grosso com R\$ 3.651,9 milhões (31,7%), do Estado de Mato Grosso do Sul com R\$ 2.627,0 milhões (22,8%) e do Distrito Federal com R\$ 943,1 milhões (8,2%).

10.2. Saldo dos Financiamentos Alongados nos termos das Leis n.º 9.138 e 10.437

O saldo dos financiamentos alongados nos termos das Leis n.º 9.138, de 29.11.1995, e 10.437, de 25.04.2002 (Securitização I e II) totalizou R\$ 236,0 milhões em 30.06.2010, sendo R\$ 61,3 milhões no DF, R\$ 64,3 milhões em GO, R\$ 51,8 milhões em MS e R\$ 58,6 milhões em MT.

10.3. Saldo dos Financiamentos Renegociados no âmbito do PESA

Aos titulares de operações rurais contratadas até 20.06.1995, em qualquer situação, ou contratadas entre 20.06.1995 e 31.12.1997, sujeitas a encargos financeiros pós-fixados, foi facultado renegociar os débitos nos moldes da Resolução CMN/Bacen n.º 2.471, de 26.02.1998, alternativamente às condições previstas no art. 3º da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001.

Trata-se de renegociação ao amparo do Programa Especial de Saneamento dos Ativos (PESA), em que o mutuário adquire Certificados do Tesouro Nacional (CTN) e os oferece ao Banco credor como garantia de pagamento da dívida renegociada.

No final do 1º semestre de 2010, o saldo dos financiamentos renegociados ao abrigo do PESA totalizou R\$ 58,7 milhões, sendo R\$ 4,3 milhões no DF, R\$ 19,8 milhões em GO, R\$ 7,1 milhões em MS e R\$ 27,5 milhões em MT.

10.4. Saldo dos Financiamentos Renegociados nos termos da Lei n.º 10.177

A Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, autorizou a renegociação, prorrogação e composição das dívidas em estoque contratadas até 31.12.1998, com substituição dos encargos financeiros pelas novas taxas de juros prefixadas.

A Lei autorizou que fossem acrescidos até 10 anos ao prazo final das operações, estabelecendo-se novo esquema de amortização de acordo com a capacidade de pagamento do devedor. O prazo para formalização das renegociações estendeu-se até 30.10.2003, conforme art. 11 da Lei n.º 10.696, de 02.07.2003, regulamentada pela Resolução CMN/Bacen n.º 3.115, de 31.07.2003.

No final do 1º semestre de 2010, o saldo dos financiamentos renegociados ao amparo da Lei n.º 10.177 totalizou R\$ 116,5 milhões, sendo R\$ 15,6 milhões no DF, R\$ 46,6 milhões em GO, R\$ 17,4 milhões em MS e R\$ 36,9 milhões em MT.

Relativamente ao setor, o saldo ficou assim distribuído: R\$ 102,4 milhões do setor rural e R\$ 14,1 milhões do setor empresarial. Relativamente ao porte dos mutuários, o saldo ficou assim: R\$ 82,0 milhões de médios e grandes tomadores e R\$ 34,5 milhões de mini, micro e pequenos tomadores.

10.5. Prorrogações concedidas no 1º semestre de 2010

No 1º semestre de 2010, foram prorrogadas 7.821 operações rurais no valor de R\$ 433,8 milhões e 6 empresariais no valor de R\$ 1,6 milhão, com base na autorização concedida pelo Condel/FCO no âmbito da Programação do FCO para 2010, aprovada pela Resolução n.º 379, de 11.12.2009.

10.6. Saldo de Financiamentos por Encargos Pactuados

Conforme mencionado anteriormente, a carteira de financiamentos do FCO registrou, em 30.06.2010, saldo de R\$ 11.524,7 milhões. A segregação desse montante por encargos pactuados encontra-se na tabela abaixo:

Tabela 27: Saldo de Financiamentos por Encargos Financeiros

R\$ Mil		
Encargo Pactuado	Qtde.	Valor
2,00% a.a.	103.105	1.130.375
5,00% a.a.	67.715	1.082.230
6,75% a.a.	20.664	795.918
7,25% a.a.	17.653	2.232.156
8,25% a.a.	28.985	1.582.418
8,50% a.a.	2.964	1.624.650
9,50% a.a.	2.583	769.439
10,00% a.a.	1.217	1.746.238
Comissão de Permanência	14.377	153.864
FTRD	-	-
IGPDI + 8,00% a.a.	4	212
TJLP	4.297	29.947
TJLP + 6,00% a.a.	13	389
TRD	-	-
VPM + 3,00% a.a.	19.839	376.700
IGPM	3	127
Total	283.419	11.524.663

Posição: 30.06.2010

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 84.

10.7. Saldo de Financiamentos por Risco Operacional

Com a edição da Medida Provisória n.º 2.196, de 24.08.2001, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, o risco operacional das operações contratadas até 30.11.1998 foi transferido para o FCO e o *del credere* do agente financeiro foi reduzido para 0,0% a.a.

Ademais, a Medida Provisória permitiu o repasse dos recursos do FCO ao próprio banco administrador, possibilitando-lhe realizar as operações, a partir de 01.07.2001, em nome próprio e com seu risco exclusivo, com *del credere* de 6,0% a.a.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)

Relatório de Gestão 1º Semestre de 2010

Com isso, a carteira de financiamentos do Fundo passou a apresentar 4 (quatro) grupamentos de risco operacional, a saber:

- contratações até 30.11.1998: risco 100% do FCO;
- contratações entre 01.12.1998 e 30.06.2001: risco compartilhado (100% do FCO e 100% do Banco);
- contratações a partir de 01.07.2001: risco 100% ou exclusivo do Banco; e
- contratações no âmbito do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária (Papra): risco de terceiros/do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera).

A tabela a seguir apresenta o saldo de financiamentos por risco operacional:

Tabela 28: Saldo de Financiamentos por Risco Operacional

R\$ Mil			
Risco Operacional	% de Risco	Saldo	% de Participação
BB	100%	10.329.665	89,6
Compartilhado	50%	92.243	0,8
FCO	100%	1.023.502	8,9
Procera	100%	79.252	0,7
Total		11.524.663	100,0

Posição: 30.06.2010

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 85.

10.7.1. Risco 100% ou exclusivo do Banco do Brasil

Diante da prerrogativa criada pela Medida Provisória n.º 2.196, de 24.08.2001, o Banco do Brasil passou a considerar os recursos do FCO que lhes são repassados desde 01.07.2001 como Patrimônio de Referência de Nível II (PR de Nível II). Em consequência, passou a assumir 100% do risco das operações contratadas a partir dessa data.

No final do 1º semestre de 2010, o saldo de financiamentos com risco 100% ou exclusivo do Banco atingiu R\$ 10.329,7 milhões:

Tabela 29: Saldo de Financiamentos com risco 100% ou exclusivo do Banco do Brasil

R\$ Mil					
Setor/Linha	DF	GO	MS	MT	Região
Empresarial	562.970	1.229.802	841.390	1.027.276	3.661.438
Industrial	132.142	659.711	471.147	456.842	1.719.842
Infraestrutura	97.305	65.119	40.237	188.912	391.573
Turismo	31.116	55.620	56.307	60.374	203.417
Comércio e Serviços	302.406	449.352	273.699	321.149	1.346.606
Rural	262.734	2.806.363	1.564.756	2.034.374	6.668.227
Pronaf	29.672	696.089	129.473	496.365	1.351.599
Demais Rurais	233.062	2.110.274	1.435.283	1.538.009	5.316.628
Total	825.704	4.036.165	2.406.146	3.061.651	10.329.665

Posição: 30.06.2010

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 85.

10.7.2. Risco Compartilhado

Por força do disposto no art. 6º da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, o risco das operações contratadas a partir de 01.12.1998 passou a ser compartilhado com o Fundo, à razão de 50%, e o *del credere* do agente financeiro foi reduzido para 3,0% a.a.

O saldo de financiamentos com risco compartilhado totalizou, em 30.06.2010, R\$ 92,2 milhões, conforme tabela a seguir:

Tabela 30: Saldo de Financiamentos com risco compartilhado

R\$ Mil

Sector/Linha	DF	GO	MS	MT	Região
Empresarial	637	3.238	585	33	4.493
Industrial	512	1.843	542	10	2.907
Infraestrutura	-	-	16	-	16
Turismo	125	1.396	26	23	1.570
Comércio e Serviços	-	-	-	-	-
Rural	6.194	44.477	11.978	25.101	87.750
Pronaf	18	104	6	131	259
Demais Rurais	6.176	44.373	11.973	24.970	87.492
Total	6.831	47.716	12.563	25.133	92.243

Posição: 30.06.2010

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 86.

10.7.3. Risco 100% ou integral do Fundo

Por força do disposto na Medida Provisória n.º 2.196, de 24.08.2001, o risco das operações contratadas até 30.11.1998³ e das contratadas no âmbito do Pronaf – Reforma Agrária é 100% ou integral do FCO.

No final de junho de 2010, o saldo de financiamentos com 100% ou integral do Fundo totalizou R\$ 1.023,5 milhões, conforme tabela a seguir:

Tabela 31: Saldo de Financiamentos com risco 100% ou integral do Fundo

R\$ Mil

Sector/Linha	DF	GO	MS	MT	Região
Empresarial	4.470	11.487	6.162	2.809	24.928
Industrial	4.470	11.058	3.657	2.572	21.757
Infraestrutura	-	-	328	0	328
Turismo	-	429	2.177	237	2.842
Comércio e Serviços	-	-	-	-	-
Rural	100.998	202.040	182.382	513.154	998.574
Pronaf-RA	8.799	50.146	73.031	285.357	417.333
Pronaf Demais	3.519	25.709	33.134	93.278	155.640
Demais Rurais	88.679	126.186	76.217	134.519	425.602
Total	105.468	213.527	188.544	515.963	1.023.502

Posição: 30.06.2010

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 86.

³ Exceto as operações realizadas ao abrigo do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária (Papa), cujo risco é do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera).

Do total de R\$ 1.023,5 milhões, R\$ 294,7 milhões representam os saldos das operações alongadas nos termos das Leis n.º 9.138, de 29.11.1995, e 10.437, de 25.04.2002, e das renegociadas no âmbito do Programa Especial de Saneamento dos Ativos (PESA).

10.7.4. Risco de Terceiros

Em 30.06.2010, o saldo de financiamentos das operações contratadas no âmbito do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária (Papra), com risco do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera)⁴, totalizou R\$ 79,3 milhões.

10.8. Saldo de Financiamentos da Reforma Agrária

O art. 7º da Lei n.º 9.126, de 10.11.1995, com a redação dada pela Lei n.º 12.249, de 11.06.2010, estabelece que o banco administrador destine 10% dos recursos do Fundo para financiamento a assentados e a colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), bem como a beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, instituído pela Lei Complementar n.º 93, de 04.02.1998.

O §§ 1º e 2º do referido dispositivo dispõem que os contratos de financiamento de projetos de estruturação inicial e complementar dos assentados, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária serão realizados com risco para o Fundo Constitucional, observadas as condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Com o advento da Resolução CMN/Bacen n.º 2.629, de 10.08.1999, esse público-alvo passou a ser assistido com recursos do FCO ao abrigo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – Grupo “A”, com risco para o Fundo.

Anteriormente à edição da Resolução, os financiamentos eram realizados ao amparo do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária (Papra), com risco do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera).

A carteira de financiamentos dos programas oficiais de reforma agrária encerrou o 1º semestre de 2010 com saldo na ordem de R\$ 496,6 milhões, sendo R\$ 79,3 milhões com o Papra e R\$ 417,3 milhões com o Pronaf – Reforma Agrária.

10.9. Saldos de Financiamentos Vincendos e Vencidos – Índices de Inadimplência

No final do 1º semestre de 2010, o saldo da carteira de financiamentos do FCO atingiu R\$ 11.524,7 milhões, sendo R\$ 11.162,6 milhões de parcelas vincendas e R\$ 362,1 milhões de parcelas vencidas.

Conseqüentemente, o índice de inadimplência (relação entre o saldo das parcelas vencidas e o saldo da carteira) atingiu 3,14%, inferior ao observado no final do 1º semestre de 2009 de 3,62%.

A tabela abaixo apresenta os saldos de financiamentos do FCO vincendos e vencidos e, por conseguinte, os índices de inadimplência por UF, setor e risco operacional:

8

⁴ Portaria Interministerial n.º 218, de 27.08.1992.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2010

Tabela 32: Saldos de Financiamentos Vincendos e Vencidos - Índices de Inadimplência
Comparativo 1º Semestre de 2009 X 1º Semestre de 2010

R\$ Mil

UF	1º semestre de 2009				1º semestre de 2010			
	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.
DF	946.227	55.559	1.001.786	5,55	887.567	55.471	943.038	5,88
GO	4.253.893	86.305	4.340.198	1,99	4.232.263	70.460	4.302.723	1,64
MS	2.250.719	74.680	2.325.399	3,21	2.558.656	68.359	2.627.015	2,60
MT	3.152.459	182.188	3.334.647	5,46	3.484.079	167.808	3.651.887	4,60
Total	10.603.299	398.732	11.002.031	3,62	11.162.565	362.098	11.524.663	3,14

Setor	1º semestre de 2009				1º semestre de 2010			
	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.
Empresarial	3.216.212	19.693	3.235.905	0,61	3.663.037	27.822	3.690.859	0,75
Rural	7.387.087	379.039	7.766.126	4,88	7.499.528	334.276	7.833.804	4,27
Total	10.603.299	398.732	11.002.031	3,62	11.162.565	362.098	11.524.663	3,14

Risco	1º semestre de 2009				1º semestre de 2010			
	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.
BB	9.571.833	147.126	9.718.959	1,51	10.252.482	77.183	10.329.665	0,75
Compartilhado	133.089	8.025	141.114	5,69	89.110	3.133	92.243	3,40
FCO	854.052	207.581	1.061.633	19,55	783.617	239.886	1.023.502	23,44
Procera	44.325	36.000	80.325	44,82	37.356	41.896	79.252	52,86
Total	10.603.299	398.732	11.002.031	3,62	11.162.565	362.098	11.524.663	3,14

Posição: 30.06.2010

Fonte: Relatórios de Gestão do BB referentes ao 1º Semestre de 2009 (pp. 61-64) e ao 1º Semestre de 2010 (pp. 87-90).

Para alcançar esse desempenho, o Banco do Brasil possui uma Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais, para atuar exclusivamente na condução, cobrança e recuperação de créditos e evitar o crescimento do índice de inadimplência das operações realizadas, além de desenvolver ações para reduzi-lo ainda mais.

Algumas ações em desenvolvimento para garantir o retorno dos recursos aplicados e reduzir o índice de inadimplência do FCO são: a intensificação da cobrança de dívidas de menor valor pela Central de Atendimento – CABB; a utilização pelas Agências de ferramenta que permite a identificação e o gerenciamento do atraso por cliente; e o esforço adicional na utilização de empresas de cobrança terceirizadas.

A tabela a seguir apresenta os saldos de financiamentos vencidos por tempo de atraso:

Tabela 33: Saldos de Financiamentos Vencidos por Tempo de Atraso

R\$ Mil

Faixa de Vencimento	Saldo Vencido	% de Participação
01 a 30 dias	14.956	4,1
31 a 60 dias	14.471	4,0
61 a 90 dias	10.384	2,9
91 a 120 dias	4.188	1,2
121 a 150 dias	13.407	3,7
151 a 180 dias	5.948	1,6
Vencido acima de 180 dias	298.745	82,5
Total	362.098	100,0

Posição: 30.06.2010

Fonte: Relatório de Gestão do BB. p. 89.

11. OUTROS ASPECTOS

11.1. Situação dos Recursos

O volume de recursos do FCO atingiu, em 30.06.2010, R\$ 13.078,2 milhões, sendo R\$ 11.524,7 milhões de saldo de financiamentos e R\$ 1.553,5 milhões de disponibilidades:

Tabela 34: Situação dos Recursos por UF

R\$ Mil

	DF	GO	MS	MT	Região
1. Recursos	1.404.349	4.630.556	2.998.590	4.044.695	13.078.190
2. Saldo de Financiamentos	931.487	4.308.433	2.627.226	3.657.517	11.524.663
3. Disponibilidades Financeiras (1-2)	472.862	322.123	371.364	387.178	1.553.527
4. Parcelas a liberar	25.491	89.668	51.953	103.392	270.504
5. Disponibilidades Orçamentárias (3-4)	447.371	232.455	319.411	283.786	1.283.023

Posição: 30.06.2010

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 78.

Desse montante de R\$ 1.553,5 milhões, R\$ 270,5 milhões estavam comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas até 30.06.2010.

11.2. Remuneração dos Recursos Disponíveis

Enquanto não desembolsados pelo Banco, os saldos diários dos recursos do Fundo devem ser remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme art. 4º da Lei n.º 9.126, de 10.11.1995, com a redação dada pela Lei n.º 10.177, de 12.01.2001.

No 1º semestre de 2010, o Banco do Brasil creditou ao Fundo o montante de R\$ 59,2 milhões, correspondentes à referida remuneração.

11.3. Remuneração dos Recursos Aplicados

Os recursos do FCO, desembolsados pelo agente financeiro, são remunerados pelos encargos pactuados com os devedores, excluído o *del credere* correspondente, na forma do art. 2º da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001.

No período em exame, foram creditados ao FCO R\$ 123,2 milhões.

11.4. Remuneração do Banco Operador

A título de *del credere*, o Banco do Brasil recebeu, no 1º semestre de 2010, o valor de R\$ 264,7 milhões, na forma do § 2º do art. 1º da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, e do inciso II do § 4º do art. 9º-A da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, incluído pela Medida Provisória n.º 2.196-3, de 24.08.2001.

11.5. Remuneração do Banco Administrador

Conforme disposto no art. 13 da Medida Provisória n.º 2.199-14, de 24.08.2001, os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento fazem jus à taxa de administração de 3,0% a.a. sobre o patrimônio líquido dos respectivos Fundos, apropriada mensalmente e

limitada em cada exercício a 20,0% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional.

A Medida Provisória n.º 2.196-3, de 24.08.2001, por sua vez, ao incluir o art. 9º-A na Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, facultou aos bancos administradores a utilização dos recursos dos respectivos Fundos como próprios, com o que as operações seriam realizadas com risco exclusivo do banco e os valores utilizados seriam deduzidos do Patrimônio Líquido do Fundo, para efeito do cálculo da taxa de administração (art. 9º-A, *caput* e § 11).

Uma vez que o Banco do Brasil optou por utilizar os recursos do FCO como Patrimônio de Referência de Nível II (PR de Nível II), não se observou, no período em análise, despesa com o pagamento de taxa de administração.

11.6. Rebates e Bônus de Adimplência

No 1º semestre de 2010, foram concedidos aos beneficiários que pagaram em dia suas prestações/parcelas, a título de rebates sobre os encargos financeiros ou bônus de adimplência, os valores correspondentes a R\$ 6,6 milhões e R\$ 39,4 milhões, respectivamente.

11.7. Operações Levadas a Perda ou Prejuízo

No 1º semestre de 2010, foram transferidos para perdas R\$ 414,1 milhões, sendo R\$ 406,1 milhões assumidos pelo Banco do Brasil e R\$ 8,0 milhões debitados ao FCO. Esse montante foi superior ao observado no 1º semestre de 2009, quando foram transferidos para perdas R\$ 107,1 milhões, sendo R\$ 100,2 milhões assumidos pelo Banco e R\$ 6,9 milhões debitados ao FCO:

Tabela 35: Operações Levadas a Perda ou Prejuízo

R\$ Mil			
Risco Operacional	Saldo transferido	Saldo assumido pelo BB	Saldo assumido pelo FCO
BB	402.561	402.561	-
Compartilhado	7.059	3.530	3.530
FCO	4.462	-	4.462
Total	414.082	406.090	7.992

Posição: 30.06.2010

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 92.

No mesmo período, foram recuperados R\$ 9,7 milhões, referentes a operações de risco 100% ou integral do Fundo e a operações de risco compartilhado. Esse desempenho foi melhor que o observado no 1º semestre de 2009, quando foram recuperados R\$ 4,6 milhões.

11.8. Patrimônio Líquido

Em 30.06.2010, o Patrimônio Líquido do FCO atingiu o montante de R\$ 12.482,4 milhões, o que representa um incremento de 14,9% em relação ao observado em 30.06.2009 (R\$ 10.859,5 milhões):

Tabela 36: Evolução do Patrimônio Líquido do FCO - 2001 a 2010

R\$ Mil	
Mês/Ano	Valor
jun/01	2.719,1
jun/02	3.388,5

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)

Relatório de Gestão - 1º Semestre de 2010

jun/03	4.111,0
jun/04	4.847,9
jun/05	6.043,7
jun/06	6.929,5
jun/07	8.063,6
jun/08	9.498,1
jun/09	10.859,5
jun/10	12.482,4

Posição: 30.06.2010

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 90.

O Patrimônio Líquido corresponde ao saldo do exercício anterior (R\$ 9.589,1 milhões) acrescido das transferências do Tesouro Nacional (R\$ 707,0 milhões) e do superávit do período (R\$ 2.186,3 milhões).

11.9. Operações Ajuizadas

Em 30.06.2010, a carteira de financiamentos do FCO possuía 240,0 mil operações “em ser”. No 1º semestre de 2010, foram ajuizadas pela Diretoria Jurídica do Banco do Brasil 127 operações no valor de R\$ 37,0 milhões.

11.10. Fiscalização, Controle e Auditoria

11.10.1. Fiscalização

São objeto de fiscalização obrigatória do crédito rural, observados os critérios mínimos fixados pelo Banco Central do Brasil, todas as operações rurais “em ser” deferidas ao mesmo mutuário, quando a soma dos valores contratados ultrapassar R\$ 170 mil.

Quanto ao FCO empresarial, a fiscalização deve seguir as normas gerais de crédito do Banco do Brasil, ou seja, é obrigatória para operações de investimento e aquisição de bens, de valor igual ou superior a R\$ 90 mil, e dispensada para operações de capital de giro e de prestação de garantia sem vinculação de garantia real.

A partir de 31.03.2009, o BB implantou o controle de operações com irregularidades em banco de dados padronizado, disponibilizado às Superintendências dos Estados do Centro-Oeste.

Tendo em vista o curto prazo desde a implementação desse sistema de controle e o tempo necessário para a adoção das ações regularizadoras pelas agências, ainda não há informações consolidadas das providências adotadas para cada operação.

No 1º semestre de 2010, foram realizados 5.188 serviços de fiscalização (obrigatórios, por amostragem e mediante agendamento manual) em 4.931 operações amparadas com recursos do Fundo, tendo sido apontadas 953 irregularidades. Destas, 288 foram atendidas e/ou regularizadas e 665 não tinham sido atendidas e/ou regularizadas em 30.06.2010. A tabela abaixo apresenta as irregularidades pendentes naquela data:

Tabela 37: Irregularidades Detectadas em Serviços de Fiscalização Pendentes

Crerérrios	Rural	Empresarial	Total
Execução do Orçamento	35	11	46

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2010

Situação das Garantias	110	13	123
Atuação do Cliente	-	-	-
Aspectos Gerais	438	58	496
Total	583	82	665

Posição: 30.06.2010

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 95

A documentação e as demais informações referentes às fiscalizações efetuadas estão arquivadas nos dossiês das operações de financiamento, disponíveis nas agências do Banco do Brasil responsáveis pela sua contratação.

Esse controle é dinâmico: as ocorrências apontadas pela fiscalização são comunicadas às agências, que, por sua vez, comunicam aos mutuários e solicitam a adoção de medidas visando sanar as irregularidades. As medidas adotadas são analisadas pela Agência e informadas às Superintendências, às quais cabe a manifestação conclusiva. O arquivo é atualizado mensalmente.

11.10.2. Controle

O Fundo tem Plano Contábil próprio, criado com o objetivo de disciplinar os registros dos atos e fatos a ele inerentes. Os recursos e as aplicações são identificados em rubricas específicas do sistema contábil do Banco do Brasil.

Com a publicação da Portaria Interministerial MI/MF n.º 1C, de 15.01.2005, alterada pela Portaria Interministerial MI/MF n.º 11, de 28.12.2005, além da obrigatoriedade de elaborar a contabilidade do FCO de acordo com a Lei n.º 7.827, de 27.09.1989 (o art. 18 prevê a adoção do sistema contábil da respectiva instituição financeira federal, ou seja, da contabilidade comercial), o Banco do Brasil passou a elaborar, também, a contabilidade do Fundo em conformidade com a Lei n.º 4.320, de 17.03.1964 (dispõe sobre a contabilidade pública), utilizando o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), para registro dos dados.

11.10.3. Auditoria

Em observância aos arts. 70 e 71 da Constituição Federal, aos arts. 19 e 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e a instruções específicas, o Banco do Brasil promove:

- a) anualmente, a prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU), previamente auditada pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI) da Controladoria-Geral da União (CGU), órgão da Presidência da República (PR);
- b) mensalmente, a remessa de relatórios à SFCI/CGU/PR sobre as operações contratadas e a situação dos recursos;
- c) a publicação semestral dos balanços, devidamente auditados por empresas de auditoria independente; e
- d) a apresentação de relatório semestral circunstanciado ao Ministério da Integração Nacional e ao Conselho Deliberativo do Fundo (Condel/FCO) sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

11.11. Auditoria Externa

De acordo com o § 2º do art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, deverá ser contratada auditoria externa, às expensas do Fundo, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais estabelecidas, além do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditoria.

A empresa contratada para auditar as demonstrações contábeis do 1º semestre de 2010 foi a KPMG Auditores Independentes. Em seu Parecer de 22.10.2010, a KPMG Auditores Independentes afirma que foram examinados os balanços patrimoniais do FCO levantados em 30.06.2010 e 2009 e as respectivas demonstrações dos superávits, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes aos semestres findos naquelas datas.

Afirmou, também, que seus exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria brasileiras e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Fundo; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Por fim, a KPMG Auditores Independentes afirma que, em sua opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FCO em 30.06.2010 e 2009, os superávits de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa, correspondentes aos semestres findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

12. ANÁLISE ECONÔMICA E SOCIAL

Após a abordagem do desempenho das contratações no 1º semestre de 2010 (item 7 retro), cabe avaliar os impactos sócio-econômicos decorrentes dos financiamentos realizados no período:

Tabela 38: Empregos gerados e/ou mantidos

Setor/Linha	DF		GO		MS		MT		Região			R\$ Mil
	Diretos	Indiretos	Diretos	Indiretos	Diretos	Indiretos	Diretos	Indiretos	Diretos	Indiretos	Total	
Empresarial	3.873	5.883	7.682	12.209	5.215	7.048	11.718	19.768	28.488	44.908	73.396	
Industrial	672	985	2.698	4.447	2.483	2.859	9.010	15.684	14.863	23.975	38.838	
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	16	16	16	16	32	
Turismo	706	609	1.254	1.042	824	692	805	643	3.589	2.986	6.575	
Comércio e Serviços	2.495	4.289	3.730	6.720	1.908	3.497	1.887	3.425	10.020	17.931	27.951	
Rural	1.755	3.061	19.699	32.948	11.256	20.477	14.574	24.427	47.284	80.913	128.197	
Pronaf-RA	451	902	1.029	2.058	3.782	7.564	2.282	4.564	7.544	15.088	22.632	
Pronaf Demais	642	951	11.450	17.214	1.715	2.595	7.178	10.697	20.985	31.457	52.442	
Demais Rurais	662	1.208	7.220	13.676	5.759	10.318	5.114	9.166	18.755	34.368	53.123	
Total	5.628	8.944	27.381	45.157	16.471	27.525	26.292	44.195	75.772	125.821	201.593	

Posição: 30.06.2010

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 93.

Consoante os dados extraídos dos projetos financiados com recursos do FCO, estima-se em 201,6 mil o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região (75,8 mil diretos e 125,8 mil indiretos), no 1º semestre de 2010.

Das Unidades Federativas, merecem destaque os Estados de Goiás e Mato Grosso, onde foram gerados e/ou mantidos 72,5 mil e 70,5 mil, respectivamente (36,0% e 35,0% do total de empregos gerados e/ou mantidos na Região).

O setor rural foi responsável pela geração e/ou manutenção de 128,2 mil empregos diretos e indiretos (63,6%) e o setor empresarial por 73,4 mil (36,4%).

Considerando tão-somente a estimativa de geração de empregos diretos, a tabela abaixo apresenta o custo médio de cada emprego em relação ao volume financiado em cada UF e na Região:

Tabela 39: Valor financiado por emprego direto gerado e/ou mantido

			RS Mil
UF	Valor Financiado (a)	Qtde. de Empregos Diretos (b)	Valor Médio (a/b)
DF	146.627	5.628	26,1
GO	631.621	27.381	23,1
MS	376.795	16.471	22,9
MT	587.563	26.292	22,3
Região	1.742.606	75.772	23,0

Posição: 30.06.2010

Fonte: Relatório de Gestão do BB, p. 94.

O valor médio investido para geração e/ou manutenção de um emprego direto na Região situou-se em R\$ 23,0 mil. Por UF, a média mais elevada foi registrada no Distrito Federal (R\$ 26,1 mil), enquanto que o MT apresentou o menor valor médio por aplicação (R\$ 22,3 mil).

Se considerado o período de 1989 a 2010 (1º semestre), o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região, em decorrência das aplicações com recursos do FCO, ultrapassa 2.820,7 mil.

No que se refere à distribuição dos financiamentos, os R\$ 1.742,6 milhões aplicados no período beneficiaram, diretamente, as populações de 455 localidades, correspondentes a 97,6% do total dos municípios da Região.

Vale lembrar que, segundo o Banco do Brasil, sua rede de distribuição alcança a todas as comunidades organizadas do Centro-Oeste. Cabe lembrar também que, além do Banco do Brasil, operam com recursos do FCO o Banco de Brasília (BRB), o Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), a Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento) e o Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), o que contribui para democratizar e interiorizar o acesso ao crédito.

13. LEGISLAÇÃO EDITADA NO PERÍODO

13.1. Leis

- 12.249, de 11.06.2010. Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – REPENEC; cria o Programa Um Computador por Aluno – PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional – RECOMPE; prorroga benefícios fiscais; constitui fonte de recursos adicional aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante – FMM para financiamentos de projetos aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha

Mercante – CDFMM; institui o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira – RETAERO; dispõe sobre a Letra Financeira e o Certificado de Operações Estruturadas; ajusta o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV; altera as Leis nos 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.484, de 31 de maio de 2007, 11.488, de 15 de junho de 2007, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.948, de 16 de junho de 2009, 11.977, de 7 de julho de 2009, 11.326, de 24 de julho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 5.615, de 13 de outubro de 1970, 9.126, de 10 de novembro de 1995, 11.110, de 25 de abril de 2005, 7.940, de 20 de dezembro de 1989, 9.469, de 10 de julho de 1997, 12.029, de 15 de setembro de 2009, 12.189, de 12 de janeiro de 2010, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 11.775, de 17 de setembro de 2008, os Decretos-Leis nos 9.295, de 27 de maio de 1946, 1.040, de 21 de outubro de 1969, e a Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga as Leis nos 7.944, de 20 de dezembro de 1989, 10.829, de 23 de dezembro de 2003, o Decreto-Lei no 423, de 21 de janeiro de 1969; revoga dispositivos das Leis nos 8.003, de 14 de março de 1990, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 5.025, de 10 de junho de 1966, 6.704, de 26 de outubro de 1979, 9.503, de 23 de setembro de 1997; e dá outras providências.

13.2. Resoluções do CMN/Bacen

- 3.840, de 25.02.2010. Promove ajustes nas normas dos créditos de investimento do Pronaf e da Linha Especial de Crédito Pronaf Mais Alimentos; e
- 3.868, de 17.06.2010. Altera normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

13.3. Resoluções do Condrel/FCO

- 383, de 04.03.2010. Programação do FCO para 2010 – Metas de Desempenho do FCO para 2010;
- 384, de 04.03.2010. Programação do FCO para 2010 – Condições Gerais de Financiamento;
- 385, de 04.03.2010. Programação do FCO para 2010 – Condições de Financiamento – Encargos Financeiros – Bônus de Adimplência;
- 386, de 04.03.2010. Programação do FCO para 2010 – Condições Gerais de Financiamento – Itens Não Financiáveis;
- 387, de 04.03.2010. Programação do FCO para 2010 – Programa de FCO Rural – Linha de Financiamento de Conservação da Natureza – Finalidade;
- 388, de 29.06.2010. Relatório de Gestão do FCO – Exercício de 2009;
- 389, de 29.06.2010. Programação do FCO para 2010 – Criação de Grupo de Trabalho; e
- 390, de 29.06.2010. Calendário de Reuniões do Condrel/FCO para 2010.

14. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

A administração do FCO é exercida pelo Conselho Deliberativo do Fundo (Condel/FCO), pelo Banco do Brasil S.A. e pelo Ministério da Integração Nacional, sendo que a este compete, dentre outras atribuições previstas na legislação, prover as funções de Secretaria-Executiva do Condel.

No exercício de suas atribuições, o Ministério da Integração Nacional desenvolveu, no decorrer do 1º semestre de 2010, por meio da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR) e da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO), dentre outras, as seguintes ações:

- análise do relatório apresentado pelo Banco do Brasil, referente às Atividades Desenvolvidas e aos Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2009;
- análise e emissão de pareceres sobre propostas submetidas ao Condel, envolvendo alterações e aperfeiçoamentos das condições operacionais dos programas e linhas de financiamento, entre outros assuntos de importância para o Fundo;
- preparação, organização e composição das pautas das reuniões do Conselho Deliberativo, contendo toda a documentação relacionada com as matérias a serem discutidas nas reuniões e necessárias às deliberações dos Conselheiros;
- redação das atas das reuniões do Condel;
- redação e publicação das resoluções do Conselho;
- análise e emissão de pareceres sobre recomendações da Secretaria Federal de Controle Interno – SFCI/CGU, constantes de Relatórios de Auditoria do FCO e de Planos de Providências, submetidos ao Condel;
- coordenação e participação de Grupos de Trabalho instituídos pelo Condel/FCO;
- participação nos Seminários “FCO Itinerante” em parceria com o Banco do Brasil, Governos dos Estados e do Distrito Federal, SEBRAE e outras instituições, com o objetivo de divulgar o FCO e estimular a tomada de financiamentos principalmente junto aos mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas, além de incentivar a interação entre os diversos atores sociais interessados no FCO e promover o reconhecimento, por parte da sociedade civil, dos esforços do Governo Federal para acelerar o desenvolvimento econômico e social da Região;
- participação em eventos denominados “FCO & Sebrae Itinerante”, promovidos pelo Estado de Goiás com os mesmos objetivos dos Seminários “FCO Itinerante”;
- análise e elaboração de notas técnicas e pareceres sobre propostas de emendas constitucionais, projetos de lei e medidas provisórias e outros atos de competência do Ministério relacionados aos Fundos Constitucionais de Financiamento e/ou especificamente ao FCO;
- realização da Oficina “Acesso das Micro e Pequenas Empresas aos Recursos Oficiais de Crédito”, durante a II Mostra de Desenvolvimento Regional, realizada entre os dias 10 e 14.03.2010, na cidade de Florianópolis (SC), com a participação de representantes do Ministério da Integração Nacional, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste

(Sudam e Sudene), do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste do Brasil, do Banco da Amazônia e do Sebrae;

- realização do Curso de Gestão dos Instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), visando aperfeiçoar e treinar servidores para o desenvolvimento de atividades relativas à gestão dos instrumentos da PNDR;
- publicação do caderno “20 Anos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO): Desempenho Operacional de 1989 a 2008”;
- publicação do caderno “Sistema de Informações Gerenciais” dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO) – Exercícios de 1989 a 2009; e
- publicação do caderno “Sistema de Informações Gerenciais” dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO) – Exercício de 2009 (versão simplificada ou “Siguinho”).

15. SÍNTESE DAS OBSERVAÇÕES

A análise realizada com base na documentação fornecida pelo Banco, aí incluídos as demonstrações contábeis e o parecer da empresa de auditoria externa, revelou, conforme as abordagens feitas ao longo do presente Parecer, os seguintes aspectos:

- o orçamento realizado no 1º semestre de 2010 (R\$ 2.856,1 milhões) representou 106,7% do previsto (R\$ 2.676,7 milhões), uma vez que houve superação das previsões iniciais de algumas das fontes de recursos do Fundo, a saber:
 - os retornos de financiamentos superaram em 13,5% o montante inicialmente previsto, passando de R\$ 672,6 milhões para R\$ 763,6 milhões; e
 - o resultado operacional foi de R\$ 106,2 milhões, montante 28,4% superior ao previsto (R\$ 82,7 milhões).
- a redução de 47,5% verificada na utilização dos “recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores” igualmente contribuiu para a superação do orçamento previsto;
- as contratações realizadas no período atingiram R\$ 1.742,6 milhões, o que representa um incremento de 7,5% em relação às contratações realizadas no mesmo período de 2009 (R\$ 1.620,6 milhões) e 59,2% do montante de recursos distribuídos no período para aplicação (2.945,1 milhões);
- das contratações realizadas (R\$ 1.742,6 milhões), R\$ 146,6 milhões (8,4%) beneficiaram o DF; R\$ 631,6 milhões (36,3%) o Estado de GO; R\$ 376,8 milhões (21,6%) o Estado de MS; e R\$ 587,6 milhões (33,7%) o Estado de MT;
- no DF, as contratações somaram apenas R\$ 146,6 milhões, valor 32,9% inferior ao observado no mesmo período de 2009 (R\$ 218,4 milhões);
- as contratações com o segmento de menor porte (R\$ 881,3 milhões) representaram 50,6% do total contratado na Região (R\$ 1.742,6 milhões) e um incremento de 7,6% em relação ao volume observado no 1º semestre de 2009 (R\$ 818,9 milhões).

Representaram. no entanto, apenas 30,9% do orçamento realizado no período (R\$ 2.856,1 milhões);

- dos recursos aplicados no período (R\$ 1.742,6 milhões), R\$ 951,1 milhões (54,6%) foram contratados com o setor empresarial e R\$ 791,5 milhões (45,4%) com o setor rural;
- as contratações do Pronaf ultrapassaram R\$ 301,8 milhões em 15.992 operações, o que representa um incremento de 8,5% em relação ao montante observado no mesmo período do exercício anterior (R\$ 278,2 milhões em 16.453 operações);
- o Pronaf – Reforma Agrária teve decréscimo tanto na quantidade de operações (-24,5%) quanto no volume de recursos aplicados (-14,7%). A quantidade passou de 2.149 no 1º semestre de 2009 para 1.622 no 1º semestre de 2010 e o volume de R\$ 28,1 milhões para R\$ 24,0 milhões;
- os financiamentos de custeio ultrapassaram R\$ 119,7 milhões, consumindo 64,3% do limite/teto disponível para contratação no período. Já os financiamentos de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas atingiram R\$ 277,3 milhões, atingindo 114,7% do limite/teto disponível;
- os municípios integrantes de microrregiões de tipologia estagnada e dinâmica, segundo a classificação da PNDR, absorveram R\$ 633,5 milhões e R\$ 352,2 milhões, correspondentes a 36,4% e 20,2% do total contratado na Região (R\$ 1.742,6 milhões). Os municípios de alta renda, por sua vez, absorveram R\$ 756,9 milhões, correspondentes a 43,4% do total contratado na Região. O DF e o Estado de GO concentraram as aplicações em municípios de alta renda (72,9% e 63,7%, respectivamente), o Estado de MT em municípios de economia dinâmica (39,0%) e o Estado de MS em municípios de economia estagnada (74,9%);
- na RIDE, foram formalizadas 1.894 operações no montante de R\$ 146,6 milhões. Desse montante, 1.088 operações no valor de R\$ 106,8 milhões beneficiaram o DF e 806 operações no valor de R\$ 39,8 milhões beneficiaram o Entorno;
- na Mesorregião de Águas Emendadas, foram formalizadas 4.251 operações no montante de R\$ 159,5 milhões, o que representa 73,2% do previsto para o exercício (R\$ 217,8 milhões);
- as aplicações na Faixa de Fronteira saltaram de R\$ 216,2 milhões no 1º semestre de 2009 para R\$ 433,9 milhões no 1º semestre de 2010, o que representa um incremento de 100,7%;
- 8.870 pessoas físicas e jurídicas obtiveram financiamentos com recursos do FCO pela primeira vez, absorvendo R\$ 822,1 milhões;
- do total de 29.561 operações no valor de R\$ 1.742,6 milhões contratadas no período, 29.428 operações no valor de R\$ 1.733,9 milhões foram formalizadas pelo BB e 133 no valor de R\$ 8,7 milhões pelas instituições operadoras do repasse (BRB, Bancoob, Goiás Fomento e Sicredi);
- das 32.996 propostas existentes no BB no valor de R\$ 6.386,1 milhões, 29.561 no valor de R\$ 1.742,6 milhões foram contratadas e 3.435 no valor de R\$ 4.643,5 milhões não foram. Das 3.435 propostas não contratadas no valor de R\$ 4.643,5 milhões, 3.270 no valor de R\$ 4.472,1 restaram pendentes de contratação e 165 no valor de R\$ 171,4 milhões foram indeferidas ou canceladas;

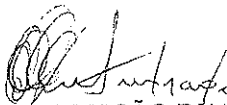
- dos 466 municípios existentes na Região Centro-Oeste, 455 (97,6%) contaram com operações de FCO no período;
- a carteira de financiamentos do Fundo registrou, em 30.06.2010, saldo de R\$ 11.524,7 milhões, o que representa incremento de 4,8% em relação ao observado em 30.06.2009 (R\$ 11.002,0 milhões);
- o índice de inadimplência (relação entre o saldo das parcelas vencidas e o saldo da carteira) atingiu 3,14%, inferior ao observado no final do 1º semestre de 2009 de 3,62%;
- o índice de inadimplência das operações contratadas com risco exclusivo do Banco (relação entre as parcelas vencidas e o saldo devedor das operações) foi de 0,75%;
- as disponibilidades do Fundo atingiram, em 30.06.2010, R\$ 1.553,5 milhões, montante 166,1% superior ao observado em 30.06.2009 (R\$ 583,7 milhões);
- foram transferidos para perdas R\$ 414,1 milhões, sendo R\$ 406,1 milhões assumidos pelo BB e R\$ 8,0 milhões debitados ao FCO. Esse montante foi superior ao observado no 1º semestre de 2009, quando foram transferidos para perdas R\$ 107,1 milhões, sendo R\$ 100,2 milhões assumidos pelo BB e R\$ 6,9 milhões debitados ao FCO;
- foram recuperados R\$ 9,7 milhões, referentes a operações de risco 100% ou integral do Fundo e a operações de risco compartilhado. Esse desempenho foi melhor que o observado no 1º semestre de 2009, quando foram recuperados R\$ 4,6 milhões;
- em 30.06.2010, o Patrimônio Líquido do Fundo atingiu o montante de R\$ 12.482,4 milhões, o que representa um incremento de 14,9% em relação ao observado em 30.06.2009 (R\$ 10.859,5 milhões);
- consoante os dados extraídos dos projetos financiados com recursos do Fundo, estima-se em 201,6 mil o número de empregos gerados e/ou mantidos no período; e
- a empresa de auditoria independente KPMG Auditores Independentes, por meio de parecer datado de 22.10.2010, registrou que as demonstrações contábeis representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FCO em 30.06.2010 e 2009, os superávits de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa, correspondentes aos semestres findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

16. PARECER E RECOMENDAÇÕES

Em cumprimento ao que dispõem os arts. 14, inciso III, e 20, § 5º, da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e art. 10, *caput* e §§ 1º a 3º, da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, sugerimos encaminhar à deliberação do Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (Condel/FCO) o Relatório apresentado pelo Banco do Brasil S.A. referente às atividades desenvolvidas e aos resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO, no 1º semestre de 2010, com parecer favorável das Secretarias de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR) e de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO) à sua aprovação.

Considerando as análises e as considerações registradas no presente Parecer e com o objetivo de aprimorar a gestão do Fundo, sugerimos ao Condel recomendar ao Banco do Brasil S.A. o seguinte:

- a) incrementar as contratações no Distrito Federal, de forma a atingir o percentual definido pelo Condell/FCO (item 7.1.1 retro);
- b) incrementar as contratações com mini, micro e pequenos tomadores, especialmente no Distrito Federal e nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, de forma a atingir o percentual definido pela Resolução Condell/FCO n.º 197, de 20.06.2003 (item 7.2.1 retro);
- c) observar, para o financiamento de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e de formação de estoques para vendas, nas Linhas de Financiamento do FCO Empresarial, os limites/tetos definidos na Programação do FCO (item 7.5 retro);
- d) incrementar as contratações em municípios de tipologia estagnada e dinâmica, especialmente no Entorno do Distrito Federal e no Estado de Goiás (item 7.6 retro);
- e) desenvolver ações com vistas ao cumprimento das metas estabelecidas nas alíneas “a”, “b”, “d”, “f”, “g” (DF e MS) e “h” (Empresarial) da Resolução Condell/FCO n.º 383, de 04.03.2010 (item 8.2 retro); e
- f) informar o estágio em que se encontra a criação de sistema de informações que permita avaliar os impactos econômicos e sociais resultantes dos financiamentos do FCO, a exemplo do que vem sendo utilizado pelo Banco do Nordeste no caso do FNE, com o uso da metodologia *propensity score* e da metodologia da Matriz Insumo/Produto.



MARIA DA CONCEIÇÃO DUARTE DE ANDRADE
Coordenadora-Geral dos Fundos Constitucionais de
Financiamento – SDR/MI



HÉLEN CÁSSIA NUNES E SILVA
Coordenadora-Geral do Fundo Constitucional de
Financiamento do Centro-Oeste – SCO/MI



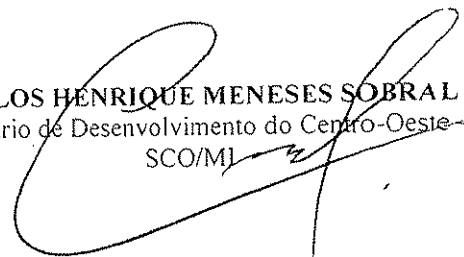
ANTONIO ROBERTO ALBUQUERQUE SILVA
Diretor de Gestão dos Fundos de Desenvolvimento
Regional – SDR/MI



FREDERICO VITÓRIO VALENTE
Diretor do Departamento de Promoção de Investimentos
– SCO/MI



HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA
Secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional –
SDR/MI



CARLOS HENRIQUE MENESES SOBRAL
Secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste –
SCO/MI



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
PRESIDÊNCIA DO CONDEL/FCO**

RESOLUÇÃO N.º 414, de 13 de janeiro de 2011

**Relatório de Gestão do Fundo
Constitucional de Financiamento do Centro-
Oeste (FCO) – 1º Semestre de 2010.**

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE – CONDEL/FCO, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 35 do Regimento Interno, torna público que, em sessão da 18ª Reunião Extraordinária realizada em 13.01.2011, em Brasília (DF), o Colegiado resolveu aprovar o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) apresentado pelo Banco do Brasil S.A., relativo ao 1º semestre de 2010, recomendando ao Banco a adoção das seguintes providências:

- a) incrementar as contratações no Distrito Federal, de forma a atingir o percentual definido pelo Condel/FCO (item 7.1.1 do Parecer-Conjunto n.º 17/2010-SDR/SCO, de 29.11.2010, do Ministério da Integração Nacional,);
- b) incrementar as contratações com mini, micro e pequenos tomadores, especialmente no Distrito Federal e nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, de forma a atingir o percentual definido pela Resolução Condel/FCO n.º 197, de 20.06.2003 (item 7.2.1 do Parecer);
- c) observar, para o financiamento de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e de formação de estoques para vendas, nas Linhas de Financiamento do FCO Empresarial, os limites/tetos definidos na Programação do FCO (item 7.5 do Parecer);
- d) incrementar as contratações em municípios de tipologia estagnada e dinâmica, especialmente no Entorno do Distrito Federal e no Estado de Goiás (item 7.6 do Parecer);
- e) desenvolver ações com vistas ao cumprimento das metas estabelecidas nas alíneas “a”, “b”, “d”, “f”, “g” (DF e MS) e “h” (Empresarial) da Resolução Condel/FCO n.º 383, de 04.03.2010 (item 8.2 do Parecer); e
- f) informar o estágio em que se encontra a criação de sistema de informações que permita avaliar os impactos econômicos e sociais resultantes dos financiamentos do FCO, a exemplo do que vem sendo utilizado pelo Banco do Nordeste no caso do FNE, com o uso da metodologia *propensity score* e da metodologia da Matriz Insumo/Produto.

Brasília (DF), 13 de janeiro de 2011.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO
Presidente do CONDEL/FCO